

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

Márcia de Paula Andrade

**METÁFORAS AVALIATIVAS NA SÉRIE DE REPORTAGENS VAZA JATO:
O CONTRA-ATAQUE COM A ARMA DO OUTRO NA GUERRA DISCURSIVA**

Juiz de Fora
2022

Márcia de Paula Andrade

**METÁFORAS AVALIATIVAS NA SÉRIE DE REPORTAGENS VAZA JATO:
O CONTRA-ATAQUE COM A ARMA DO OUTRO NA GUERRA DISCURSIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística. Linha de pesquisa: Linguística e Cognição.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Matos Rocha

Juiz de Fora
2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Paula Andrade, Márcia.

METÁFORAS AVALIATIVAS NA SÉRIE DE REPORTAGENS VAZA JATO : O CONTRA-ATAQUE COM A ARMA DO OUTRO NA GUERRA DISCURSIVA / Márcia de Paula Andrade. -- 2022.

165 f.

Orientadora: Luiz Fernando Matos Rocha

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2022.

1. Linguística Cognitiva. 2. Fictividade. 3. Metáfora Avaliativa. 4. Coesão Metafórica. 5. Texto Jornalístico. I. Matos Rocha, Luiz Fernando, orient. II. Título.

MARCIA DE PAULA ANDRADE

**METÁFORAS AVALIATIVAS NA SÉRIE DE REPORTAGENS VAZA JATO: O CONTRA-ATAQUE
COM A ARMA DO OUTRO NA GUERRA DISCURSIVA**

Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
Graduação em
Linguística
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestre em
linguística. Área de
concentração:
linguística.

Aprovada em 16 de setembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a) LUIZ FERNANDO MATOS ROCHA - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Sandra Aparecida Faria de Almeida
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais

Juiz de Fora, 16/08/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando Matos Rocha, Professor(a)**,

É pura sorte ter saudades de quem ainda não nos deixou. Esta dissertação é para aqueles de quem tenho saudades, embora resistam confiantes a meu lado.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF),

À Faculdade de Letras da UFJF,

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF,

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, Brasil),

Aos professores que tanto contribuíram para minha formação e para esta pesquisa,

Ao orientador, por sua inspiradora dedicação ao trabalho e pela generosidade de cada dia,

A todos aqueles que foram acolhimento e incentivo nos momentos mais difíceis,

Meus sinceros agradecimentos.

Filhos da época

Somos filhos da época
e a época é política.

Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.

Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um aspecto político.

O que você diz tem ressonância,
o que silencia tem um eco
de um jeito ou de outro político.

Até caminhando e cantando a canção
você dá passos políticos
sobre um solo político.

Versos apolíticos também são políticos,
e no alto a lua ilumina
com um brilho já pouco lunar.
Ser ou não ser, eis a questão.
Qual questão, me dirão.
Uma questão política.

Não precisa nem mesmo ser gente
para ter significado político.
Basta ser petróleo bruto,
ração concentrada ou matéria reciclável.
Ou mesa de conferência cuja forma
se discutia por meses a fio:
deve-se arbitrar sobre a vida e a morte
numa mesa redonda ou quadrada.

Enquanto isso matavam-se os homens,
morriam os animais,
ardiam as casas,
ficavam ermos os campos,
como em épocas passadas
e menos políticas.

Wisława Szymborska (2011).

RESUMO

Sob a ótica da Linguística Cognitiva, sumarizada em Geeraerts e Cuyckens (2007), este trabalho investiga processos de base figurativa, especialmente a metáfora, em contexto de matérias jornalísticas contemporâneas do Português Brasileiro. Além do texto seminal acerca da Teoria da Metáfora Conceptual, de Lakoff e Johnson ([1980] 2002), e da noção de fictividade, de Talmy ([2000] 2019), o pressuposto teórico mais relevante diz respeito ao entendimento de Deignan (2010) acerca de metáforas avaliativas, segundo o qual existem quatro mecanismos para a metáfora realizar uma avaliação: (i) implicações geradas; (ii) cenários metafóricos evocados; (iii) domínios-fonte escolhidos; (iv) conotações exploradas. Metodologicamente, rastream-se ocorrências de metáforas nos dois textos iniciais da série de reportagens *Vaza Jato*, publicada pelo *The Intercept* Brasil, para compor uma análise de cunho qualitativo-interpretativo (BRYMAN, 1996; DENZIN e LINCOLN, 2006). Os resultados apontam para a conclusão de que o discurso jornalístico se aproveita criticamente das metáforas avaliativas, de seus respectivos esquemas imagéticos e de suas implicações, recorrendo parcialmente aos mesmos recursos figurativos evocados pelas fontes de informação, aspectos os quais emergem das mensagens vazadas, suscitando a perspectiva avaliativa dos jornalistas sobre esses dados. Além disso, a escolha dos domínios-fonte se mostrou substancial para a dimensão avaliativa das metáforas, no contexto enunciativo das reportagens analisadas. Outro aspecto de destaque é a observação de que o discurso jornalístico se apropria de metáforas avaliativas das fontes de informação para usá-las argumentativamente contra essas próprias fontes. Por fim, em termos de composição textual, as referidas reportagens fazem uso dos mesmos mecanismos figurativos e avaliativos para estabelecer coesão e coerência por meio de metáfora.

Palavras-chave: Linguística Cognitiva. Fictividade. Metáfora Avaliativa. Coesão Metafórica. Texto Jornalístico.

ABSTRACT

From the perspective of Cognitive Linguistics, summarized in Geeraerts and Cuyckens (2007), this work investigates figurative processes, especially metaphor, in the context of contemporary Brazilian Portuguese journalism. Besides the Conceptual Metaphor Theory (LAKOFF; JOHNSON, [1980] 2002), and the notion of fictivity (TALMY, [2000] 2019), the most relevant theoretical aspect is the comprehension of evaluated metaphors (DEIGNAN, 2010), according to which there are four mechanisms for the metaphor to carry out an evaluation: (i) created implications; (ii) metaphorical scenarios; (iii) source domains; (iv) explored connotations. Methodologically, we have studied occurrences of metaphors in the two initial texts of the series of reports *Vaza Jato*, published by *The Intercept Brasil*, for an analysis of qualitative-interpretative composition (BRYMAN, 1996; DENZIN and LINCOLN, 2006). The results direct towards a conclusion that the newspaper critically takes advantage of the evaluative metaphors, their respective image resources and their implications, resorting partly to the same figurative resources evoked by the information sources, aspect which emerge from the leak sources, causing the journalists' evaluative perspective about these datas. Furthermore, the choice of source domains proved to be substantial for the evaluative dimension of metaphors, in the enunciative context of the analyzed reports. Another prominent aspect is the observation that the journalistic discourse appropriates from the evaluative metaphors of the information sources to use them argumentatively against these sources themselves. Finally, in the terms of textual composition, the referred reports use the same figurative and evaluative mechanisms to establish cohesion and coherence through the metaphor.

Keywords: Cognitive Linguistics. Fictivity. Evaluative Metaphor. Metaphorical Cohesion. Journalistic Text.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Inventário de esquemas imagéticos.....	28
Quadro 2 – Discurso Reportado.....	34
Imagem 1 – Nota informativa da Vaza Jato.....	41
Imagem 2 – <i>Tweets</i> de Deltan Dallagnol	70
Imagem 3 – Nota informativa do <i>The Intercept</i> Brasil	76
Imagem 5 – Mensagens de Athayde Costa	90
Imagem 6 – Mensagens de Jerusa Viecilli, Athayde Costa e Laura Tessler	91
Imagem 7 – Mensagens de Paulo Galvão	92
Imagem 8 – Mensagens de Januário Paludo, Deltan Dallagnol e Athayde Costa	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativos de <i>types</i> e <i>tokens</i> das Metáforas Avaliativas	110
Tabela 2 – Metáfora DISCUSSÃO É GUERRA no âmbito do Discurso Reportado	111
Tabela 3 – Metáfora DISCUSSÃO É GUERRA no âmbito do Discurso Portado	118

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	13
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA	13
2.2 FICTIVIDADE E METÁFORA	14
2.3 METÁFORA CONCEPTUAL	16
2.4 DISCUSSÃO É GUERRA	18
2.5 METONÍMIA	21
2.6 COESÃO METAFÓRICA	23
2.7 ESQUEMAS IMAGÉTICOS	27
2.8 METÁFORA AVALIATIVA	29
2.8.1 Implicações	30
2.8.2 Cenários	31
2.8.3 Escolha do domínio-fonte	32
2.8.4 Conotação	32
2.9 DISCURSO REPORTADO	33
3 METODOLOGIA	38
3.1 OBJETIVOS	39
3.1.1 Objetivo geral	39
3.1.2 Objetivos específicos	39
3.2 HIPÓTESES	39
3.3 BANCO DE DADOS E CONTEXTUALIZAÇÃO	40
3.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
4 ANÁLISE DOS DADOS	45
4.1 ANÁLISE SEQUENCIAL DOS DADOS	49
4.2 RECORTE ANALÍTICO: DISCUSSÃO É GUERRA	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICE	133
ANEXO 1	154
ANEXO 2	158

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação foi motivada pelo interesse inicial de se compreenderem fenômenos pertinentes à fictividade no âmbito dos textos jornalísticos acerca da temática política, tendo em vista que o projeto de pesquisa “Interação fictiva como construção linguística e estratégia comunicativa”, desenvolvido pelo orientador deste trabalho, já abarcou os domínios discursivos pedagógico (MAGALHÃES, 2018; SILVA, 2019), jurídico (TAVARES, 2021), religioso (SILVA, 2022, em andamento), terapêutico (DORNELAS, 2018), publicitário (SANTOS, 2022, em andamento), entre outros. Uma outra razão, surgida na ocasião em que se propôs esta pesquisa, envolve a relevância jornalística da série de reportagens – denominada Vaza Jato e publicada pelo jornal *The Intercept* Brasil, acerca da Operação Lava Jato –, na qual se denunciam magistrados por sua parcialidade política na condução das investigações sobre esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro. Por isso, as duas primeiras matérias da referida série constituem o banco de dados a ser analisado.

Entendendo-se a metáfora como categoria subordinada à fictividade (TALMY, 2019)¹, ou como produto da fictividade (LANGACKER, 2008), investiga-se o uso de metáforas avaliativas (DEIGNAN, 2010) em contexto jornalístico. Nele, significantes figurativos são usados para construir o sentido textual, marcando os posicionamentos críticos tanto da perspectiva dos jornalistas, que denunciam a parcialidade dos magistrados nas reportagens, quanto da perspectiva desses magistrados denunciados, observável por meio das conversas vazadas. Embora as matérias que constituem o banco de dados sejam relevantes sob os prismas social e histórico, o enfoque desta pesquisa é a compreensão de fenômenos linguísticos figurativos em discurso jornalístico institucional, os quais se presumem verificáveis também em outros contextos. No entanto, a oposição dada entre denunciante e denunciado, algo bastante peculiar ao referido banco de dados, propiciou a observação da apropriação, pelo discurso jornalístico, das metáforas avaliativas que surgem primeiro no contexto enunciativo dos dados vazados para então serem usadas, nas reportagens, argumentativamente contra os magistrados denunciados.

Com isso, os objetivos gerais deste trabalho são o rastreamento, a descrição e a análise das ocorrências de expressões metafóricas, entendidas como avaliativas, ao longo de dois textos jornalísticos do *The Intercept* Brasil sobre a Operação Lava Jato. Além disso, arregimentam-se objetivos específicos relacionados aos mecanismos pelos quais a metáfora avalia: (i) compreender

¹ Trabalho com primeira publicação em 2000.

quais são as implicações integradas pelas metáforas que surgem no banco de dados do *The Intercept* Brasil; (ii) identificar quais são os esquemas imagéticos acionados pelas metáforas para formar o chamado cenário metafórico; (iii) perceber a escolha dos domínios-fonte que são significativos para os leitores do referido jornal; (iv) realçar o contraste em relação ao significado literal das palavras usadas na construção das metáforas.

Diante do exposto, formulam-se as seguintes hipóteses depreendidas da associação entre os pressupostos teóricos e os achados analíticos circunscritos ao banco de dados: (i) o discurso jornalístico, nas reportagens estudadas, apropria-se criticamente das metáforas avaliativas, de seus respectivos esquemas imagéticos e de suas implicações, recorrendo parcialmente aos mesmos recursos figurativos evocados pelas fontes de informação, aspectos os quais emergem das mensagens vazadas, suscitando a perspectiva avaliativa dos jornalistas sobre esses dados; (ii) circunscrito às referidas reportagens, o discurso jornalístico aproveita-se de metáforas avaliativas das fontes de informação para usá-las argumentativamente contra essas próprias fontes; (iii) a escolha dos domínios-fonte é substancial para a dimensão avaliativa das metáforas (DEIGNAN, 2010), o que é também observado no contexto enunciativo das reportagens analisadas; (iv) em termos de composição textual, as referidas reportagens fazem uso dos mesmos mecanismos figurativos e avaliativos para estabelecer coesão e coerência por meio de metáfora (FERRARI, 2019).

Este documento se organiza conforme a seguinte divisão de capítulos: o primeiro reúne os principais aspectos teóricos que trazem os fundamentos norteadores da análise; o segundo dispõe sobre a metodologia de pesquisa utilizada para estudo do banco de dados contextualizado; o terceiro apresenta a análise sequencial dos textos selecionados bem como um recorte analítico acerca da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA (LAKOFF; JOHNSON, 2002)², cujas instâncias são observadas no texto das duas reportagens; por fim, nas considerações finais, retomam-se os principais achados e apresentam-se desdobramentos possíveis.

² Trabalho com primeira publicação em 1980.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar o arcabouço teórico desta pesquisa no âmbito de trabalhos específicos que vêm sendo desenvolvidos na Linguística Cognitiva. O modo de apresentação desse aporte segue a imagem de uma pirâmide invertida, por meio da qual parte-se de noções mais abrangentes para estritas. Assim, as seções exploram os seguintes conceitos dessa área de estudos que foram relevantes para a análise do banco de dados desta dissertação: Fictividade e Metáfora; Metáfora Conceptual, entre as quais se destaca a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA; Metonímia; Coesão Metafórica; Esquemas Imagéticos; Metáfora Avaliativa, contendo aspectos acerca de Implicações, Cenários, Escolha do domínio-fonte e Conotação; e, finalmente, Discurso Reportado.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

A Linguística Cognitiva (LC) se iniciou com o trabalho dos estudiosos George Lakoff, Ronald Langacker e Leonard Talmy, os quais, de modo geral, entendem a linguagem como instrumento que organiza, processa e transmite informação. Seus pressupostos teóricos primordiais contemplam bases conceituais e experienciais para as categorias linguísticas, levando em conta as estruturas formais da linguagem, não como autônomas, mas como reflexos da organização conceptual geral, dos princípios de categorização, dos mecanismos de processamento e das influências experienciais e ambientais. O arcabouço teórico linguístico-cognitivo concebe a linguagem como incorporada ao processo geral das capacidades humanas, tratando, dentre outros aspectos, das características estruturais de categorização de linguagem natural (como prototipicidade, polissemia sistemática, modelos cognitivos, imagens mentais e metáforas); dos princípios funcionais da organização linguística (como iconicidade e naturalidade); da interface conceitual entre sintaxe e semântica (conforme explorado pela Gramática Cognitiva e Gramática das Construções, modelos de gramática da LC); do pano de fundo experiencial e pragmático de linguagem em uso; e da relação entre linguagem e pensamento, incluindo questões sobre relativismo e universais conceituais (GEERAERTS; CUYCKENS, 2007).

Nesses termos, ao se buscar uma especificação do escopo teórico, esta pesquisa envolve, a princípio, o conceito de fictividade, que é discutido por Talmy (2019), Langacker (2008), Pascual (2002; 2014) e Rocha (2014; 2021). Em Linguística Cognitiva, os termos *fictivity* ou *fictive* são traduzidos para o português como fictividade e fictivo, que são conceitualmente mais adequados do

que ficcionalidade e fictício, uma vez que estes não remetem a um exercício proposital e objetivo de criatividade e imaginação dos conceptualizadores, mas funcionam como recursos linguísticos que apontam para cenários entendidos como não-verídicos. Segundo Rocha (2021), os estudos sobre a fictividade se dividem em duas fases: a primeira, não empírica, consiste, basicamente, nas pesquisas desenvolvidas por Talmy (2019) e por Langacker (1999); a segunda, empírica, compreende, entre outras pesquisas, as realizadas por Pascual (2002; 2006) e Rocha *et al.* (2014; 2016; 2021).

2.2 FICTIVIDADE E METÁFORA

Segundo Pascual (2006), a LC vem demonstrando que a fictividade é fundamental no pensamento e na linguagem, tendo em vista que as expressões linguísticas estão apenas indiretamente vinculadas a seus referentes pretendidos e que cenários não-verídicos são frequentemente apresentados pelos usuários da língua com o propósito de se obter acesso mental aos cenários efetivos (PASCUAL, 2006, p.246). Entendido por Talmy (2019) como padrão cognitivo de representações discrepantes veridicamente desiguais de um mesmo objeto, o conceito de fictividade pode ser compreendido a partir do contraste com a ideia de factividade, uma vez que, apesar de serem distintos, esses conceitos não devem ser tomados como dicotômicos. Desse modo, a Linguística Cognitiva não opera com conceitos de forma binária e excludente, mas sim com a ideia de gradação entre polos. Por essa razão, os conceitos de fictividade e de factividade são entendidos como instâncias de conceptualização complementares uma à outra, a partir de uma gradação entre um polo mais verídico, isto é, factivo, e outro menos verídico, ou seja, fictivo (TALMY, 2019).

Esse autor explica ainda que o termo factivo, por sua vez, não se refere àquilo que é necessariamente verdadeiro, correspondente ao real, mas sim a uma conceptualização tomada como objetivamente mais próxima do real. Uma representação fictiva, por sua vez, seria tomada como uma conceptualização mais distante do que é tido como real. No trabalho de Talmy (2019), as instâncias de Movimento Fictivo ganham destaque, tendo como exemplos enunciados do tipo “Esta cerca vai do platô até o vale” (TALMY, 2019, p.195), em que, apesar de a cerca ser imóvel, o falante/ouvinte, por meio de um escaneamento sequencial da cena, pode conceptualizar a cerca em movimento. Em razão dessa discrepância, pode-se categorizar esse movimento como fictivo, não factivo.

É de fundamental importância destacar como esse autor diferencia e aproxima metáfora de fictividade. Ao se rastrearem pontos importantes do texto seminal de Talmy (2019) para a dimensão teórica da fictividade, encontram-se várias menções acerca da metáfora. Segundo o autor, a metáfora linguística constitui uma categoria dentro do modelo superordenado da fictividade geral, cujos conceitos e termos se aplicariam às representações visuais e também linguísticas. Por sua vez, a teoria da metáfora se apoiaria em conceitos e termos mais estritamente adequados à linguagem (TALMY, 2019, p. 197).

Ainda segundo o linguista, a teoria da metáfora, de Lakoff e Johnson (2002), é alinhada ao modelo da fictividade geral, sendo que o domínio-fonte e o domínio-alvo de uma metáfora trazem representações discrepantes. A representação de uma entidade dentro do domínio-alvo é concebida como factiva e mais verídica; a do domínio-fonte, mapeada sobre a entidade no domínio-alvo, por outro lado, é concebida como fictiva e menos verídica (TALMY, 2019, p. 247). O autor afirma que qualquer uma das fórmulas de três termos de Lakoff e Johnson (2002), por exemplo, “Argumento é guerra”, é na verdade um rótulo para um par de fórmulas complementares, uma delas factiva e outra fictiva, conforme representado por “Fictivo: X é Y” e “Factivo: X não é Y”.

Assim, do ponto de vista factivo, argumento não é guerra, enquanto em expressões fictivas argumento é guerra. O aspecto que tornaria uma expressão metafórica é que falantes ou ouvintes teriam uma crença sobre o domínio-alvo contrária à representação cognitiva do que está sendo declarado, e teriam uma compreensão acerca da discrepância entre essas representações (TALMY, 2019, p. 247). As metáforas estariam, então, diretamente relacionadas com a formação conceptual humana (LAKOFF; JOHNSON, 2002), possibilitando a conceptualização de conceitos mais abstratos (domínio-alvo) em termos de domínios semânticos mais concretos (domínio-fonte). Especificamente, as metáforas conceptuais constituem um tipo de esquema cognitivo que permite potencializar a criação de novas expressões linguísticas. Segundo Langacker (2008), para além da metáfora e da mesclagem (e.g. “Esse pensamento não sai da minha cabeça”), a fictividade também se expressa por meio da posição de vantagem, do limite virtual, do conceptualizador e da invocação fictiva de um cenário de ato de fala.

Assumindo-se a ideia de que se adota o esquema de uma pirâmide invertida na organização destes pressupostos teóricos, é importante focar um pouco mais na obra de Lakoff e Johnson (1980), tendo em vista sobremaneira o que envolve a metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA.

2.3 METÁFORA CONCEPTUAL

Para iniciar esta seção, convém recuperar como a metáfora era estudada antes de ser tomada como objeto da perspectiva cognitivista da linguagem. Assim, a metáfora encontrava-se circunscrita ao escopo dos efeitos estéticos próprios de um discurso excepcional, como um recurso sofisticado de linguagem, cuja elaboração e cujo entendimento requereria esforço dos usuários de língua. Por essa razão, na perspectiva da gramática normativa, as metáforas situam-se entre as figuras de linguagem, descritas como “certas maneiras de dizer que expressam o pensamento ou o sentimento com energia e colorido, a serviço das intenções estéticas de quem as usa” (LIMA, 2012, p. 596). Tradicionalmente, portanto, a metáfora é tratada como uma forma especial de discurso, fazendo parte da arte poética ou da arte retórica, não sendo vista como própria da linguagem ordinária.

No entanto, o entendimento da metáfora mudou radicalmente a partir da abordagem da Linguística Cognitiva, com a Teoria da Metáfora Conceptual, apresentada no livro *Metaphors we live by*, de Lakoff e Johnson, publicado em 1980. Se antes a metáfora era concebida como um recurso de ornamento textual característico da retórica e dos gêneros literários, principalmente os de cunho poético, desde Lakoff e Johnson ela passou a ser compreendida como estando “infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação” (2002, p. 45).

Conforme a referida teoria, a metáfora é percebida como parte relevante do sistema conceptual humano: “nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 45). Dessa forma, por meio da metáfora estruturam-se percepções, comportamentos e até interações entre as pessoas. Para esses linguistas, a metáfora é um processo cognitivo que se realiza de forma inconsciente do qual a linguagem seria uma fonte de evidências: é possível identificar as “pistas” de como esse sistema conceptual opera ao observar as expressões linguísticas metafóricas. Tomando como base as evidências linguísticas, eles concluem que “a maior parte de nosso sistema conceptual ordinário é de natureza metafórica” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 46).

Portanto, desde o trabalho desses autores, a metáfora tem sido vista pela LC como um fenômeno cognitivo que se manifesta não só na linguagem e que está presente no cotidiano das pessoas. Segundo Lakoff e Johnson (2002), uma metáfora é, na verdade, um fenômeno cognitivo ordinário que permite ao conceptualizador não só compreender, mas também experienciar uma coisa em termos de outra. Especificamente, o processo cognitivo requisitado pela metáfora conceptual se dá pela projeção de um domínio-alvo, geralmente mais abstrato, sobre um domínio-

fonte, concebido como mais concreto. Tais domínios são marcadamente distintos, o que difere bem a metáfora da metonímia. Domínios cognitivos são porções de conhecimento superordenadas, nas quais informações de qualquer natureza são organizadas por categorização semântica. Esses domínios são interrelacionados e formam uma rede de sentidos denominada matriz. A conceptualização do significado de uma expressão linguística se dá por meio dessa matriz (LANGACKER, 2008).

O processamento linguístico-cognitivo de uma metáfora consiste na rede de conexões estabelecidas entre um domínio-fonte e um domínio-alvo projetados em um espaço mescla³ (LANGACKER, 2008). Para explicar melhor essa operação metafórica, recorre-se ao enunciado “o pensamento acaba de fugir da minha cabeça”, usado por Langacker (2008, p. 51). Segundo o linguista, na conceptualização desse exemplo, o pensamento é compreendido em termos de pássaro e, a cabeça, em termos de gaiola. Essa projeção do domínio-alvo sobre o domínio-fonte se daria no espaço mescla e, segundo esse processo linguístico-cognitivo, ver o pássaro seria como ver o pensamento da mesma forma que, se o pássaro fugisse da gaiola, designaria que o pensamento teria se tornado inapreensível (LANGACKER, 2008). Sob essa mesma metáfora, PENSAMENTO É PÁSSARO/CABEÇA É GAIOLA, são possíveis outras construções linguísticas, por exemplo, quando se diz que uma pessoa está “voando” para designar que está distraída. Nesse caso, o pensamento que voa livremente fora da gaiola significaria distração e, por oposição, conclui-se que o pensamento “preso na gaiola” significaria foco e atenção.

Com base em Talmy (2019), cujo trabalho, como já se viu, destaca a fictividade superordenada à metáfora, Rocha (2021) afirma que, na operação metafórica, o domínio-fonte é fictivizado, ou seja, esse domínio adquire traços concebidos como não verídicos; por sua vez, o domínio-alvo é factivizado, pois adquire traços do domínio-fonte, concebidos como verídicos. Por exemplo, na clássica metáfora AMOR É VIAGEM, depreendida por Lakoff e Johnson (1980, 1999), AMOR se factiviza, e VIAGEM se fictiviza, fazendo com que se compreenda AMOR de modo mais concreto (amantes são viajantes) e VIAGEM de modo mais abstrato (viajantes são amantes). Assim, a operação cognitiva de uma metáfora envolve a projeção entre domínio-fonte e domínio-alvo, tendo em vista a discrepância entre fictividade e factividade. Certamente, esses entendimentos não seriam possíveis sem o trabalho seminal e precursor de Lakoff e Johnson (2002, 1999), considerado um divisor de águas no tratamento de um fenômeno tão caro à Linguística Cognitiva.

³ O espaço mescla é um espaço mental emergente e original em que ocorre parte do processo cognitivo de conceptualização de acordo com a teoria de Fauconnier e Turner (2002). Da mesma forma, Langacker (2008) considera os espaços mentais equivalentes a domínios cognitivos.

Como apontam Lakoff e Johnson (2002), a metáfora conceptual estrutural é aquela que permite usar um conceito já delineado para estruturar outro conceito, apresentando-se de maneira mais complexa do que as metáforas orientacionais e ontológicas. Um exemplo de metáfora estrutural largamente estudado por esses autores é a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, a qual se tornou fundamental no processo de análise dos dados selecionados para esta dissertação.

2.4 DISCUSSÃO É GUERRA

O primeiro exemplo de como um conceito metafórico pode estruturar uma atividade cotidiana, dado por Lakoff e Johnson (2002), diz respeito à metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, que permite conceptualizar uma discussão racional em termos bélicos. As evidências linguísticas dessa metáfora se instanciam por meio dos seguintes enunciados, listados por eles (2002, p. 46):

- a. Seus argumentos são indefensáveis.
(*Your claims are indefensible*)
- b. Ele atacou todos os pontos fracos da minha argumentação.
(*He attacked every weak point in my argument*)
- c. Suas críticas foram direto ao alvo.
(*His criticisms were right on target*)
- d. Destruí sua argumentação.
(*I demolished his argument*)
- e. Jamais ganhei uma discussão com ele.
(*I've never won an argument with him*)
- f. Você não concorda? Ok, atire!/ Ok, ataque!
(*You disagree? Okay, shoot!*)
- g. Se você usar essa estratégia, ele vai esmagá-lo.
(*If you use that strategy, he'll wipe you out.*)
- h. Ele derrubou todos os meus argumentos.
(*He shot down all of my arguments.*)

Uma guerra tem como base práticas de intimidação, de tomada ou de proteção de território, pressupõe ataque e defesa, nela presumem-se sucessões de contra-ataques, bem como possibilidade de recuo ou rendição. Seres humanos desenvolveram a habilidade de discutir racionalmente e de evitar a possibilidade de conflito físico com riscos graves; no entanto, observam-se nas interações

que algumas discussões podem levar de fato a conflitos concretos, bem como esses conflitos físicos podem vir a ser solucionados por meio do discurso em acordos verbais de paz. Dessa forma, Lakoff e Johnson (2002) atentam para o fato de que a metáfora não se restringe ao plano das expressões linguísticas, porque não somente falamos sobre discussão em termos de guerra, mas, em certa medida, estruturamos nosso pensar e agir em termos de guerra quando discutimos:

Vemos a pessoa com quem discutimos como um adversário. Atacamos suas posições e defendemos as nossas. Ganhamos e perdemos terreno. Planejamos e usamos estratégias. Se achamos uma posição indefensável, podemos abandoná-la e colocar numa linha de ataque. Muitas das coisas que fazemos em uma discussão são parcialmente estruturadas pelo conceito de guerra. Embora não haja batalha física, há batalha verbal, que se reflete na estrutura de uma discussão – ataque, defesa, contra-ataque etc. É nesse sentido que DISCUSSÃO É GUERRA é uma metáfora que vivemos na nossa cultura; ela estrutura as ações que realizamos em uma discussão (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 47).

Para reforçar seus argumentos, os referidos linguistas desafiam os leitores a imaginar uma outra cultura em que as discussões não sejam vistas como guerra, mas como dança. Segundo eles, nessa conjuntura as pessoas não só perceberiam, mas também experienciariam as discussões de outra maneira. Esse outro modo, DISCUSSÃO É DANÇA, seria tão estranho para quem geralmente usa DISCUSSÃO É GUERRA que seria possivelmente difícil determinar quando pessoas que experienciam e estruturam discussão em termos de dança estão de fato discutindo. Assim é explicada também a dimensão cultural da metáfora: suas instâncias linguísticas registram dados de uma cultura em uma época, podendo aqueles domínios-fonte deixar de fazer sentido com a passagem do tempo bem como novas metáforas emergirem nos usos cotidianos, reiterando o potencial criativo desse processo linguístico-cognitivo. Por isso, a relevância da escolha do domínio-fonte também está intimamente relacionada ao aspecto cultural, como se verá melhor adiante.

Adicionalmente, DISCUSSÃO É GUERRA é classificada por Lakoff e Johnson (2002, p. 133) como uma metáfora estrutural, diferindo-se das metáforas orientacionais e ontológicas que se baseiam em conceitos físicos. Eles afirmam que as metáforas estruturais possibilitam a utilização de um conceito já detalhadamente estruturado para estruturar um outro conceito - elas são, portanto, complexas e funcionam como fonte de elaboração de um conceito. Segundo os autores, as metáforas estruturais como DISCUSSÃO É GUERRA possibilitam a elaboração de um conceito abstrato com grande detalhamento, funcionando como uma forma de ressaltar alguns aspectos desse conceito e de atenuar outros.

Os linguistas explicam também que, em uma discussão que não envolve ativamente o corpo, há ainda movimentos de ataque, defesa e contra-ataque, levando-se em consideração meios verbais de intimidação, ameaça, desafio ou apelo à autoridade, insulto, menosprezo, negociação, rejeição, elogio e argumentação. “Discussões que fazem usos dessas táticas são as mais comuns em nossa cultura e, por serem tão frequentes em nosso cotidiano, às vezes não são percebidas” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 135). Além disso, para certos setores de nossa cultura, essas estratégias podem ser vistas como algo reprovável, sendo entendidas como irracionais e desleais. Entretanto, as discussões consideradas racionais, segundo os autores, não são apenas vistas em termos bélicos, mas apresentam as referidas estratégias ou táticas ainda que de maneira subjacente:

Os mundos acadêmico, legal, diplomático, eclesiástico e jornalístico pretendem apresentar de uma forma ideal, ou ‘mais elevada’ de DISCUSSÃO RACIONAL, na qual todas essas táticas são proibidas. As únicas táticas permitidas nessa DISCUSSÃO RACIONAL são, em princípio, o estabelecimento de premissas, a citação de evidência que sustente as premissas e a geração de conclusões lógicas. Mas, até mesmo nos casos mais ideais, em que todas essas condições são asseguradas, DISCUSSÃO RACIONAL ainda é compreendida em termos de GUERRA. Ainda há uma posição para ser estabelecida ou defendida; você pode vencer ou perder; você tem um oponente cuja posição você ataca e tenta destruir e cujo argumento você tenta derrotar. Se você é bem-sucedido, você o elimina (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 135-136).

As táticas mencionadas acima, como intimidação e ameaça, por exemplo, apesar de pertencentes à discussão tomada como racional, podendo ser muito sofisticadas, fazem parte do debate, acadêmico ou não, e da própria guerra. Segundo Lakoff e Johnson (2002), os cenários científico, jurídico, diplomático, eclesiástico e jornalístico, os quais teriam como aspiração o ideal de uma discussão de cunho racional, bem como os cenários cotidianos e domésticos, estão fundamentados na metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. Em outros termos, pode-se considerar que os graus de formalidade gerenciam o apelo à referida metáfora de modo menos ou mais subjacente, porém tais graus não necessariamente bloqueiam o recurso figurativo. Ainda que seja muito implícita, a metáfora pode estar operando.

É relevante destacar o que esses autores discutem ao analisar textos jornalísticos. O próprio Lakoff (2003) investigou as metáforas usadas para falar sobre as guerras no Golfo Pérsico em 1991 e 2003, escrevendo:

Como os EUA perderam poucos [...] “ativos” na Primeira Guerra do Golfo, a guerra foi noticiada, logo depois, no NY Times seção de negócios, como tendo sido uma “pechincha”. Como os civis iraquianos não eram nossos bens, eles não podiam

ser contados entre as “perdas” e, portanto, não havia uma contabilidade pública cuidadosa das vidas civis iraquianas perdidas, pessoas mutiladas e crianças que morreram de fome ou ficaram gravemente doentes pela guerra ou pelas sanções que se seguiram. [...] E por que tanta inimizade contra a França e a Alemanha? Por meio da metáfora da NAÇÃO como PESSOA, elas deveriam ser nossas “amigas” e amigos deveriam ser solidários e ajudar quando precisamos de ajuda. Amigos devem ser leais. Isso torna a França e a Alemanha amigas de bom tempo! Não estão lá quando você precisa delas (LAKOFF, 2003, p. 1-3).

Nesse trecho, observa-se uma série de metáforas acionadas no tratamento do complexo tema das guerras. Quando os assuntos em questão são controversos, parece que o texto jornalístico se torna um ambiente ainda mais propício para a emergência de metáforas e implicações, recorrendo com frequência ao que Lakoff e Johnson (2002, p. 136) chamam de “táticas ‘irracionais’ e ‘desleais’”.

Com todos esses exemplos, compreende-se que a conceptualização de DISCUSSÃO em termos de GUERRA é dada pela nossa cultura, não apenas pelas culturas americana e inglesa. Por isso, mesmo que um determinado conceptualizador não tenha participado de um confronto físico real ou efetivamente experienciado uma guerra, essa metáfora é processada linguístico-cognitivamente, fundamentando-se em correlações sistemáticas encontradas em nossa experiência coletiva. A metáfora DISCUSSÃO É GUERRA tem como base nossas vivências físicas e culturais, ao passo que ela também ancora outras de nossas experiências e ações.

2.5 METONÍMIA

A metonímia baseia-se em uma relação de contiguidade, origina-se de uma ideia evocada por outra quando elas conservam interdependência. Assim, uma palavra que normalmente é usada para determinar uma entidade pode ser usada também para referir-se a uma entidade contígua. Há uma relação intrínseca entre metonímia e metáfora, porque ambas tratam de tomar uma coisa em termos de outra. Assim, tradicionalmente, são descritas as seguintes metonímias: (i) O EFEITO PELA CAUSA, (ii) O AUTOR PELA OBRA, (iii) O CONTINENTE PELO CONTEÚDO, (iv) A PARTE PELO TODO, (v) O SINGULAR PELO PLURAL, (vi) A MATÉRIA PELA OBRA (LIMA, 2012, p. 603). Nos estudos da Linguística Cognitiva, assume-se que a metonímia, assim como a metáfora, não é um fenômeno exclusivamente linguístico, mas sim um processo cognitivo. A diferença entre metonímia e metáfora se explicaria pelo fato de que a primeira envolve apenas um domínio semântico ou dois subdomínios de um único domínio-matriz (LAKOFF; TURNER, 1989). Isso se deve à relação de

contiguidade que caracteriza o escopo semântico do domínio na metonímia, mas não na metáfora. Assim, na metáfora há projeção de, no mínimo, dois domínios distintos, que não são autorreferidos. Outra diferença entre metonímia e metáfora, apontada pela LC, reside no entendimento de que a metonímia tem função referencial, enquanto a metáfora tem função predicativa (FERRARI, 2018, p. 104).

Lakoff e Johnson (2002, p. 92-93) definem metáfora e metonímia como processos de naturezas diferentes: por metáfora, entender-se-ia o processo cognitivo de conceber uma coisa em termos de outra, sendo sua função principal a compreensão; já por metonímia, entender-se-ia o processo de usar uma entidade para representar outra, sendo sua função principal a referenciação. Apesar de reconhecerem a função referencial como principal, eles admitem que a metonímia também proporciona entendimento. O exemplo trazido por Lakoff e Johnson para explicar essa função da metonímia é particularmente interessante em face do que foi observado no banco de dados desta pesquisa:

Quando dizemos “o Times ainda não chegou para a coletiva”, estamos usando o “Times” não simplesmente para nos referirmos a um repórter ou outro, mas também para sugerirmos a importância da instituição que o repórter representa. Assim, “o Times ainda não chegou para a coletiva” tem um significado diferente de “Steve Roberts ainda não chegou para a coletiva” mesmo que Steve Roberts seja o tal repórter do Times (2002, p. 93).

Consequentemente, é possível não apenas identificar qual entidade está sendo tomada por outra, mas também perscrutar os efeitos semânticos desse recurso, tendo em vista que as metonímias não devem ser tomadas como eventuais ou aleatórias. Nesse sentido, tanto as metáforas quanto as metonímias são ordenadas de maneira sistemática, integrando os processos cognitivos por meio dos quais organizamos nossos pensamentos e ações. Assim, vislumbram-se semelhanças entre a metáfora e a metonímia, que, a princípio, designam processos distintos. Lakoff e Johnson (2002, p. 94-96) listam as seguintes metonímias: PARTE PELO TODO, ROSTO PELA PESSOA, PRODUTOR PELO PRODUTO, OBJETO PELO USUÁRIO, CONTROLADOR PELO CONTROLADO, INSTITUIÇÃO PELOS RESPONSÁVEIS, LUGAR PELA INSTITUIÇÃO e LUGAR PELO EVENTO. Para fins de análise do banco de dados desta dissertação, cabe ainda ressaltar que, como uma especificação da metonímia INSTITUIÇÃO PELOS RESPONSÁVEIS, identificou-se justamente JORNAL PELOS JORNALISTAS. Adicionalmente, buscou-se compreender os efeitos dessa escolha no caso do jornal *The Intercept* Brasil, tendo em vista que Lakoff e Johnson já apontam para a não casualidade dessa escolha desde seu exemplo acerca do *Times*.

Portanto, apesar de metáfora e metonímia serem descritas como conceitos distintos, nos estudos de LC, notabilizam-se casos fronteiros em que essa diferenciação não é tão evidente - em alguns, inclusive, haveria uma coincidência desses processos, caracterizando o que Goossens (2003) chamou de metaftonímia. Assim como ocorre com outros fenômenos tratados à luz da perspectiva cognitivista da linguagem, assume-se uma aproximação entre metáfora e metonímia em uma relação de continuidade, não sendo possível nem interessante separá-las completamente. Dessa forma, metáfora e metonímia são compreendidas como complementares e inter-relacionadas.

2.6 COESÃO METAFÓRICA

Já que se pode considerar coesão e coerência como fenômenos intrínsecos e interdependentes, esta seção trata inicialmente da abordagem acerca de coerência metafórica sob a ótica de Lakoff e Johnson (2002), tendo em vista alguns aspectos especializados de um determinado conceito. Segundo esses autores, DISCUSSÃO, por exemplo, é um conceito geral que pode ser especializado em termos de DISCUSSÃO RACIONAL. Como já foi dito, esse formato ocorre em ambientes acadêmicos, jurídicos, entre outros. Tal especialização relaciona-se à restrição aparente das estratégias discursivas acionadas pelos conceptualizadores quando se realiza, por sua vez, a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA de forma idealizada nos referidos contextos institucionais. Dessa forma, Lakoff e Johnson (2002) acrescentam a especialização DISCUSSÃO RACIONAL UNILATERAL, que abarca especificamente casos de modalidade escrita, a qual impossibilita a interação dialógica entre dois ou mais participantes:

Aqui o ato de falar torna-se especificamente o ato de escrever, e o autor dirige-se, não a adversários reais, mas a um grupo de adversários hipotéticos, ou a adversários reais que não estão presentes para se defenderem, para contra-atacarem etc.[...] DISCUSSÃO RACIONAL UNILATERAL é um ramo especializado do conceito geral discussão e, como tal, traz em si várias restrições específicas. Na medida em que não há um adversário determinado presente, deve-se simular um adversário idealizado. Se o objetivo “vitória” for mantido, ele incidirá sobre um adversário que não está presente e, para garanti-la, será preciso superar todos os adversários possíveis, além de conquistar as facções neutras para si. Para tanto, devem-se antecipar as possíveis objeções, defesas, ataques, etc. e levá-las em conta enquanto se constrói a discussão (p. 166).

Dessa forma, DISCUSSÃO RACIONAL UNILATERAL apresenta restrições marcadamente próprias, as quais estão listadas da seguinte forma:

- (i) Conteúdo: é necessário dispor-se de uma determinada quantidade de evidências que possam apoiar o que se quer provar e dizer, para então superar todo tipo de objeção.
- (ii) Progresso: deve-se começar com um acordo geral a respeito das premissas e prosseguir de forma linear em direção a uma conclusão.
- (iii) Estrutura: a discussão racional exige conexões lógicas adequadas entre várias partes.
- (iv) Força: a capacidade que uma discussão tem para suportar ataques depende do peso das evidências e da solidez das conexões lógicas.
- (v) Embasamento: certas afirmações são mais importantes do que outras e devem ser particularmente mantidas e defendidas, porque servem de base para outras afirmações subsequentes.
- (vi) Obviedade: em qualquer discussão, aparecerão aspectos que não são óbvios e que, portanto, devem ser identificados e explorados detalhadamente.
- (vii) Direcionamento: a força de uma discussão pode depender da direção que se dá às premissas em direção à conclusão.
- (viii) Clareza: as afirmações e suas conexões devem ficar muito claras para que o leitor possa entendê-las (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 167).

O que esses autores apontam acerca de DISCUSSÃO RACIONAL UNILATERAL se aplica ao banco de dados analisado nesta dissertação, tendo em vista que se constitui de duas reportagens jornalísticas. Consequentemente, as características próprias dessa forma de discussão elucidam aspectos específicos da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. Processo semelhante ocorrerá com outras metáforas que são formadas para a compreensão do conceito DISCUSSÃO como um todo, por exemplo, DISCUSSÃO É VIAGEM. O domínio-fonte GUERRA destaca alguns aspectos do domínio-alvo DISCUSSÃO; o domínio-fonte VIAGEM, por sua vez, realça outros. No que diz respeito à DISCUSSÃO É VIAGEM, os aspectos realçados têm a ver com o fato de, assim como em uma viagem, a discussão ter início, progressão em estágios e direção a um objetivo.

Tanto DISCUSSÃO É VIAGEM quanto DISCUSSÃO É GUERRA fornecem apenas parcialmente o entendimento acerca do conceito geral de DISCUSSÃO. Entretanto, juntas, as referidas metáforas possibilitam uma compreensão coerente, uma vez que VIAGEM e GUERRA se complementam pelo menos em termos de início, meio e fim, o que caracteriza implicações semelhantes. Então, observa-se que há uma coerência interna de cada metáfora e, na correlação específica entre DISCUSSÃO É VIAGEM e DISCUSSÃO É GUERRA, há uma coerência entre metáforas, sobretudo por conta de o domínio-alvo DISCUSSÃO ser o mesmo, para além da observação de que VIAGEM e GUERRA apresentam elementos em comum. Conforme ainda Lakoff e Johnson (2002), a justaposição desses domínios é possível porque as referidas metáforas compartilham certas implicações, como as

observadas logo acima. “É essa justaposição de implicações entre duas metáforas que define a coerência entre elas” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 174).

De algum modo, o que Lakoff e Johnson (2002) falam acerca do aspecto coerente relativo às metáforas repercute no plano coesivo de encadeamento textual. Considerando que a coerência das metáforas contribui para a interpretação de produtos da modalidade escrita (o caso desta dissertação), é possível salientar que as pistas linguísticas que circunscrevem as metáforas e sustentam o texto estão alinhadas a essa coerência. Por sua vez, Ferrari (2019) estuda o fenômeno da metáfora em jornais, focalizando o uso de múltiplas metáforas do mesmo tipo na formação de cadeias coerentes. Essas cadeias metafóricas são tratadas sob a ótica da *Systemic Function Grammar* (SFG), de Halliday (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), como uma característica de coesão textual. À parte os recursos tradicionais coesivos, como anáfora pronominal, elipse e referência por sintagmas nominais definidos, o referido autor afirma que as cadeias metafóricas funcionam como um processo de referência genérica, formando uma rede de conexões por meio do texto em coesão global. Para o autor, que se baseia em *corpus*, é possível dar conta da relação entre coesão e coerência no plano figurativo, o que envolve motivações culturais do uso de metáforas.

Ferrari (2019), ao trabalhar com *corpus* similar ao desta dissertação, afirma que a linguagem figurativa é empregada pelos jornalistas com o propósito de tornar os fatos narrados mais compreensíveis e atraentes, provocando emoções e surpresa entre os leitores. Além disso, ele considera que as metáforas podem ser usadas para comunicar opiniões e ideologias, influenciando o público leitor. Apesar de reconhecer que as diferenças culturais podem afetar o sentido e a distribuição das metáforas, Ferrari (2019) aponta para uma generalidade do fenômeno, tendo em vista que o *corpus* analisado por ele apresenta exemplos extraídos de jornais em diversas línguas, a saber: romeno, alemão, espanhol, francês, grego, inglês, italiano e português.

Uma observação de Ferrari (2019) diz respeito à identificação de um contínuo entre expressões metafóricas já consolidadas na língua e expressões metafóricas inovadoras. Segundo esse autor, as metáforas já consolidadas não são imediatamente percebidas, e é difícil parafraseá-las; já as inovadoras frequentemente se destacam e comunicam pontos de vista. Apesar de afirmar isso, ele faz uma ressalva citando o fato de que há usos de metáforas consolidadas para sugerir opinião, sendo por vezes complexa a tentativa de separação entre as ocorrências dos dois tipos polarizados em termos de veiculação de aspectos opinativos.

Ferrari (2019) observa ainda que, muitas vezes, as metáforas não aparecem isoladamente, mas em uma série de expressões metafóricas relacionadas, sendo a coerência a principal característica comum entre essas metáforas múltiplas, pois todas as instâncias partilham o mesmo domínio-fonte e tendem a formar um único conjunto metafórico. Ele demonstra isso em três exemplos oriundos do italiano, inglês e espanhol, respectivamente:

(1) Theresa May ha perso la sua scommessa [...] David Cameron si era giocato tutto con lo sciagurato azzardo del referendum sull'Europa [...] (CAZZULLO, 2017 *apud* FERRARI, 2019, p. 63, grifos nossos).
Theresa May perdeu a aposta [...] David Cameron arriscou tudo no azar do referendo sobre a Europa [...] (tradução nossa).

Segundo Ferrari (2019), o contexto desse primeiro exemplo diz respeito às eleições na Grã-Bretanha, que são tomadas em termos de jogos de azar, como se nota em “Theresa May perdeu sua aposta”. Por sua vez, a posição de David Cameron é retratada tendo como base o mesmo cenário: em que ele estaria arriscando tudo na disputa do Referendo do Brexit. As duas palavras, “scommessa” e “azzardo”, derivam da mesma metáfora cognitiva: POLÍTICA É JOGO (ARCIMAVIČIENĒ, 2008 *apud* FERRARI, 2019).

Já o segundo exemplo é um trecho de notícia acerca das relações econômicas entre EUA e China, que são apresentadas por meio do domínio-fonte GUERRA para comunicar o aspecto competitivo dos mercados: os EUA estariam intensificando a guerra comercial e, em reação, a China os estaria retaliando. Portanto, nesse caso, o mapeamento metafórico identificado é NEGÓCIO É GUERRA (GRYGIEL, 2015 *apud* FERRARI, 2019):

(2) The trade war between the United States and China escalated again on Tuesday [...] After Beijing announced that it would retaliate [...] (CASSIDY, 2018 *apud* FERRARI, 2019, p. 63, grifos nossos).
A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China intensificou novamente na terça-feira [...] Depois que Pequim anunciou que iria retaliar [...] (tradução nossa).

No terceiro exemplo, Ferrari (2019) identifica, novamente, uma metáfora com domínio-fonte GUERRA: a ação de Donald Trump é retratada em termos de “cruzada” tendo ele procedido a um ataque (“ofensiva”), contra o qual os 300 jornais americanos se manifestaram em posição de “defesa”:

(3) En una actuación coordinada sin precedentes, más de 300 periódicos estadounidenses publican este jueves editoriales en defensa de la libertad de prensa frente a la ofensiva despiadada de Donald Trump contra los medios de

comunicación. [...] La respuesta de Trump ha sido redoblar su cruzada [...] (FAUS; XIMENEZ, 2018 *apud* FERRARI, 2019, p. 63, grifos nossos).

Em uma atuação coordenada sem precedentes, mais de 300 jornais americanos publicam nesta quinta-feira editoriais em defesa da liberdade de imprensa diante da ofensiva lançada por Donald Trump contra os meios de comunicação [...] A resposta de Trump foi dobrar sua cruzada [...] (tradução nossa).

Nos três casos apresentados por Ferrari (2019), identifica-se um arranjo textual em que as metáforas parecem ser repetidas ao longo das sequências de enunciado dos artigos jornalísticos, sendo possível representar esse fenômeno como uma cadeia de metáforas, em que a primeira instância abre um espaço metafórico no qual outras metáforas são usadas dentro do mesmo domínio-fonte.

2.7 ESQUEMAS IMAGÉTICOS

Em LC, os esquemas imagéticos correspondem a concepções mentais esquemáticas de imagens, sendo estruturas de conhecimento que são obtidas a partir das experiências físicas do corpo humano ao interagir com o mundo. Ou seja, os esquemas imagéticos são também explicados pelo conceito de corporificação, segundo o qual nossa experiência perceptual corpórea integra o processamento linguístico-cognitivo de construção dos significados. Ferrari (2018, p. 87) explica, por exemplo, o esquema imagético de CONTÊINER como resultante das nossas experiências ao manipularmos esse tipo de objeto, como caixas, copos e vasos.

Na lida analítica com esse conceito, Silva (2020), por sua vez, tratou das ocorrências de *phrasal verbs* da língua inglesa, abordando os aspectos de composicionalidade e metaforicidade dessas construções, à luz da Linguística Cognitiva. Ela comparou os casos de *phrasal verbs* segundo sua composição e identificou que os exemplos de formação idiomática eram menos relacionados aos aspectos dêiticos, porém mais dependentes de processos metonímicos e metafóricos, com projeções entre esquemas imagéticos. Assim, Silva (2020) recorreu aos esquemas imagéticos listados por Croft e Cruse (2004, p. 45), os quais se basearam em estudos anteriores de Johnson (1987), Lakoff e Turner (1989) e Clausner e Croft (1999). Assim como Silva (2020), utiliza-se a tradução proposta por Ferrari (2018, p. 87), transcrita no quadro abaixo:

Quadro 1 – Inventário de esquemas imagéticos

ESPAÇO	CIMA-BAIXO, FRENTE-TRÁS, ESQUERDA-DIREITA, PERTO-LONGE, CENTRO-PERIFERIA, CONTATO
ESCALA	TRAJETÓRIA
CONTÊINER	CONTENÇÃO, DENTRO-FORA, SUPERFÍCIE, CHEIO-VAZIO, CONTEÚDO
FORÇA	EQUILÍBRIO, FORÇA CONTRÁRIA, COMPULSÃO, RESTRIÇÃO, HABILIDADE, BLOQUEIO, ATRAÇÃO
UNIDADE	FUSÃO, COLEÇÃO, DIVISÃO, ITERAÇÃO
MULTIPLICIDADE	PARTE-TODO, LIGAÇÃO, CONTÁVEL-NÃO CONTÁVEL
IDENTIDADE	COMBINAÇÃO, SUPERIMPOSIÇÃO
EXISTÊNCIA	REMOÇÃO, ESPAÇO DELIMITADO, CICLO, OBJETO, PROCESSO

Fonte: Ferrari (2018).

Vale ressaltar que, como os esquemas imagéticos são conceitos abstratos apreendidos a partir da experiência corpórea em atividades corriqueiras, eles são categorias inespecíficas, por vezes difíceis de operar. Os estudos de Deignan (2010) apontam que, em alguns mapeamentos metafóricos específicos, o reconhecimento do esquema imagético se torna difuso e fronteiro; em outros, os padrões descritos mostram-se escassos. Nesta dissertação, objetivou-se relacionar cada instância de expressão metafórica a pelo menos um dos esquemas imagéticos preestabelecidos, tendo como destaque o macro-esquema imagético FORÇA que engloba as especificidades EQUILÍBRIO, FORÇA CONTRÁRIA, COMPULSÃO, RESTRIÇÃO, HABILIDADE, BLOQUEIO e ATRAÇÃO. Esse esquema imagético está relacionado às instâncias da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, que se mostrou particularmente relevante na análise dos dados.

É possível observar ainda que em cada ocorrência um ou mais desses aspectos dos esquemas imagéticos são mais pertinentes, tendo em vista que, apesar de serem estruturas pré-conceptuais já estabelecidas, possuem um caráter dinâmico. Essa flexibilidade se explica pelo fato de os esquemas imagéticos serem abstratos e inexatos, pois dizem respeito a estruturas elementares, sendo a base primária para processos cognitivos mais complexos tais como os mapeamentos metafóricos. Por essa razão, os esquemas imagéticos são pertinentes a diversas instanciações metafóricas em diferentes contextos.

2.8 METÁFORA AVALIATIVA

As propriedades avaliativas e persuasivas da metáfora foram discutidas antes mesmo do surgimento da abordagem linguístico-cognitiva como corpo teórico bem delimitado. Deignan (2010) relembra que, já em 1962, Ullmann explicava a metáfora como fonte suprema de expressividade na linguagem, e que, em 1967, Waldron analisava expressões figuradas como “O homem é um lobo”, apontando o aspecto avaliativo da metáfora (ULLMANN, 1962; WALDRON, 1967 *apud* DEIGNAN, 2010). Por sua vez, Lakoff e Johnson (2002) argumentaram que os políticos podem explorar as metáforas para persuadir. Além disso, as metáforas têm sido recentemente estudadas pela área da publicidade justamente por sua força persuasiva, como afirma Deignan (2010) ao citar o trabalho de McQuarrie e Phillips (2005). Entretanto, essa autora, no mesmo trabalho de 2010, afirma que grande parte dos estudos não explica de forma tão aprofundada como exatamente uma metáfora é capaz de comunicar uma avaliação.

O aspecto avaliativo da metáfora é depreendido do entendimento de que, para cruzar dois domínios na metáfora, é preciso, de antemão, fazer uma avaliação, ainda que seja uma espécie de avaliação prévia quase automática (DEIGNAN, 2010). Assim, a referida autora estuda quatro mecanismos pelos quais a metáfora poderia, efetivamente, realizar uma avaliação: (i) uso da metáfora para criar implicações; (ii) uso de cenários metafóricos; (iii) a escolha dos domínios-fonte que são significativos para os usuários de uma linguagem particular; (iv) a exploração das conotações do significado literal das palavras. Nesse sentido, as metáforas teriam potencial narrativo, gerando implicações com base nas conotações avaliativas que passariam do domínio-fonte para o domínio-alvo. Além disso, a escolha de um domínio-fonte pelo enunciador visaria a atingir grupos sociais específicos para os quais esses domínios-fonte seriam mais significativos.

Um dos conceitos utilizados por Deignan (2010), e que se verificou ser consistente com a análise dos dados desta dissertação, diz respeito ao uso de cenários metafóricos pelos enunciadores de um discurso, em alusão ao modelo descrito por Musolff (2006). Ela menciona ainda os estudos feitos por Sopory e Dillard (2002), que afirmam que suas descobertas são consistentes com a hipótese da “organização superior”, isto é, que uma metáfora teria como função a organização dos fatos em uma história. Essa hipótese parece consonante com a percepção de coesão e coerência metafóricas, observadas no banco de dados desta pesquisa à semelhança do que Ferrari (2019) chamou de “cadeias metafóricas”. Adicionalmente, esses conceitos lembram o que Lakoff e Johnson (2002) já haviam dito a respeito do funcionamento hierarquizado das metáforas.

2.8.1 Implicações

O conceito de implicações acionado por Deignan (2010) refere-se a Schön (1993), que argumenta que as metáforas podem integrar a historicidade juntamente com suas implicações, para apresentar uma interpretação particular de situações e eventos por parte do enunciador. As Implicações dizem respeito a uma série de conclusões, cujas inferências são plausíveis com base no processamento linguístico-cognitivo da metáfora: o conceptualizador acessa a historicidade do léxico acionado no domínio-fonte, incrementando sentidos ao domínio-alvo e gerando as implicações, que seriam os entendimentos conclusivos consequentes da metáfora. É um mecanismo interpretativo cuja plausibilidade é dada pela operação metafórica.

Deignan (2010) cita os exemplos de implicações metafóricas de Lakoff e Johnson (1980), como no caso da metáfora da “guerra”, que teria sido explorada na década de 1970, aplicada ao contexto da crise energética. Segundo esses autores, aludir à “guerra” poderia justificar o uso de meios militares para o fornecimento de energia, uma vez que as implicações incluiriam (i) a pressuposição de existência de um inimigo exterior, que seria psicologicamente perfilado como hostil; (ii) a ideia de que a população precisaria fazer sacrifícios⁴; e (iii) o apelo ao instinto de sobrevivência, segundo o qual as pessoas seriam encorajadas a enfrentar uma ameaça.

Outra observação breve feita por Deignan (2010) ganha relevo nesta pesquisa, pois a metáfora se configuraria como um eficiente recurso para o locutor posicionar-se diante de uma situação, tendo em vista que seu interlocutor (no caso, os leitores do *The Intercept* Brasil) não precisaria ser informado explicitamente sobre quais conclusões tirar: seria suficiente acessar a historicidade do domínio-fonte da metáfora para ser capaz de compreender suas implicações por si mesmo.

⁴ A esse respeito, estudos recentes como os de Naomi Klein apontam para a exploração proposital de uma crise no que ela chama de “doutrina do choque”. Ela afirma o seguinte: “A história do livre mercado contemporâneo foi escrita em choques. Algumas das violações mais infames dos direitos humanos nos últimos 35 anos, que tenderam a ser consideradas atos sádicos por regimes antidemocráticos, na verdade foram cometidas com a intenção deliberada de aterrorizar o público ou atrelá-lo ativamente para preparar o terreno para a imposição de reformas livre-mercadistas radicais” (KLEIN, 2007).

2.8.2 Cenários

A noção de cenários foi desenvolvida por Musolff como “uma categoria analítica intermediária entre o nível do domínio conceitual como um todo e seus elementos individuais” (MUSOLFF, 2004 *apud* DEIGNAN, 2010, p. 360-361). De acordo com Musolff, as metáforas conceituais podem ter implicações que são, aparentemente, conflitantes. Ele exemplifica com o caso da metáfora UMA NAÇÃO É UMA FAMÍLIA, descrita por Lakoff (1996), que seria explorada por meio de dois modelos de Estado; um estaria alinhado ao modelo de pai estrito e outro ao modelo de pai provedor. As implicações desses entendimentos de pai dão base para modelos de Estado opostos entre si, apesar de serem evocados pela mesma metáfora. Para Musolff, cada modelo de cenário veicula uma perspectiva avaliativa. Essa observação de Musolff que foi empregada por Deignan (2010) é concernente às análises observadas nesta dissertação. Nessa pesquisa, observou-se ainda um uso argumentativo dessa oposição entre implicações possibilitadas por uma metáfora.

Deignan (2010) conclui que, por meio da noção de cenários, o pesquisador pode especular a respeito das implicações das metáforas que acionam o mesmo domínio-fonte, sendo necessário perceber um cenário e, então, identificar como o enunciador usa as metáforas produzidas pelo cenário. Assim, a noção de cenários de Musolff, bem como a utilização desse conceito por Deignan, são confirmadas pelo que se observa nesta dissertação.

De fato, por meio das metáforas, se expressa uma avaliação subjetiva. Algumas vezes demonstra-se concordância, mas é possível acionar a mesma metáfora com expressões linguísticas diferentes para manifestar discordância. Esse é o movimento identificado na análise do banco de dados desta dissertação: tanto as mensagens dos procuradores quanto as mensagens dos jornalistas acionam as mesmas metáforas por perspectivas diferentes, as quais são notadas pelos cenários, pelos traços selecionados do domínio-fonte de uma mesma metáfora ou mesmo do ponto de vista do conceptualizador na metáfora. É como se este último transferisse seu ponto de vista para o cenário metafórico acionado e de lá abordasse os fatos. Por exemplo, na metáfora do jogo, os jornalistas se colocam nesse cenário como se fossem um espectador distante, narrando a partida do ponto de vista da arquibancada. Entretanto, deve-se frisar que eles são um espectador não neutro, porque manifestam de forma explícita, por meio das expressões metafóricas e não metafóricas, seu posicionamento diante dos fatos narrados.

2.8.3 Escolha do domínio-fonte

Segundo Deignan (2010), a escolha do domínio-fonte é uma estratégia persuasiva de alinhamento entre as pessoas. Ela menciona as pesquisas de Semino e Masci (1996) a respeito das metáforas usadas por Silvio Berlusconi, político italiano. Elas descobriram que Berlusconi usava um grande número de metáforas relacionadas a futebol para se aproveitar das “conotações positivas do esporte italiano mais popular, que atrai paixões fortes além das barreiras de classe social e origem regional”, alinhando a seu partido político adjetivos como democrático e patriótico, que caracterizam esse esporte na cultura italiana (SEMINO; MASCI, 1996 *apud* DEIGNAN, 2010).

Assim, além das implicações geradas, a escolha do domínio-fonte também parece ser um relevante aspecto pelo qual as metáforas avaliam. Por sua vez, Koller argumenta que alguns domínios-fonte favorecem grupos específicos em detrimento de outros. Por exemplo, em seu estudo sobre textos com a temática de negócios, ela afirma que são utilizadas metáforas com domínios-fonte relacionados à guerra e ao esporte, e que tais domínios são mais inclusivos ao público masculino, alinhando-se mais especificamente a um estereótipo de masculinidade “agressiva, violenta e dominante” (KOLLER, 2004 *apud* DEIGNAN, 2010).

Como se sabe, as metáforas são culturais, assim, mesmo que as conclusões de Koller citadas por Deignan estejam relacionadas a um entendimento de masculinidade e feminilidade que poderia ser questionado à luz dos estudos de gênero recentes, é válida sua percepção acerca do alinhamento entre a escolha do domínio-fonte e o público-alvo. Portanto, a escolha do domínio-fonte mostra-se eficiente ferramenta de persuasão e indica o funcionamento avaliativo das metáforas, uma vez que considera os conhecimentos compartilhados entre os conceptualizadores. Assim, um escritor pode levar em conta os domínios-fonte que seriam os mais significativos para criar alinhamento linguístico-cognitivo com seus leitores.

2.8.4 Conotação

Por último, Deignan (2010) discute a relevância da conotação, pois estudos anteriores à abordagem da Linguística Cognitiva apontavam que os efeitos persuasivos da metáfora guardariam relação com a esquematização das conotações dos domínios-fonte que seriam atribuídas aos domínios-alvo. No entanto, seus resultados apontam a fragilidade dessa hipótese, uma vez que os sentidos conotativos de palavras relacionadas a um mesmo domínio-fonte nem sempre são

encontrados quando essas palavras são usadas figurativamente. Por exemplo, em “o menino engordou”, pode-se dizer que há uma conotação negativa vinculada ao verbo “engordar”, porém em “engordei a minha poupança” esse mesmo verbo assumiria conotação positiva. Colocam-se como outros exemplos desafiadores os casos em que as palavras têm uma etimologia complexa, apresentam ambiguidade semântica ou quando as conotações do domínio-fonte são empregadas em tom irônico. Apesar disso, em alguns casos, os sentidos metafóricos são pertinentes aos significados literais das palavras, contribuindo com os aspectos avaliativos das metáforas.

Os resultados alcançados por Deignan (2010) apontam para a relevância quantitativa tanto em *types* (diferentes expressões) quanto em *tokens* (número de instâncias), de expressões figurativas multi-palavras. Assim, segundo ela, as metáforas conceituais subjacentes não prescrevem a forma da realização linguística das expressões metafóricas. A forma é variável, embora haja alguma fixidez, cuja explicação se daria por uma complexa relação entre propriedades formais, semânticas e avaliativas dessas expressões. A autora aponta ainda que a maior parte das expressões analisadas consistiria de representações de mapeamentos metafóricos específicos, possivelmente episódicos, cujas propriedades avaliativas são apreendidas com base no contexto de uso, ou seja, não são previsíveis. Para Deignan (2010), essas expressões poderiam ser tomadas como evidência de mapeamentos metafóricos subjacentes, indicando que as instâncias mais específicas e de ocorrências únicas sejam mais frequentes e, por isso, mais significativas conceitualmente do que as formas reiteradas.

2.9 DISCURSO REPORTADO

Um dos conceitos seminais de Discurso Reportado é o de Bakhtin (2006, p. 147, grifos do autor), segundo o qual “o discurso citado é o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*”. Essa definição se alinha muito bem ao que se observa no plano gramatical, que contempla recursos linguísticos específicos apresentados formalmente. Conforme os estudos tradicionais de gramática, há apenas três moldes linguísticos de discurso reportado: direto, indireto e indireto livre. O quadro a seguir sumariza o que Cunha e Cintra (1985) discorrem a respeito do discurso reportado:

Quadro 2 – Discurso Reportado

MOLDE	CARACTERÍSTICAS FORMAIS	CARACTERÍSTICAS EXPRESSIVAS
<p>Direto: narrador deixa a personagem expressar-se por si mesma, limitando-se a reproduzir-lhe as palavras como as teria efetivamente selecionado, organizado e emitido. Ocorre a reprodução textual das falas das personagens, que são chamadas a apresentar suas próprias palavras</p>	<p>Marcado geralmente pela presença de verbos dicendi e vicários, que podem introduzi-lo, arrematá-lo ou neles se inserir. Quando falta o verbo de enunciação, cabe ao contexto e a recursos gráficos (dois pontos, vírgula, aspas, travessão e mudança de linha) a função de indicar a fala da personagem</p>	<p>a força da narração em discurso direto provém essencialmente de sua capacidade de atualizar o episódio, fazendo emergir da situação a personagem, tornando-a viva para o ouvinte à maneira de uma cena teatral, em que o narrador desempenha a mera função de indicador das falas. Tais usos permitem caracterizar, com precisão e colorido, a atitude da personagem cuja fala vai ser textualmente reproduzida.</p>
<p>Indireto: o narrador incorpora aqui, ao seu próprio falar, uma informação da personagem, contentando-se em transmitir ao leitor apenas seu conteúdo, sem nenhum respeito à forma lingüística que teria sido realmente empregada</p>	<p>Introduzidas por um verbo declarativo, as falas da personagem aparecem numa oração subordinada substantiva, em geral desenvolvida. Pode ocorrer a elipse da conjunção integrante. Isso também pode se dar com a oração subordinada substantiva na forma reduzida</p>	<p>pressupõe um tipo de relato predominantemente informativo e intelectual. O diálogo é incorporado à narração mediante uma forte subordinação semântico-sintática por meio de nexos e correspondências verbais entre a frase reproduzida e a frase introdutora</p>
<p>Indireto livre: é uma conciliação do discurso direto com o indireto. Aproxima narrador e personagem, dando-nos a impressão de que passam a falar em uníssono</p>	<p>Pressupõe duas condições: absoluta liberdade sintática do escritor (fator gramatical) e completa adesão do narrador à vida da personagem (fator estético); aparece liberado de qualquer liame subordinativo, embora mantenha as transposições características do discurso indireto; conserva interrogações, exclamações, palavras e frases da personagem na forma por que teriam sido realmente proferidas</p>	<p>permite uma narração mais fluente, de ritmo e tom mais artisticamente elaborados. Há um elo psíquico entre narrador e personagem. Para a apreensão da fala da personagem, cobra importância o papel do contexto, pois que a passagem do que seja relato por parte do narrador a enunciado real do locutor é muitas vezes extremamente sutil</p>

Fonte: Cunha e Cintra (1985) *apud* Rocha (2000).

Já sob a ótica da Linguística Cognitiva, Sanders e Redeker (1996) discutem esses moldes em termos de perspectiva na representação da fala e do pensamento no discurso narrativo, tendo em vista a Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994). Nesse sentido, abarcam-se as formas direta, indireta, indireta livre e perspectiva implícita de representação da fala. No trabalho de 1996, perspectiva é definida como “a incorporação do ponto de vista de um sujeito na realidade discursiva do narrador” (SANDERS; REDEKER, 1996, p. 291 *apud* ROCHA, 2021)⁵. Assim, identificam-se possíveis diferenças na distribuição de responsabilidade entre narrador e personagem com relação à redação e ao conteúdo do segmento perspectivado, de acordo com as seguintes perspectivas citadas por Rocha (2021, p. 213): (i) Discurso direto: o falante reportado é responsável pelo enunciado e pelo conteúdo; o ponto de vista e o foco⁶ ficam no espaço encaixado; a perspectiva do falante reportado apresenta força maior (++). (ii) Discurso indireto livre: o falante reportado se exime da responsabilidade pelo enunciado, porém não pelo conteúdo; o ponto de vista e o foco ficam no espaço encaixado; a perspectiva apresenta alguma força (+). (iii) Discurso indireto: o falante reportado e o narrador dividem a responsabilidade pelo enunciado; a responsabilidade pelo conteúdo recai sobre o falante reportado; o ponto de vista fica no espaço base e no espaço encaixado; o foco fica no espaço encaixado; a perspectiva apresenta sua força reduzida (-). (iv) Perspectiva implícita: o falante reportado e o narrador dividem a responsabilidade tanto pelo enunciado quanto pelo conteúdo; o ponto de vista fica no espaço base e no espaço encaixado; o foco fica no espaço base e no espaço encaixado; a perspectiva apresenta sua força muito reduzida (--).

Levando em consideração o trabalho de Sanders e Redeker (1996), ressaltados alguns aspectos, Rocha (2021) advoga em torno da hipótese de que quem reporta é (também) autor. Nesse sentido, compreende-se que o ato de reportar discursos apresenta objetivo comunicativo (e avaliativo), não sendo uma mera reportagem aleatória. Essa ideia, segundo Rocha (2021), se ancora no provérbio árabe citado por Tannen (1989, p. 108): “Quem repete um insulto é quem está insultando você”. Desse modo, Rocha (2021) adapta o ditado a outros contextos: quem repete um elogio, está elogiando; quem repete uma denúncia, está denunciando; quem repete um discurso, está discursando. Segundo essa lógica, tem-se a fórmula: quem repete X, faz X. Por isso, de acordo com Rocha (2021), o repetidor seria (também) autor, mesmo que essa autoria não seja a autoria nos moldes canônicos.

⁵ Rocha traz a tradução do original: “(...) the embedding of a subject’s point of view in the narrator’s discourse reality” - texto da página 291 da obra de Sanders e Redeker de 1996.

⁶ Na Teoria dos Espaços Mentais, Ponto de Vista é o domínio a partir do qual se narra, se representa, se avalia, etc., e a partir do qual outros espaços são acessados ou construídos. Por sua vez, o Foco é o domínio ao qual se acrescenta estrutura.

Além disso, contempla-se a noção de que o autor é responsável pelo deslocamento do discurso e pela própria existência do discurso em novo ambiente. Rocha (2021) entende que os usuários de língua encaram cotidianamente o discurso reportado como sendo alheio às responsabilidades de quem reporta os discursos. Dessa forma, “radicalizar a hipótese de que quem reporta é autor é uma forma de puxar o cabo de guerra linguístico, social e cultural para um lado rotineiramente pouco contemplado” (ROCHA, 2021, p. 230). Por isso, o autor se utiliza dessa afirmação para fazer o que ele chama de advertência crítica, no sentido de reforçar a importância de se atribuir responsabilidade ao sujeito que reporta sobre o que reporta - ao contrário daquilo que se afirma em torno de que as notícias portam a “verdade”. Como se poderá perceber mais adiante, a METÁFORA DO CONDUTO (REDDY, 1979), largamente operada pelos usuários de língua, mascara as avaliações daquele que reporta o discurso, conferindo autonomia à linguagem em si.

Em outros termos, abarcando agora uma versão mais fraca da hipótese de Rocha (2021), leva-se em consideração que as alterações promovidas pelo deslocamento do discurso podem ser mais ou menos aprofundadas, fazendo com que aquele que reporta seja menos ou mais autor. Rocha (2021) acrescenta que, se quem reporta é autor, torna-se ainda mais autor quando reporta os próprios discursos. Assim, é possível vislumbrar uma gradação dessa autoria, cuja medida de partilhamento de responsabilidade será dada pelos contextos enunciativos a serem analisados: quando o discurso de outro é reportado, quem reporta divide a autoria; quando o próprio discurso é reportado, quem se reporta endossa sua autoria; quando se diz algo pela primeira vez, quem diz é autor.

Aplicando-se momentaneamente o que vem sendo dito em termos teóricos ao banco de dados desta dissertação, o qual será descrito em detalhes no capítulo sobre metodologia, é possível confirmar a hipótese de Rocha (2021). Embora se reitere a referida ideia de que quem reporta é (também) autor, será necessário distinguir, por força do argumento (*for the sake of argument*), o discurso próprio do jornal *The Intercept* Brasil (doravante Discurso Portado) do discurso proveniente de dados vazados, notas e reportagens (Discurso Reportado). É importante mencionar isso antecipadamente, porque esta dissertação opera com o pressuposto teórico defendido por Rocha (2021), na medida em que entende a relevância de se destacar a responsabilidade jornalística pela divulgação, pela forma e pelo conteúdo das notícias. Por outro lado, vale destacar sobremaneira a responsabilidade sobre o que as fontes fornecem como informação, mesmo que essa informação não tenha sido autorizada para publicação. Ainda que se considere o partilhamento de responsabilidades entre Discurso Portado e Discurso Reportado, o *The Intercept* Brasil deve ser tomado como autor da

obra jornalística como um todo. Na verdade, os jornalistas são os principais autores relacionados à transmissão do discurso, o qual certamente ganha contornos distintos daqueles produzidos originalmente pelas fontes.

Nesse sentido, se levássemos a hipótese de Rocha (2021) a uma radicalização absoluta, sem considerá-la como uma advertência crítica, em certa medida poderiam se tornar inoperantes tanto o entendimento de Sanders e Redeker (1996) quanto o procedimento analítico (*for the sake of argument*) de se distinguir Discurso Portado de Discurso Reportado. Mas não é o caso. Sanders e Redeker (1996) trabalham com uma relação de continuidade linguístico-cognitiva entre os moldes de Discurso Reportado, tomados como perspectivas, no interior da abrangência maior que envolve a autoria dos textos. Dessa forma, a escolha pela distinção entre Discurso Portado e Discurso Reportado, que será discutida também mais adiante, se alinha à questão das perspectivas defendida pelos referidos autores. Portanto, Discurso Portado e Discurso Reportado poderão ser compreendidos como a perspectiva de quem reporta e a perspectiva de quem é reportado.

3 METODOLOGIA

Este capítulo trata do percurso metodológico que culmina na análise linguístico-cognitiva do objeto de estudo, metáforas avaliativas emergentes, em um específico banco de dados de modalidade escrita: duas reportagens jornalísticas investigativas de teor político. A abordagem das instâncias do objeto segue uma orientação qualitativa interpretativa, segundo a qual se acolhe o olhar do pesquisador e, por conseguinte, suas práticas interpretativas (BRYMAN, 1996; DENZIN e LINCOLN, 2006). Nesse sentido, considera-se relevante declarar que a orientação político-ideológica da pesquisadora desta dissertação se alinha às concepções conhecidas como de esquerda. Assim, justificam-se quaisquer interferências avaliativas pessoais e pontuais que, por ventura, possam aparecer no corpo do texto desta dissertação, as quais se consideram inevitáveis diante de um banco de dados cujo conteúdo se entende como controverso.

Para além disso, são levadas em conta noções gerais que envolvem a metodologia baseada em *corpus*, o qual, nesse caso, é considerado um conjunto de exemplos ilustrativos de uma teoria ou de conceitos prévios; e movida a *corpus*, o qual, nesse caso, direciona a análise dos dados (BERBER-SARDINHA, 2004). Entende-se que as duas reportagens escolhidas configuram apenas banco de dados, devido à definição de *corpus* como um conjunto de dados linguísticos (orais e/ou escritos), organizados criteriosamente, extensos e representativos do uso, de forma a serem processados por computador para posterior descrição e análise (SANCHEZ; CANTOS, 1996 *apud* BERBER-SARDINHA, 2004). Nesse sentido, a condução metodológica desta pesquisa abrange o entendimento de que existe um conceito prévio, porém ele está sujeito àquilo que os dados efetivamente apresentam, podendo até ganhar ajustes, acréscimos e outros níveis de complexidade.

A justificativa relacionada à escolha desse material para análise tem a ver com os seguintes aspectos: (i) inicialmente, pensou-se em investigar o fenômeno geral da fictividade no âmbito da política, dado que a pesquisa do orientador deste trabalho já tratara ou vem tratando, com base nesse conceito, dos domínios discursivos pedagógico, jurídico, religioso, terapêutico, publicitário, entre outros; (ii) na ocasião, atentou-se para a relevância jornalística das reportagens que apresentavam denúncias contra a Operação Lava Jato, haja vista seu aspecto político contundente para o país; (iii) nesse sentido, tomado muitas vezes pelo senso comum como neutro e imparcial, sendo visto neste trabalho como um campo propício para revelar, com demonstrações formais e funcionais, o contrário daquilo que se espera comumente, o texto jornalístico passou a figurar como uma possibilidade para descrição e análise de usos figurativos da linguagem, atrelados ao conceito de

fictividade; (iv) dessa forma, essas reportagens constituiriam um interessante banco de dados para se compreender como a parcialidade e o posicionamento crítico jornalísticos se expressam linguístico-cognitivamente no texto, tendo em vista a delimitação do âmbito metafórico; (v) por fim, o fato de se selecionarem apenas duas reportagens diz respeito ao aprofundamento do enfoque qualitativo, visando a uma descrição e uma análise mais pontuais e minuciosas do fenômeno, contemplando-o em sua variedade e disposição no texto jornalístico.

3.1 OBJETIVOS

3.1.1 Objetivo geral

Rastrear, descrever e analisar as ocorrências de expressões metafóricas, entendidas como avaliativas, ao longo de dois textos jornalísticos do *The Intercept* Brasil sobre a Operação Lava Jato.

3.1.2 Objetivos específicos

Adaptados de Deignan (2010), os objetivos específicos, relacionados à descrição dos mecanismos pelos quais a metáfora avalia, em dados escritos do Português Brasileiro, são os seguintes: (i) compreender quais são as implicações integradas pelas metáforas que surgem no banco de dados do *The Intercept* Brasil; (ii) identificar quais são os esquemas imagéticos acionados pelas metáforas para formar o chamado cenário metafórico; (iii) perceber a escolha dos domínios-fonte que são significativos para os leitores do referido jornal; (iv) realçar o contraste em relação ao significado literal das palavras usadas na construção das metáforas.

3.2 HIPÓTESES

(i) O discurso jornalístico, nas reportagens estudadas, apropria-se criticamente das metáforas avaliativas, de seus respectivos esquemas imagéticos e de suas implicações, recorrendo parcialmente aos mesmos recursos figurativos evocados pelas fontes de informação, aspectos os quais emergem das mensagens vazadas, suscitando a perspectiva avaliativa dos jornalistas sobre esses dados;

- (ii) Circunscrito às referidas reportagens, o discurso jornalístico aproveita-se de metáforas avaliativas das fontes de informação para usá-las argumentativamente contra essas próprias fontes;
- (iii) A escolha dos domínios-fonte é substancial para a dimensão avaliativa das metáforas (DEIGNAN, 2010), o que é também observado no contexto enunciativo das reportagens analisadas;
- (iv) Em termos de composição textual, as referidas reportagens fazem uso dos mesmos mecanismos figurativos e avaliativos para estabelecer coesão e coerência por meio de metáfora.

3.3 BANCO DE DADOS E CONTEXTUALIZAÇÃO

Entre 9 de junho de 2019 e 18 de janeiro de 2022, o jornal *The Intercept Brasil*⁷ publicou 111 reportagens sobre a Operação Lava Jato, que será descrita posteriormente. Totalizando aproximadamente 3 mil palavras (1.213 na primeira reportagem e 1.598 na segunda, excluindo-se as palavras contidas nas imagens), o banco de dados desta dissertação se constitui das duas reportagens iniciais⁸ desse conjunto de matérias, intitulado série Vaza Jato, com acesso livre e gratuito: a primeira, de 09/06/2019: “As mensagens secretas da Lava Jato - Como e por que o *Intercept* está publicando *chats* privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro”, por Glenn Greenwald, Betsy Reed e Leandro Demori; e a segunda, de 09/06/2019: “‘Mafiosos!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!’ - Procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a ‘eleger o Haddad’”, por Glenn Greenwald e Victor Pougy.

A série de reportagens da Vaza Jato diz respeito ao vazamento de conversas particulares realizadas por meio do aplicativo *Telegram*, entre o então juiz federal Sergio Moro, o então promotor Deltan Dallagnol e outros integrantes da Operação Lava Jato. A equipe de jornalistas do *The Intercept Brasil* alega que teve acesso a uma grande quantidade de dados vazados por um *hacker*. Para a publicação desses dados, lança mão do princípio de que “uma democracia é mais saudável quando ações de relevância levadas a cabo em segredo por figuras políticas poderosas são reveladas ao público” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019a, recurso *online*).

Ao final da primeira matéria em estudo, os jornalistas apresentam de que maneira a publicação desses dados foi orientada. Destaca-se, a seguir, o trecho do texto que diz respeito à metodologia de investigação e ética do trabalho jornalístico:

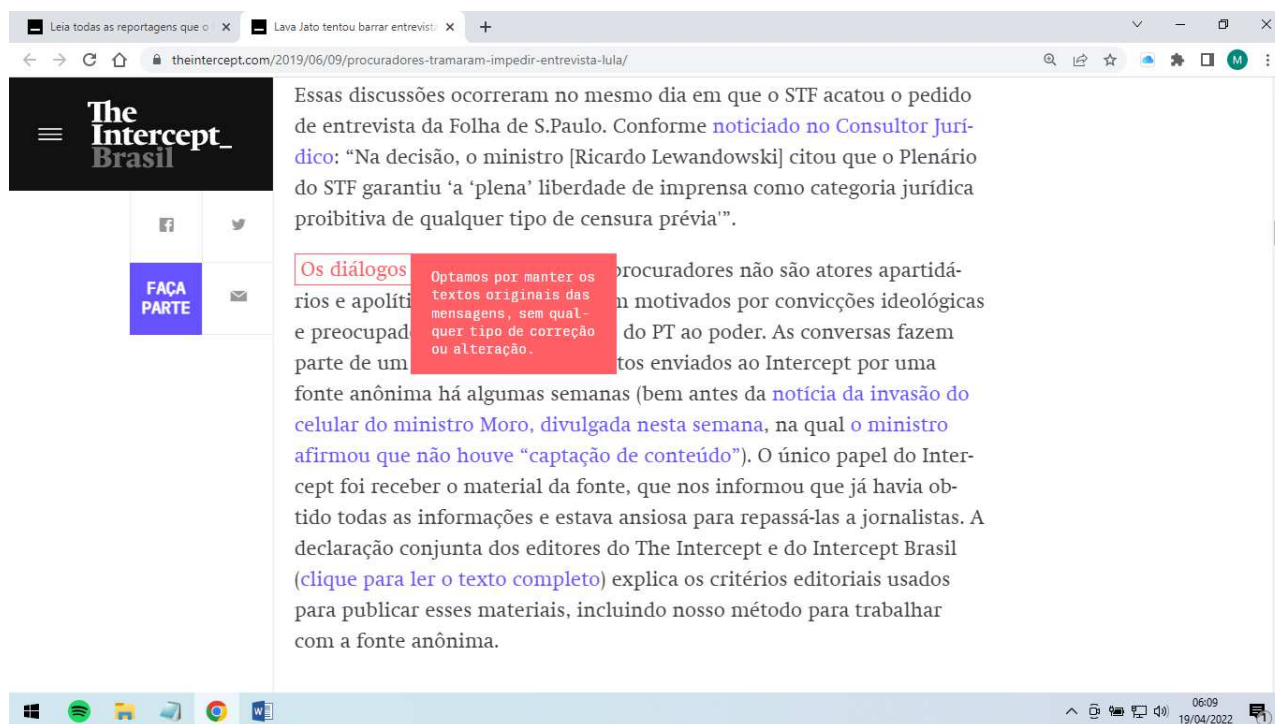
⁷ Disponíveis em: <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>. Acessadas em: jul. 2022.

⁸ O texto integral dessas duas reportagens encontra-se nos Anexos 1 e 2 ao final deste trabalho.

O enorme volume do acervo, assim como o fato de que vários documentos incluem conversas privadas entre agentes públicos, nos obriga a tomar decisões jornalísticas sobre que informações deveriam ser noticiadas e publicadas e quais deveriam permanecer em sigilo. Ao fazer esses julgamentos, empregamos o padrão usado por jornalistas em democracias ao redor do mundo: as informações que revelam transgressões ou engodos por parte dos poderosos devem ser noticiadas, mas as que são puramente privadas e infringiriam o direito legítimo à privacidade ou outros valores sociais devem ser preservadas (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019a, recurso *online*).

Assim, para fins desta pesquisa, confere-se credibilidade à metodologia de publicação e à fidedignidade dos dados apresentados ao longo da série de reportagens feitas pelo *The Intercept Brasil*, e também às notas informativas como a seguinte:

Imagem 1 – Nota informativa da Vaza Jato



Fonte: *The Intercept Brasil*⁹ (2019).

Tendo início em 17 de março de 2014, a Operação Lava Jato foi um conjunto de investigações, feito pela Polícia Federal do Brasil, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, objetivando

⁹ Disponível em: theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/. Acesso em: abr. 2022.

averiguar um esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado bilhões de reais em propina, conhecido como Petrolão. Essa operação marcou o contexto social e político do Brasil em 2019, considerando-se que parte relevante de suas ações se deu no período anterior às eleições para presidente da República, em 2018. Meses antes das campanhas eleitorais, em 7 de abril de 2018, o pré-candidato à presidência do país, Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT), foi preso pela Polícia Federal, em cumprimento da sentença de condenação dada, em primeira instância, por Moro, e confirmada por desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

Nesse ínterim, o *The Intercept* Brasil deu início à publicação da série de reportagens Vaza Jato, com fins jornalísticos denunciativos acerca da parcialidade do referido juiz e dos procuradores na condução da operação mencionada. Segundo as reportagens, a atuação do juiz e dos procuradores ultrapassaria os limites que deveriam garantir uma instituição de justiça que primaria pela imparcialidade de suas decisões. De fato, o processo resultara em uma sentença que excluiu o pré-candidato Lula da disputa eleitoral.

A primeira matéria da série Vaza Jato foi publicada quando o candidato que venceu as eleições em 2018 já estava exercendo seu mandato. Sergio Moro deixou de ser juiz, em novembro de 2018, para se tornar ministro da justiça do governo eleito, quando foi nomeado para compor o Gabinete de Transição Governamental. Em 1º de janeiro de 2019, Moro tomou posse como Ministro da Justiça e Segurança Pública, exercendo o cargo até abril de 2020. Esses fatos históricos recentes contribuem para a compreensão do contexto social e político referido nas matérias em análise e endossam a perspectiva crítica dos jornalistas que denunciavam, com base nos dados vazados, a parcialidade jurídica do ex-magistrado na condução da Operação Lava Jato.

Vale ressaltar ainda que Lula se tornou elegível novamente quando a 2ª Turma do STF confirmou, em junho de 2021, a anulação de todos os atos decisórios praticados por Moro no âmbito da Ação Penal, considerando a parcialidade do referido juiz na condução da operação Lava Jato. Esses fatos jurídicos localizam-se temporalmente como posteriores à publicação, pelo *The Intercept* Brasil, dos dados oriundos de captação feita por um *hacker*. O próprio vazamento de dados foi matéria de discussão, uma vez que eles não poderiam ser contemplados como legítimos para a decisão em torno da suspeição ou imparcialidade de Moro.

Essa contextualização acerca da anulação das decisões de Moro também é importante, porque as reportagens estudadas nesta pesquisa localizam-se em meio a esses fatos jurídicos. É possível, inclusive, supor que a publicação das conversas privadas teve alguma influência no debate

entre magistrados, ainda que o conteúdo vazado não tenha sido efetivamente considerado, tendo em vista que a forma como foi conseguido constitui ato ilícito que não pode produzir efeitos, em conformidade com as determinações do processo penal. Essa suposição, entretanto, se deve ao fato de que a série Vaza Jato, do *The Intercept Brasil*, teve grande repercussão, estando sua legalidade referida e discutida em momentos decisivos.

3.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa iniciaram-se com a leitura reiterada das matérias em análise e, em seguida, iniciou-se o rastreamento e o estudo de todas as ocorrências de expressões metafóricas instanciadas nas duas reportagens. Logo depois, estabeleceram-se subdivisões em excertos para cada reportagem, cujo propósito foi o de reunir conjuntos delimitados de ocorrências, de modo geral em torno de subtópicos temáticos observados nas sequências textuais. Por esse motivo, há variação quanto à extensão dos excertos, tendo em vista ainda que, em alguns momentos, foi necessário dividir o texto para viabilizar melhor a leitura na seção de análise a seguir. A importância da apresentação em excertos se deve também ao fato de que, dessa forma, a sistematicidade entre as ocorrências de expressões metafóricas é evidenciada, e a relação entre as expressões pode ser observada no contexto da organização textual mais ampla de um conjunto de parágrafos que contenham uma ideia central.

Ao se identificar cada expressão, foram exploradas interpretações sobre sua integração junto ao contexto comunicativo jornalístico. Observaram-se ainda os domínios-fonte, os esquemas imagéticos e as implicações relativos a cada instância, contrastando-os também segundo a organização textual. Mesmo não sendo uma pesquisa de caráter quantitativo, optou-se ainda por quantificar os *types* e *tokens* de metáforas avaliativas para sustentar critérios de relevância acerca de recorte analítico, como o da seção que trata especificamente da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA.

Pode-se consultar, no Apêndice, uma tabela em que constam as metáforas avaliativas mais relevantes encontradas nas duas reportagens, contendo as seguintes informações: Vaza Jato (Parte 1 ou 2), Excerto (divisões da análise sequencial), Localização (linhas dos trechos ou imagens), Fonte (origem do texto), Discurso (reportado ou portado), Metáfora Abrangente, Metáfora Específica, Esquema Imagético, Ocorrência (trecho com a instância de metáfora).

Para além do arcabouço teórico específico e em função de um dos objetivos específicos desta dissertação, segundo o qual buscou-se realçar o contraste em relação ao significado literal das

palavras usadas na construção das metáforas, recorreu-se a dicionários de Língua Portuguesa: Caldas Aulete (2011) e Priberam (2008-2021).

Dito isso, a análise sequencial dos dados, no próximo capítulo, organiza-se de forma pareada com o fluxo discursivo das reportagens. Logo após cada excerto, procede-se à análise linguístico-cognitiva das metáforas instanciadas, contemplando, inclusive, aspectos adicionais relevantes para a compreensão do fenômeno.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente, esta pesquisa tinha como intuito investigar estritamente a relação entre Interação Fictiva e Metáfora, já abrigadas pelo conceito de Fictividade, no âmbito do texto jornalístico, cujo conteúdo factual não parecia muito propício para fenômenos de base figurativa. A ideia era mapear a pervasividade deles em um ambiente discursivo monitorado típico da modalidade escrita, no sentido de que tais fenômenos emergem muito espontaneamente na modalidade falada. Com base nesse objetivo previamente delineado, procedeu-se ao estudo das reportagens a fim de analisar as ocorrências de Metáforas e de Interações Fictivas no pareamento entre suas formas e respectivas funções na construção do significado. No entanto, no decorrer desse processo, pôde-se notar que as Metáforas, sobretudo aquelas de teor avaliativo, eram muito mais recorrentes nos dados que as instâncias de Interação Fictiva e que essas Metáforas recorrentes eram acionadas por meio de diferentes expressões linguísticas que figuravam ora no texto escrito pelos jornalistas ora nas mensagens vazadas. Assim, descrever e analisar esse fenômeno observado passou a ser o objetivo principal desta pesquisa, além de se destacarem outras expressões de cunho avaliativo não necessariamente metafórico.

Dessa forma, este capítulo se subdivide em duas seções: a primeira apresenta a análise dos objetos de estudo que emergem espontaneamente em conformidade com a leitura sequencial das reportagens, respeitando seu fluxo discursivo e contemplando o contexto no mapeamento desses fenômenos; e a segunda traz um estudo global, articulando os achados mais relevantes.

A análise apresenta-se sob a forma de excertos, separando os textos sem quaisquer edições. Ao todo são três excertos, subdivididos em partes para que a investigação seja feita circunstancialmente. O primeiro excerto está subdividido em quatro partes; o segundo, em seis partes; o terceiro, em cinco. Em cada excerto, são destacados em negrito os trechos mais proeminentes para fins analíticos.

A análise dos dados sempre se inicia com a apresentação das partes dos excertos das reportagens, cujos textos integrais estão nos Anexos 1 e 2, que contêm imagens e legendas, aproximando-se da formatação original do *site* do *The Intercept* Brasil. Em seguida, são estudadas as construções metafóricas e as implicações desencadeadas por elas, buscando identificar a escolha do domínio-fonte e os esquemas imagéticos acionados nesse processo cognitivo. Para tanto, é necessário realçar e contrastar o sentido elaborado metaforicamente com o significado literal das palavras utilizadas nas expressões selecionadas do texto jornalístico. Essa sistematização descritiva

para a compreensão do aspecto avaliativo da metáfora se dá, principalmente, com base em Deignan (2010).

Essa autora menciona o trabalho com as metáforas desenvolvido por Schön (1979), que, por sua vez, estudou os sentidos das expressões “paliativo”, “arruinado” e “decadência” (*palliative, blighted, decay*) em torno da metáfora HABITAÇÃO PRECÁRIA É DOENÇA (*POOR HOUSING IS A DISEASE*). A palavra “doença” tem historicidade ou esquema bem conhecidos. Em Português Brasileiro, poderíamos traduzir a Metáfora postulada por Schön como FAVELA É DOENÇA, a qual mapeia o esquema da doença e suas implicações no domínio de favela, evocando a ideia de que uma doença-favela deve ser tratada, de que deve haver uma cura para a doença-favela, entre outras.

Desdobrando-se particularmente essa análise, torna-se possível propor uma Metáfora superordenada à do próprio Schön, a saber: CIDADE É CORPO. Assim, depreende-se o sentido de que seria preciso haver uma intervenção externa para resolver o “problema” da favela, entendendo que as áreas adoecidas de um corpo podem ser ou removidas ou tratadas por uma autoridade da saúde, isto é, um agente externo possível provedor da cura. Com base nessa metáfora, um viés ideológico pode ser aventado, conforme uma lógica de raciocínio segundo a qual se a favela for um apêndice, isto é, um vestígio anatômico, ela pode ser removida sem maiores danos para a cidade-corpo. Por outro lado, se a favela é vista como um órgão vital, é preciso tratá-la, curá-la e mantê-la na cidade-corpo. Prosseguindo, caberia perguntar quem seria o agente da saúde, isto é, quem teria o poder de decidir o que deve ser feito com a favela na cidade-corpo.

Com base nesse exemplo, nota-se que, por meio da criação e do uso das Metáforas, manifesta-se implicitamente uma avaliação que é indício de subjetividade, no sentido de que se evidencia o viés ideológico do redator ou do sujeito reportado. Essa base figurativa gera implicações como meios de se apresentar um juízo de valor sobre determinada situação, o que pode ser particularmente eficaz no domínio da crítica sutil, porque essa dimensão avaliativa, nos textos da Vaza Jato, além de ser explicitamente marcada, é também implicitamente marcada. Por outro lado, o leitor não precisaria ser informado sobre quais conclusões tirar acerca das Metáforas avaliativas, uma vez que conhecendo a historicidade destas, ele é capaz de chegar àquelas na sutileza.

Assim, a análise das reportagens tem como base a descrição dos mecanismos pelos quais a Metáfora avalia (DEIGNAN, 2010): (i) compreender quais são as implicações integradas pelas metáforas; (ii) identificar quais são os esquemas imagéticos acionados pelas metáforas para formar o chamado cenário metafórico; (iii) perceber a escolha dos domínios-fonte que são significativos

para o público; (iv) realçar o contraste em relação ao significado literal das palavras usadas na construção das metáforas.

A título de exemplificação analítica de como se irá proceder daqui por diante, essas diretrizes teóricas podem ser imediatamente aplicadas a como se nomeia a série de reportagens do jornal *The Intercept* Brasil, “Vaza Jato”, que tratou do “vazamento” de conversas ocorridas por meio do aplicativo *Telegram* entre o então juiz Sergio Moro, o então promotor Deltan Dallagnol e outros membros da conhecida “Operação Lava Jato”. Tal operação abrangia um conjunto de investigações realizadas pela Polícia Federal do Brasil, desde 2014, visando à apuração de esquemas de “lavagem de dinheiro”. As expressões entre aspas mencionadas neste parágrafo compõem um complexo de decorrências lexicais relacionadas à extensão metafórica que, a princípio, remete ao domínio-alvo de práticas econômico-financeiras cujo objetivo é escamotear a origem ilícita de ativos financeiros ou bens patrimoniais. A expressão “lavagem de dinheiro” tem como domínio-fonte a limpeza feita com água de algum objeto sujo; no caso, “dinheiro”. Porém, certamente, o uso corrente de “lavagem de dinheiro” não diz respeito à atividade de higiene doméstica. Na verdade, ela é empregada figurativamente para enquadrar um tipo de atividade ilegal. Os processos linguístico-cognitivos, de base metafórica, subjacentes à expressão podem ser tidos como sendo LICITUDE É LIMPEZA ou ILICITUDE É SUJEIRA, com esquemas imagéticos CONTÊINER (CONTEÚDO, SUPERFÍCIE), visto que a questão tem relação com um “recipiente-objeto”, cujo conteúdo e superfície estariam ou seriam limpos ou sujos. Embora ambas as metáforas se pressuponham, a implicação decorrente delas agrega teor avaliativo no sentido de que o dinheiro “lavado” não significa “limpo”, ou seja, não adquire legalidade efetiva. Ou seja, a origem ilícita do dinheiro permanece não obstante a ação de lavagem. Por isso, a expressão “lavagem de dinheiro”, que remete a um crime, suscita conotação negativa.

Decorrente dela, a expressão “Operação Lava Jato” traz como domínio-fonte a noção em torno do equipamento automático utilizado para a lavagem de veículos, com pressão de água a jato em alta velocidade, chamado de “lava a jato”. Porém, o domínio-alvo da referida expressão diz respeito ao conjunto de investigações referido anteriormente. Nesse sentido, os elementos que compõem o domínio-fonte (como pressão de água a jato em alta velocidade) passam a ser significativos para o domínio-alvo, pois a “Operação Lava Jato” tinha como pretensão ser reconhecida pela celeridade das investigações, tentando contrariar a morosidade que caracteriza a maioria dos processos jurídicos na Justiça brasileira. Por fim, o título da série de reportagens “Vaza Jato” se configura como uma reanálise da expressão “Lava Jato”, na medida em que se reconhece o

segmento “Lava” como unidade de sentido que pode ser substituída por “Vaza”, de acordo com critérios semânticos e fonológicos de adequação. Em certa medida, a sonoridade das palavras é semelhante, porém há diferença semântica. Por outro lado, cabe observar que tanto “lava” quanto “vaza” acarretariam o sentido de água ou substância líquida, comum em expressões do tipo “lavaloouça” e “vazamento hidráulico”. Por conta disso, licenciaram-se expressões do tipo: “dados vazados”, “vazamento de dados”, “conversas vazadas”, como se o “encanamento hidráulico” das articulações de bastidor por parte dos juízes e procuradores apresentasse algum defeito ou problema. Pode-se postular ainda, com base nas noções que envolvem a METÁFORA DO CONDUTO (REDDY, 1979), a metáfora CONTAR SEGREDO É ROMPER CONDUTO, segundo a qual o domínio-fonte ROMPER CONDUTO é a base avaliativa para o domínio-alvo CONTAR SEGREDO e o esquema imagético pertinente a ela é CONTÊINER (DENTRO-FORA, CHEIO-VAZIO, CONTENÇÃO, CONTEÚDO). Especificamente, a noção de “vazamento” metafórico suscitaria desvio de “substância” das mensagens privadas do *Telegram*, as quais se tornaram públicas pelo *The Intercept Brasil* por conta do “rompimento” de seu conduto próprio. Pragmaticamente, tal “rompimento” diz respeito à invasão dos celulares dos juízes e procuradores e ao subsequente repasse dos dados *hackeados* aos jornalistas. Não obstante, de um modo geral, a metáfora CONTAR SEGREDO É ROMPER CONDUTO é amplamente instanciada pelo linguajar cotidiano dos jornalistas, os quais mencionam com frequência o jargão “furo de reportagem”. O sentido literal de “furo” é condizente com o domínio-fonte ROMPER CONDUTO, para que se estabeleça a projeção com o domínio-alvo CONTAR SEGREDO, o qual remete a uma notícia publicada em primeira mão por um veículo de imprensa.

As discussões apresentadas nesses dois últimos parágrafos ilustram um pouco da análise subsequente que será apresentada acerca de cada excerto. Assim, o primeiro a ser analisado corresponde ao primeiro trecho da reportagem Vaza Jato Parte 1, intitulada “Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro”. Esse segmento, selecionado na presente pesquisa, contém o fragmento inicial do texto que inaugura a série de reportagens e apresenta a metodologia de divulgação dos dados vazados, bem como uma justificativa para os leitores sobre a importância dessa divulgação. A equipe de reportagem expõe sua conduta para o público nesta primeira matéria, almejando conferir credibilidade e seriedade ao próprio trabalho. Como já foi dito, para fins de análise, a reportagem da Vaza Jato Parte 1 apresenta-se subdividida em quatro excertos.

4.1 ANÁLISE SEQUENCIAL DOS DADOS

Vaza Jato Parte 1/Excerto 1: “Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019a, recurso *online*, grifos nossos)

1	Série de reportagens mostra comportamentos antiéticos e
2	transgressões que o Brasil e o mundo têm o direito de conhecer.
3	Intercept Brasil publicou hoje três reportagens explosivas
4	mostrando discussões internas e atitudes altamente
5	controversas, politizadas e legalmente duvidosas da força-
6	tarrafa da Lava Jato, coordenada pelo procurador renomado Deltan
7	Dallagnol, em colaboração com o atual ministro da Justiça,
8	Sergio Moro, celebrado a nível mundial.
9	Produzidas a partir de arquivos enormes e inéditos - incluindo
10	mensagens privadas, gravações em áudio, vídeos, fotos,
11	documentos judiciais e outros itens - enviados por uma fonte
12	anônima, as três reportagens revelam comportamentos antiéticos
13	e transgressões que o Brasil e o mundo têm o direito de
14	conhecer.
15	O material publicado hoje no Brasil também foi resumido em duas
16	reportagens em inglês publicadas no Intercept, bem como essa
17	nota dos editores do <i>The Intercept</i> Brasil e do <i>The Intercept</i>
18	Brasil. Esse é apenas o começo do que pretendemos tornar uma
19	investigação jornalística contínua das ações de Moro, do
20	procurador Deltan Dallagnol e da força-tarefa da Lava Jato -
21	além da conduta de inúmeros indivíduos que ainda detêm um
22	enorme poder político e econômico dentro e fora do Brasil.
23	A importância dessas revelações se explica pelas consequências
24	incomparáveis das ações da Lava Jato em todos esses anos de
25	investigação. Esse escândalo generalizado envolve diversos
26	oligarcas, lideranças políticas, os últimos presidentes e até
27	mesmo líderes internacionais acusados de corrupção.
28	O mais relevante: a Lava Jato foi a saga investigativa que
29	levou à prisão o ex-presidente Lula no último ano. Uma vez
30	sentenciado por Sergio Moro, sua condenação foi rapidamente
31	confirmada em segunda instância, o tornando inelegível no
32	momento em que todas as pesquisas mostravam que Lula - que
33	terminou o segundo mandato, em 2010, com 87% de aprovação -
34	liderava a corrida eleitoral de 2018. Sua exclusão da eleição,
35	baseada na decisão de Moro, foi uma peça-chave para abrir um
36	caminho para a vitória de Bolsonaro. A importância dessa
37	reportagem aumentou ainda mais depois da nomeação de Moro ao
38	Ministério da Justiça.

As expectativas do senso comum em torno da leitura de um texto jornalístico tradicional, de cunho investigativo, cujos propósitos giram em torno da apresentação de uma denúncia, não incluem de pronto o uso de linguagem indireta, subjetiva, conotativa ou mesmo figurada. Ao contrário disso, em geral, é esperado desse texto jornalístico o máximo de objetividade, clareza, transparência e precisão. Entretanto, Costa (2008) define o gênero reportagem como um texto jornalístico escrito, filmado ou televisionado, veiculado por órgãos de imprensa e elaborado com base em pesquisa, cobertura de eventos, seleção de dados, interpretação e tratamento, o que no entender pertinente a esta pesquisa sinaliza ações que podem tangenciar a subjetividade, sobretudo os três últimos elementos citados. Ademais, as informações decorrentes desse trabalho de investigação são transformadas em notícias que, provavelmente, podem incluir “ingredientes críticos” (COSTA, 2008, p. 160).

Esta dissertação investiga os “ingredientes críticos” sutilmente contidos na composição discursiva dessas reportagens por meio do uso de metáforas avaliativas, tanto na própria redação dos jornalistas quanto nos dados vazados; suplementarmente são analisados também a escolha dos verbos *dicendi* mais ou menos avaliativos e o grau de especificidade (não metonímico) e genericidade (metonímico) dos modos de apresentação das pessoas e instituições envolvidas, como forma de auxiliar a compreensão dos ingredientes críticos.

Logo na primeira linha da primeira publicação da série de reportagens Vaza Jato, há a expressão “Série de reportagens mostra”, em que o uso do verbo “mostra”, predicando um sujeito inanimado, sugere uma concepção de linguagem calcada na METÁFORA DO CONDUTO (REDDY, 1979), por meio da qual se compreende que a linguagem porta o sentido, curiosamente subfocalizando o papel da cognição, pois a linguagem parece autônoma segundo tal metáfora. Com isso, a série de reportagens é concebida como um recipiente que abriga um conteúdo a ser mostrado por ela mesma, tendo em vista o esquema imagético de CONTÊINER. Assim, a linguagem é entendida como canal, superordenando as metáforas IDEIAS (OU SIGNIFICADOS) SÃO OBJETOS; EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES; COMUNICAR É ENVIAR.

A concepção de linguagem acionada nesse caso implicaria o entendimento de que não necessariamente são os jornalistas que estão mostrando algo, mas as próprias reportagens expõem os fatos de modo autônomo. Isso se dá por conta da escolha do domínio-fonte, que envolve a noção de objeto, recipiente e envio, suscitando a ideia de que os significados possam ter uma existência desvinculada de pessoas e contextos. Dessa forma, por meio da METÁFORA DO CONDUTO, aspectos do processo comunicativo, como a própria participação dos jornalistas na denúncia, podem ser

mascarados. Apesar de os nomes dos autores figurarem explícitos no início da reportagem, a autoria deles é momentaneamente subfocalizada por um recurso metonímico, em que “série de reportagens” está pelos redatores, para além da metáfora relativa à “série de reportagens mostra”. Assim, tem-se um efeito “verdade”, porque a METÁFORA DO CONDUTO licencia a autossuficiência da linguagem como portadora de sentido, sendo uma forma tão arraigada de se lidar com ela que parece corresponder à realidade. A análise feita para a expressão “série de reportagens mostra”, linha 1, também se aplica à expressão “as pesquisas mostravam”, linha 32. Algo similar ocorre, na linha 12, com o uso do verbo “revelam”, em “as três reportagens revelam”. Esse verbo aciona, metaforicamente, o domínio semântico da ação de retirar um véu, ou seja, mostrar o que está encoberto. Assim como o verbo “mostram”, “revelam” também alude a uma objetividade na relação entre o texto das reportagens e a “verdade” dos fatos narrados.

Na terceira linha, há o uso do adjetivo “explosivas” para caracterizar as próprias reportagens. Assim, os jornalistas acionam o domínio de guerra para tratar da linguagem, o que evidencia a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, descrita por Lakoff e Johnson (2002). Nesse exemplo, nota-se a escolha do domínio-fonte que aciona o cenário metafórico de uma guerra para tratar do potencial destrutivo das reportagens que estão sendo anunciadas nessa primeira matéria da série. Por meio da exploração do significado literal da palavra escolhida, é possível especular sobre o aspecto ameaçador do texto jornalístico, considerando que esse é o conteúdo inaugural de uma longa série de reportagens “explosivas”. Ao escolherem o domínio-fonte GUERRA, os jornalistas optam pelo esquema imagético FORÇA, que presume, dentre outros elementos, FORÇA CONTRÁRIA, RESTRIÇÃO, HABILIDADE, BLOQUEIO. Dessa forma, observa-se como o conteúdo de opinião pode ser colocado, no texto jornalístico, metaforicamente, implicando que os jornalistas do *The Intercept* Brasil se colocam em “guerra”, como soldados que portam “munição” discursiva.

Em seguida, os jornalistas utilizam o advérbio “altamente” seguido dos adjetivos “controversas, politizadas”, nas linhas 4 e 5 desse Excerto 1, que marcam linguisticamente a sua opinião, explicitando sua subjetividade no texto. O advérbio “altamente” tem o sentido de “muito”; é uma metáfora orientacional de base física - MAIS É PARA CIMA (LAKOFF; JOHNSON, 2002) - tão utilizada que não é percebida como tal. A metáfora é corporificada com base na experiência de que, ao ser acrescentada determinada quantidade de uma substância em um recipiente, o nível sobe, tornando-se alto (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 62), o que está relacionado aos esquemas imagéticos ESPAÇO (CIMA-BAIXO) E ESCALA (TRAJETÓRIA). Tanto a metáfora quanto tais esquemas imagéticos endossam a natureza avaliativa do comentário adjetival que modifica “atitudes”,

trazendo as noções de verticalidade e de movimento para cima a fim de que se possa enfatizar a crítica às atitudes do juiz e dos procuradores. De forma similar, a expressão “A importância dessa reportagem aumentou”, linhas 36 e 37, também instancia a análise elaborada para “atitudes altamente controversas, politizadas”, linhas 4 e 5, uma vez que recorre ao mesmo laço metafórico e imagético para enaltecer a relevância da matéria em detrimento da nomeação do juiz Sergio Moro para Ministro da Justiça na época da reportagem.

Na linha 34, o texto apresenta a expressão “corrida eleitoral”. A metáfora subjacente a ela é ELEIÇÃO É PRÁTICA ESPORTIVA, projetando o domínio-fonte (PRÁTICA ESPORTIVA) no domínio-alvo (ELEIÇÃO), sobretudo no que concerne à analogia entre o atleta que está à frente em uma corrida e o candidato que então liderava as pesquisas de intenção de voto. Os esquemas imagéticos pertinentes a isso se vinculam a ESCALA (TRAJETÓRIA) e FORÇA (HABILIDADE), na medida em que uma corrida, em termos literais, apresenta um ponto de partida e outro de chegada e que o deslocamento entre eles diz respeito à trajetória; por sua vez, o atleta mais habilidoso detém maior força para concluir o percurso de maneira a, provavelmente, obter êxito. A implicação imediata diz respeito à articulação, feita pelos jornalistas, de simultaneidade temporal entre o momento da condenação de Lula por Moro e o momento exato de liderança nas pesquisas do pré-candidato à presidência.

Finalmente, nas linhas 35 e 36, temos as expressões “peça-chave” e “abrir um caminho”. A ideia acionada pela palavra “peça” é do domínio de funcionamento mecânico de engrenagem: imagina-se uma espécie de maquinário que contenha peças. O conceito de chave relaciona-se à noção de importância; chave traz consigo a concepção de que se trata de algo indispensável, sem ela uma porta permaneceria fechada, por exemplo, bloqueando a passagem. Assim, a “peça-chave” apresenta-se como sendo a peça mais importante, a peça principal. “Abrir um caminho”, por sua vez, traz consigo a ideia de possibilitar ou facilitar. Assim, os jornalistas lançam mão de um jogo metafórico para delinear uma interpretação sobre os fatos e ilustram, por meio do cenário aludido pelas expressões “peça-chave” e “abrir caminho”, a ideia de que o texto da sentença condenatória fora fundamental para facilitar a eleição da atual chapa presidencial (2019-2022), uma vez que o efeito da decisão de Moro foi a exclusão de um concorrente. Com base nessas expressões, é possível formalizar as metáforas PROCESSO JURÍDICO É ENGRENAGEM (esquema imagético EXISTÊNCIA: OBJETO, PROCESSO) e PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM (esquema imagético ESCALA: TRAJETÓRIA) respectivamente para “peça-chave” e “abrir um caminho”. Por meio do jogo metafórico e do cenário aludido pelas expressões utilizadas, os jornalistas assinalam sua perspectiva sobre os fatos narrados, a qual reitera a implicação de que as ações do juiz e dos procuradores são

tendenciosas, deixando patente seu desalinhamento ideológico em relação ao desfecho político da condenação do pré-candidato e da vitória do presidente eleito em 2018.

Nesse primeiro excerto, é possível perceber de antemão o quanto a reportagem apresenta teores apreciativos, formalmente instanciados em verbos, advérbios e adjetivos, que suscitam avaliações por meio das metáforas. É importante evidenciar, logo de início, a representatividade da escolha do domínio-fonte para a constituição do aspecto avaliativo dessas metáforas. Tal escolha indicia a orientação ideológica dos jornalistas que denunciam, bem como a dos denunciados como se verá adiante quando se observarem os dados vazados. Ao longo da análise, esse argumento será retomado e ilustrado de diferentes formas.

Vaza Jato Parte 1/Excerto 2: “Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019a, recurso *online*, grifos nossos)

1	Moro e os procuradores da Lava Jato são figuras altamente
2	controversas aqui e no mundo - tidos por muitos como heróis
3	anticorrupção e acusados por tantos outros de ser ideólogos
4	clandestinos de direita, disfarçados como homens da lei
5	apolíticos . Seus críticos têm insistido que eles exploraram e
6	abusaram de seus poderes na justiça com o objetivo político de
7	evitar que Lula retornasse à Presidência e destruir o PT . Moro
8	e os procuradores têm negado, com a mesma veemência, qualquer
9	aliança ou propósito político, dizendo que estão apenas
10	tentando livrar o Brasil da corrupção.
11	Mas, até agora, os procuradores da Lava Jato e Moro têm
12	realizado parte de seu trabalho em segredo, impedindo o público
13	de avaliar a validade das acusações contra eles. É isso que
14	torna este acervo tão valioso do ponto de vista jornalístico:
15	pela primeira vez, o público vai tomar conhecimento do que
16	esses juízes e procuradores estavam dizendo e fazendo enquanto
17	pensavam que ninguém estava ouvindo.
18	As reportagens de hoje mostram , entre outros elementos, que os
19	procuradores da Lava Jato falavam abertamente sobre seu desejo
20	de impedir a vitória eleitoral do PT e tomaram atitudes para
21	atingir esse objetivo; e que o juiz Sergio Moro colaborou de
22	forma secreta e antiética com os procuradores da operação para
23	ajudar a montar a acusação contra Lula. Tudo isso apesar das
24	sérias dúvidas internas sobre as provas que fundamentaram essas
25	acusações e enquanto o juiz continuava a fingir ser o árbitro
26	neutro neste jogo .
27	O único papel do <i>The Intercept</i> Brasil na obtenção desse
28	material foi seu recebimento por meio de nossa fonte, que nos
29	contatou há diversas semanas (bem antes da notícia da invasão
30	do celular do ministro Moro, divulgada nesta semana, na qual o

31 ministro afirmou que não houve “captação de conteúdo”) e nos
 32 informou de que já havia obtido todas as informações e estava
 33 ansiosa para repassá-las a jornalistas.
 34 Informar à sociedade questões de interesse público e expor
 35 transgressões foram os princípios que nos guiaram durante essa
 36 investigação, e continuarão sendo conforme continuarmos a
 37 noticiar a enorme quantidade de dados a que tivemos acesso.
 38 O enorme volume do acervo, assim como o fato de que vários
 39 documentos incluem conversas privadas entre agentes públicos,
 40 nos obriga a tomar decisões jornalísticas sobre que informações
 41 deveriam ser noticiadas e publicadas e quais deveriam
 42 permanecer em sigilo. Ao fazer esses julgamentos, empregamos o
 43 padrão usado por jornalistas em democracias ao redor do mundo:
 44 as informações que revelam transgressões ou engodos por parte
 45 dos poderosos devem ser noticiadas, mas as que são puramente
 46 privadas e infringiriam o direito legítimo à privacidade ou
 47 outros valores sociais devem ser preservadas.

A avaliação feita pelos jornalistas não se dá apenas de modo implícito com a escolha do domínio-fonte para as metáforas, mas também por construções de Discurso Reportado, as quais endossam explicitamente a apreciação dos redatores sobre a questão denunciada. Em textos jornalísticos, identifica-se com frequência o uso dos verbos *dicendi*, que são escolhidos e utilizados pelo redator para introduzir palavras e pensamentos dos sujeitos reportados, podendo circunscrever também aspecto avaliativo da perspectiva de quem reporta. O uso da forma gerundial “dizendo” para apresentar a fala do juiz e dos procuradores denunciados pelo *The Intercept* Brasil, no trecho “... dizendo que estão apenas tentando livrar o Brasil da corrupção”, linha 9, constitui uma ocorrência significativa de Discurso Reportado. Aparentemente menos avaliativo ou neutro, o verbo “dizendo” nesse contexto assume um valor significativo no sentido de que atribui tão somente a um grupo determinado o conteúdo daquilo que é encaixado depois dele. Nesse conteúdo, as formas “apenas tentando livrar” pressupõem, a princípio, que não haveria nada além da intenção de resolver o problema da corrupção no país. Por outro lado, pode-se afirmar que se trata de um fragmento irônico do texto em Discurso Reportado em coro, visto que os jornalistas denunciam os que dizem tentar livrar o Brasil da corrupção. A inferência principal do trecho em destaque é a de que há intenções políticas por trás da atuação do juiz e dos procuradores. Isso, de certa forma, se alinha com a dimensão avaliativa das metáforas encontradas no texto.

Paralelamente, segundo Rocha (2020), ao reportar factivamente um discurso, o conceptualizador tende a, metailocutivamente, apresentar um problema ou uma questão para a cena corrente do aqui-e-agora. Portanto, é possível constatar o problema - ou a questão, nesse caso -

analisando o contraste entre o discurso público do juiz e dos procuradores e o discurso privado deles que é objeto de vazamento, uma vez que a equipe de reportagem viabiliza o acesso ao que era dito particularmente entre procuradores e juiz, possibilitando aos leitores a confrontação das informações. Assim, ao reportar o discurso, os jornalistas do *The Intercept* Brasil estão apresentando uma contradição desses operadores do direito aos leitores. É como se os jornalistas estivessem dizendo que o juiz e os procuradores se autointitulam heróis, uma vez que seriam capazes de tentar livrar o Brasil da corrupção. Essa implicação é consistente com as metáforas que vêm sendo observadas nesse discurso jornalístico, como se verá adiante de forma reiterada em outras ocorrências.

A contradição denunciada pelos jornalistas é observada por meio das pistas linguísticas avaliativas, mais ou menos explícitas. O advérbio “altamente” e o adjetivo “controversas”, para qualificar as “figuras”, em referência ao juiz e aos procuradores, são palavras que apresentam uma dimensão avaliativa devido à elaboração metafórica e à explicitação subjetiva. O sentido literal de “figura” designa uma imagem, porém sua versão figurativa nesse caso analisado remete a uma personalidade conhecida. O sentido figurativo é precedido pelo esquema imagético CONTÊINER (SUPERFÍCIE), por meio do qual a imagem refere-se à parte mais externa e proeminente de um objeto observado. Quando os jornalistas afirmam “Moro e os procuradores da Lava-Jato são figuras altamente controversas”, não apenas marcam explicitamente suas posições usando o adjetivo “controversas”, mas trazem sua avaliação de maneira mais indireta por meio do sentido metafórico de “figuras” e de “altamente” (este visto em análise anterior).

Da linha 2 à linha 5, em “– tidos por muitos como heróis anticorrupção e acusados por tantos outros de ser ideólogos clandestinos de direita, disfarçados como homens da lei apolíticos”, os jornalistas do *The Intercept* Brasil ilustram a controvérsia da imagem de Moro e dos procuradores na sociedade, introduzida pelas expressões “– tidos por muitos”, linha 2, e “acusados por tantos outros”, linha 3. Dessa forma, a caracterização polarizada dessas pessoas públicas situa-se aparentemente “fora” do discurso dos jornalistas, embora se reporte remotamente o dito genérico de que sejam ou “heróis anticorrupção” ou “ideólogos clandestinos de direita, disfarçados como homens da lei apolíticos”. Considerando ainda o trabalho de Rocha (2020), aquele que reporta também se qualifica como autor da fala reportada, isto é, a equipe de reportagem traz para o texto a fala de “muitos” e de “tantos outros” para endossar sua própria qualificação de Moro e dos procuradores como “figuras altamente controversas”. Dessa forma, as escolhas lexicais “heróis”, “clandestinos” e “disfarçados”, linhas 3 e 4, endossam o contraste entre as dimensões pública e

privada por descreverem um papel público, que seria o de “heróis anticorrupção”, em oposição à suspeita de um papel privado, correspondente a “ideólogos clandestinos de direita disfarçados de homens da lei”.

A afirmação dos jornalistas, na linha 17, sobre o pensamento dos juízes e procuradores, no trecho “o público vai tomar conhecimento do que esses juízes e procuradores estavam dizendo e fazendo enquanto pensavam que ninguém estava ouvindo”, também tensiona os discursos público e privado, na medida em que o segundo transformar-se-á no primeiro pela via da denúncia jornalística. Dessa forma, ao se analisar o trecho, entende-se semanticamente que o verbo não factivo “pensar” não pressupõe a verdade de seu complemento, colocando em dúvida o fato de que “ninguém estava ouvindo”, ou seja, implica que alguém estaria ouvindo e, efetivamente, o conteúdo privado fora vazado e viria a público por meio das matérias jornalísticas.

Já ao final desse segundo excerto, no trecho “enquanto o juiz continuava a fingir ser o árbitro neutro neste jogo”, compreendido entre as linhas 23 e 26, há metaforização da operação Lava Jato por meio do domínio do jogo. Devemos considerar o fato de que “juiz” e “árbitro” são palavras sinônimas, porém a palavra “árbitro”, integrada ao fragmento em destaque, propende para o campo esportivo em função da expressão “neste jogo”. O cenário metafórico acionado é de um jogo esportivo, em que há adversários que disputam entre si e desejam vencer uma partida, em contraposição a “árbitro”, que se caracterizaria pela neutralidade e imparcialidade em relação aos resultados da disputa. Como vimos, segundo Deignan (2010), a escolha do domínio-fonte é o que determina a dimensão avaliativa das metáforas. Nesse caso, o domínio-fonte JOGO apresenta o aspecto avaliativo e também ideológico dos jornalistas no texto, pois qualificam a atuação do juiz Moro na condução do processo jurídico da operação Lava Jato como sendo mais próxima à de um jogador interessado em vencer a disputa, contrariando a expectativa de imparcialidade de um árbitro, seja no campo esportivo ou no jurídico. Assim, delinea-se o jogo como sendo o domínio-fonte e o processo jurídico como sendo o domínio-alvo e, linguística e cognitivamente, a rede de sentidos de processo jurídico é projetada sobre a rede de sentidos de jogo, formalizando uma construção metafórica segundo a qual PROCESSO JURÍDICO É JOGO. Assim, o esquema imagético FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE, BLOQUEIO, COMPULSÃO, EQUILÍBRIO, RESTRIÇÃO) contribui com a elaboração metafórica em questão, já que abarca potências de ação aplicadas ao âmbito de uma competição.

Além dessa metáfora, os jornalistas do *The Intercept* Brasil avaliam o referido juiz por meio do verbo “fingir” em “enquanto o juiz continuava a fingir ser o árbitro neutro neste jogo”, nas linhas

25 e 26, como que advogando em favor do polo controverso no qual Moro é tido como um dos “acusados por tantos outros de ser ideólogos clandestinos de direita, disfarçados como homens da lei apolíticos”, linhas 3 a 5. O uso do verbo “fingir”, no texto dos jornalistas, reforça o sentido de disfarce enquadrado previamente em um dos polos da controvérsia, reiterando o posicionamento crítico deles em relação às ações do referido juiz na condução do caso.

Ainda que sejam especificadas por outras metáforas pertinentes, algumas das expressões linguísticas destacadas não deixam de ser também consistentes com a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA (LAKOFF; JOHNSON, 2002), de modo coerente e também coesivo. Coerente porque contribuem com o cenário de guerra discursiva e metafórica que se instala entre denunciante e denunciado. Coesivo porque marcam linguisticamente uma progressão temática relacionando partes e expressões do texto em torno desse mesmo cenário. Os termos “heróis anticorrupção” (linhas 2 e 3), “ideólogos clandestinos de direita, disfarçados como homens da lei apolíticos” (linhas 4 e 5), “destruir o PT” (linha 7), “vitória eleitoral” (linha 20), “atingir esse objetivo” (linha 21) e “invasão do celular” (linhas 29 e 30) sustentam menos ou mais metaforicamente a ideia de que o domínio-fonte GUERRA é aplicado ao processo e à denúncia. Isso porque a expressão “destruir o PT”, por exemplo, ilustra muito mais prototipicamente a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA do que as noções de clandestinidade e de disfarce, as quais são mais periféricas em relação ao domínio da guerra. Todos esses termos, por outro lado, têm o propósito de marcar o embate entre denunciados e denunciantes em polos definitivamente opostos.

Tanto a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA quanto a PROCESSO JURÍDICO É JOGO partilham do esquema imagético FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE, BLOQUEIO, COMPULSÃO, EQUILÍBRIO, RESTRIÇÃO). Isso possibilita a relação semântico-cognitiva entre esses processos figurativos que têm como domínios-fonte GUERRA e JOGO. O que diferenciaria um do outro, primordialmente, é o altíssimo grau de violência física previsto no primeiro (cujo objetivo é aniquilar o oponente), o qual já não se observa no segundo, cuja noção de esportividade inclui a obtenção de êxito respeitando as regras, a lealdade desportiva e a aceitação dos resultados. Por outro lado, há o que aproxima ambos os domínios: disputa, adversário, vitória, derrota, treinamento, equipamento, hierarquia, estratégia e técnica. Diante de características semelhantes tão robustas, um quase pode ser tomado pelo outro, sendo que o domínio-fonte GUERRA pode ser utilizado pelos jornalistas como um recurso para apresentar teor crítico-avaliativo mais enfático e expressivo do que JOGO.

Nesse segundo excerto, notam-se, então, os recursos dos jornalistas para veicular sua opinião crítica por meio de expressões metafóricas além da função do verbo *dicendi* relacionado à

apresentação avaliada de um problema no âmbito da reportagem discursiva, a qual, nesse caso, além de não ser uma mera reprodução da fala do outro, deixa patente a perspectiva dos jornalistas, revelando teor crítico em função da relevância jornalística dos dados publicizados. A metáfora que trata o processo jurídico em termos de jogo é reiterada ao longo do texto dos profissionais do *The Intercept* Brasil, bem como o acionamento figurativo e recorrente do cenário de guerra. Essas elaborações conotativas se constituem como um recurso coesivo na progressão temática das reportagens, como se verá nas análises subsequentes.

Vaza Jato Parte 1/Excerto 3: “Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019a, recurso *online*, grifos nossos)

1	A bem da verdade, ao produzir reportagens a partir desses
2	arquivos, somos guiados pela mesma argumentação que levou boa
3	parte da sociedade brasileira - aí incluídos alguns
4	jornalistas, comentaristas políticos e ativistas - a aplaudir a
5	publicidade determinada pelo então juiz Moro das conversas
6	telefônicas privadas entre a presidente Dilma Rousseff e seu
7	antecessor Luiz Inácio Lula da Silva (em que discutiam a
8	possibilidade do ex-presidente se tornar ministro da Casa
9	Civil), logo reproduzidas por inúmeros veículos de mídia. A
10	divulgação dessas ligações privadas foi crucial para virar a
11	opinião do público contra o PT, ajudando a preparar o terreno
12	para o impeachment de Dilma em 2016 e a prisão de Lula em 2018.
13	O princípio invocado para justificar essa divulgação foi o
14	mesmo a que estamos aderindo em nossas reportagens sobre esse
15	acervo: o de que uma democracia é mais saudável quando ações de
16	relevância levadas a cabo em segredo por figuras políticas
17	poderosas são reveladas ao público.
18	Mas a divulgação feita por Moro e diversos veículos da imprensa
19	dos diálogos privados entre Lula e Dilma incluíam não apenas
20	revelações de interesse público, mas também comunicações
21	privadas de Lula sem qualquer relevância para a sociedade - o
22	que levou muitas pessoas a argumentarem que a divulgação tinha
23	o propósito de constranger pessoalmente o ex-presidente. Ao
24	contrário deles, <u>o Intercept</u> decidiu manter reservada qualquer
25	comunicação ou <u>informação</u> relacionada a Moro, Dallagnol e
26	outros indivíduos que seja de natureza puramente privada e,
27	portanto, desprovida de real interesse público.
28	Nós tomamos medidas para garantir a segurança deste acervo fora
29	do Brasil para que vários jornalistas possam acessá-lo,
30	assegurando que nenhuma autoridade de qualquer país tenha a
31	capacidade de impedir a publicação dessas informações.

Nesse excerto, o predomínio do conteúdo diz respeito à proteção e ao resguardo dos jornalistas em relação à legalidade do vazamento dos dados. Há uso da primeira pessoa do plural, ora implicitamente nos sujeitos ocultos dos verbos “somos”, “estamos”, linhas 2 e 14, respectivamente; ora explicitamente em “nós”, linha 28, além do pronome possessivo “nossas”, linha 14. Uma exceção à primeira pessoa está na linha 24, em que ocorre uma metonímia, especificamente o JORNAL PELOS JORNALISTAS, por meio da qual os próprios jornalistas se referenciam como o “Intercept”, colocando-se em oposição a “eles”, pronome que se refere a “Moro e diversos veículos da imprensa”. Essa referenciação dos jornalistas pelo nome do jornal é uma ocorrência de metonímia frequente ao longo do texto.

Cabe chamar a atenção para o fato de que é a própria equipe de jornalistas do *The Intercept* Brasil que seleciona, da íntegra do material a que tiveram acesso, o que seria de interesse público, tendo em vista o que ela considera relevante para os objetivos estritos de denúncia. O propósito anunciado pelos redatores é o de evitar o constrangimento das fontes, que certamente não autorizariam a divulgação de suas conversas. Ao criticar a conduta de Moro, acusado de constranger a ex-presidenta Dilma e o ex-presidente Lula com a anterior divulgação de suas conversas privadas, o jornal, para não ser tomado como aquele que reitera essa mesma conduta, destaca que não pretende publicizar conteúdos de ordem estritamente íntima dos denunciados. Isso é importante para a análise porque, pontualmente, no trecho “Ao contrário deles, o *Intercept* decidiu manter reservada qualquer comunicação ou informação relacionada a Moro, Dallagnol e outros indivíduos que seja de natureza puramente privada e, portanto, desprovida de real interesse público”, linhas 23 a 27, os redatores deixam de se autorreferenciar por meio da primeira pessoa do plural, recorrendo à metonímia JORNAL PELOS JORNALISTAS (“o Intercept”). A referida metonímia chancela o caráter institucional da afirmação subsequente (“decidiu manter reservada qualquer comunicação...”), não refletindo mais o caráter pessoal que a primeira pessoa do plural sinalizaria, marcando, por fim, o ponto de virada da perspectiva ética dos jornalistas em detrimento da conduta adotada por Moro. Se eles avaliam tal conduta como sendo antiética, logo a deles é ética, sendo ela justamente apresentada por uma metonímia.

O teor avaliativo dos processos de base figurativa também é representado por metáforas nesse excerto. Na linha 4, destaca-se o uso do verbo “aplaudir”, integrado ao enunciado: “... somos guiados pela mesma argumentação que levou boa parte da sociedade brasileira – aí incluídos alguns jornalistas, comentaristas políticos e ativistas – a aplaudir a publicidade determinada pelo então juiz Moro das conversas telefônicas privadas entre a presidente Dilma Rousseff e seu antecessor Luiz

Inácio Lula da Silva (em que discutiam a possibilidade do ex-presidente se tornar ministro da Casa Civil), logo reproduzidas por inúmeros veículos de mídia”, linhas 2 a 9. Esse verbo certamente não está sendo utilizado em seu sentido literal, já que não se trata da ação de bater palmas após o encerramento de um espetáculo, como show ou peça de teatro. “Aplaudir”, nesse caso, significa aprovar, apoiar, podendo-se postular a metáfora circunstancial APROVAR É BATER PALMAS. Nela, o domínio-fonte BATER PALMAS é fictivizado ao passo que o domínio-alvo APROVAR é factivizado. Isso pode remeter aos esquemas imagéticos FORÇA (HABILIDADE) e UNIDADE (ITERAÇÃO), no sentido de que uma ação reiterada é uma espécie de endosso. O aspecto positivo de bater palmas que culmina na aprovação é dado pelo contexto situacional em que se batem palmas, uma vez que não se trata de bater palmas diante da casa de alguém para fazer as vezes da campanha, por exemplo. Na situação apresentada pelo texto jornalístico, o sentido da ação de bater palmas já vem enquadrado pelo verbo “aplaudir”, que lexicaliza ideia de aclamação. Visando a angariar o apoio da opinião pública também para a publicação de dados feita pelo *Intercept*, já que boa parte da sociedade “aplaudira” o vazamento de dados privados feito por Moro, os jornalistas se consideram, ironicamente, merecedores de “aplausos”, uma vez que lançam mão do mesmo argumento utilizado pelo magistrado. Os jornalistas equiparam sua própria conduta à de Sergio Moro por meio da metáfora (“aplaudir”), porém divergem substancialmente por meio da metonímia (“o *Intercept*”), prevenindo-se daquela crítica relativa à divulgação de conversas íntimas.

No fragmento “A divulgação dessas ligações privadas foi crucial para virar a opinião do público contra o PT, ajudando a preparar o terreno para o impeachment de Dilma em 2016 e a prisão de Lula em 2018”, linhas 9 a 12, ganham relevo as expressões vizinhas: “virar contra” e “preparar terreno”. A primeira pode ser vinculada aos esquemas imagéticos ESPAÇO (FRENTE-TRÁS) e FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA), relativa ao movimento corporal de “ir de encontro a” e não “ir ao encontro de”, instanciada por um verbo de mudança (“virar”), o qual pressupõe um estado anterior, designando que antes a opinião do público era a favor do PT. Para além disso, a METÁFORA DO CONDUTO (IDEIAS OU SIGNIFICADOS SÃO OBJETOS) (REDDY, 1979) é bem consistente com esse raciocínio, visto que o argumento “opinião do público” é um objeto metafórico “virado” “contra o PT”. Ao tratar a opinião pública como objeto, depreende-se que ela pode ser manipulada para ser direcionada “contra” alguém, devendo-se considerar a coerência com relação à metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, já recorrente no texto dos jornalistas. Adicionalmente, a instância metafórica “preparar o terreno”, em “preparar o terreno para o impeachment de Dilma em 2016 e a prisão de Lula em 2018”, também remete à metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, tendo em vista que o terreno a ser

preparado corresponde ao cenário político em que se deu o *impeachment* de Dilma em 2016 e a prisão de Lula em 2018. Nesse caso específico, pode-se desdobrar ainda a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA em POLÍTICA É GUERRA ou PROCESSO JURÍDICO É GUERRA. Mais uma vez, o domínio-fonte GUERRA é acionado pelos jornalistas, suscitando a ideia de que o objeto de denúncia das reportagens pode ser enquadrado como uma “bomba” contra aqueles que foram tidos como “heróis anticorrupção”. A avaliação que emerge disso diz respeito ao fato de que os próprios jornalistas consideram como gravíssimo o teor daquilo que estão publicizando.

Nas linhas 13 a 17, em “O princípio invocado para justificar essa divulgação foi o mesmo a que estamos aderindo em nossas reportagens sobre esse acervo: o de que uma democracia é mais saudável quando ações de relevância levadas a cabo em segredo por figuras políticas poderosas são reveladas ao público”, têm destaque as expressões “uma democracia é mais saudável” e “levadas a cabo em segredo”. Por meio da primeira, pode se depreender um processo metafórico em que REGIME POLÍTICO É CORPO, representativo do esquema imagético CONTÊINER (CONTENÇÃO, DENTRO-FORA, SUPERFÍCIE, CHEIO-VAZIO, CONTEÚDO), porquanto corpo contém partes saudáveis que são suscetíveis a doenças. Assim, entende-se que revelar ao público as “ações de relevância levadas a cabo em segredo por figuras políticas poderosas” constitui-se como meio de “cura” para o regime político. Isso significa, a princípio, que os jornalistas se considerariam agentes de “saúde” política. No entanto, pelo próprio texto do excerto, é possível inferir que Moro também teria se considerado agente de “saúde” política quando optou por divulgar as conversas telefônicas entre Dilma e Lula, enquadrados pelo então juiz como “figuras políticas poderosas”, tendo em vista o princípio de que uma democracia prevê transparência. Ironicamente, o *The Intercept* Brasil usa esse mesmo argumento para divulgar o conteúdo das conversas privadas de Moro e dos procuradores da Lava Jato, fazendo com que os referentes de “figuras políticas poderosas” passem a ser os operadores do Direito denunciados. Ainda, o enquadre linguístico dos magistrados como políticos registra a avaliação dos jornalistas acerca da postura ambígua deles, que oscila entre Direito e Política.

Já por meio da segunda expressão, “levadas a cabo em segredo”, no mesmo trecho (“uma democracia é mais saudável quando ações de relevância levadas a cabo em segredo por figuras políticas poderosas são reveladas ao público”), evidencia-se a ideia de execução de ações até o fim, com um propósito secreto. Dessa forma, com base nessa expressão, talvez se possa propor a metáfora EXECUÇÃO É EXTREMIDADE, segundo a qual a ação de executar algo até sua conclusão se constitui como domínio-alvo, que seria projetado com base na noção de extremidade também observada em “ponta” e “limite” - seja de um objeto como uma ferramenta para se referir à parte

pela qual a seguramos, seja da extremidade de um continente ou de uma península. Isso condiz com a significação estabelecida pelo Dicionário Priberam (2008-2021, recurso *online*¹⁰), cujas entradas do verbete “cabo” contemplam lexemas como “fio” e “corda”, que podem ser considerados meios de conectar dois pontos distintos. Os esquemas imagéticos sugeridos para sustentar essa metáfora seriam ESPAÇO (CONTATO), MULTIPLICIDADE (LIGAÇÃO) e ESCALA (TRAJETÓRIA), na medida em que há ações que interligam início e fim de um processo. Por si só, “levadas a cabo” diz respeito a uma expressão metafórica já convencionalizada pelo uso, mas é possível dizer que ela adquire contextualmente teor avaliativo com base no domínio-fonte EXTREMIDADE, cujo ponto terminal remete a uma situação irreversível ou definitiva.

A implicação disso tem a ver com a ênfase que os jornalistas dão às “ações de relevância” que seriam terminantemente concluídas. A integração subsequente da locução adverbial de modo “em segredo” à expressão “levadas a cabo” agrava avaliativamente a crítica jornalística, já que atitudes relevantes e de interesse público, de conhecidos operadores do Direito vinculados ao próprio poder público, também não deveriam ser mantidas em sigilo, salvo aquelas de foro íntimo.

Assim, por oposição ao sentido de “em segredo” como algo indesejado, haveria também uma positivação da ideia de transparência como outra implicação plausível, inferida com base no próprio texto dos jornalistas. O que o jornal critica é que esses agentes públicos atuam de modo secreto do começo ao fim, ocultando do grande público as reais intenções políticas que subjazem às suas ações. Em outras palavras, se a ação de revelar o que é feito secretamente pode ser entendida como forma de “cura”, como se viu anteriormente em “uma democracia é mais saudável”, logo agir de modo secreto pode ser tomado como sintoma de adoecimento da própria democracia. Dessa forma, às ações secretas é atribuído um valor negativo, e ao trabalho de “revelá-las” é atribuído um valor positivo. Mais uma vez, as implicações e inferências licenciadas são fundamentalmente sustentadas pela escolha dos domínios-fonte das metáforas, os quais subsidiam as avaliações porquanto fornecem uma base experiencial, de caráter concreto, que faz agregar expressividade, intensidade e vivacidade ao domínio-alvo, de caráter mais abstrato.

Esse excerto revela que a compreensão das implicações às quais as metáforas aludem requer uma análise que envolva o tratamento das ocorrências de expressões metafóricas em contexto. Por conta disso, foi possível articular os achados pertinentes aos processos metafóricos e metonímicos como a relação entre “aplaudir” e “o Intercept”, respectivamente. O levantamento dos esquemas imagéticos localmente acionados também carece de especificidade, a qual é alcançada apenas na

¹⁰ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cabo>. Acesso em: jan. 2022.

observação do contexto enunciativo. O relevo dos domínios-fonte escolhidos, mais uma vez, reitera a ideia de que a armação cognitiva é favorável à veiculação de aspectos avaliativos fornecidos pelos próprios jornalistas, que assumem abertamente a crítica aos denunciados. Nesse sentido, a dimensão literal das palavras pertencentes aos domínios-fonte como GUERRA, OBJETO, BATER PALMAS e CORPO sustenta a rede de sentidos aproveitada pelos domínios-alvo DISCUSSÃO (PROCESSO JURÍDICO e POLÍTICA), IDEIAS (SIGNIFICADOS), APROVAR e REGIME POLÍTICO. Ocorre que os domínios-fonte tornam os domínios-alvo ainda mais palpáveis, expressivos e acessíveis, facilitando a compreensão não só do teor crítico dos jornalistas aos operadores do Direito, mas também a de que o discurso jornalístico não é uma mera narração de fatos.

Vaza Jato Parte 1/Excerto 4: “Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019a, recurso *online*, grifos nossos)

1	Ao contrário do que tem como regra, o Intercept não solicitou
2	comentários de procuradores e outros envolvidos nas reportagens
3	para evitar que eles atuassem para impedir sua publicação e
4	porque os documentos falam por si . Entramos em contato com as
5	partes mencionadas imediatamente após publicarmos as matérias,
6	que atualizaremos com os comentários assim que forem
7	recebidos. Tendo em vista o imenso poder dos envolvidos e o grau
8	de sigilo com que eles operam - até agora -, a transparência é
9	crucial para que o Brasil tenha um entendimento claro do que
10	eles realmente fizeram. A liberdade de imprensa existe para
11	jogar luz sobre aquilo que as figuras mais poderosas de nossa
12	sociedade fazem às sombras .

Nesse excerto, correspondente ao final da primeira reportagem publicada pelo *The Intercept* Brasil, no trecho “...porque os documentos falam por si”, linha 4, observa-se a metáfora ontológica DOCUMENTO É PESSOA, postulada com base no capítulo sobre Personificação, de Lakoff e Johnson (2002). Trata-se, então, de uma instância de Personificação, pois algo não humano (“os documentos”) realiza uma ação humana (“falam por si”); ou mesmo pode-se considerar a questão como uma instância de Interação Fictiva, em que o *frame* de conversa acionado pelo verbo “falar” é usado para estruturar algo que não é efetivamente uma conversa. Assim, o domínio-fonte PESSOA apresenta teor avaliativo por dois aspectos: o primeiro diz respeito ao fato de que “os documentos” não seriam quaisquer pessoas, mas pessoas com autonomia para se expressarem por si mesmas, o que seria suficiente para os jornalistas dispensarem os prévios “comentários de procuradores e outros envolvidos na reportagem”, linha 2; o segundo se dá pelo entendimento de que, se os

documentos são como pessoas que falam por si mesmas, logo entende-se que ninguém, nem mesmo os jornalistas que dão vazão a esses documentos, interfere no conteúdo “falado” por eles. A implicação, portanto, é de que seria possível “ouvir” o que os documentos têm a dizer por si mesmos, ficando o papel de intermediação do jornal subfocalizado.

Como o esquema imagético acionado para a expressão “os documentos falam por si” é CONTÊINER (CONTENÇÃO, CONTEÚDO), não seria equívoco afirmar que tal expressão também instância a METÁFORA DO CONDUTO (REDDY, 1979), uma vez que ela postula que EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES DE SIGNIFICADO, gerando a implicação de que palavras e sentenças tenham significado em si mesmas, à parte dos sujeitos. Assim, a equipe jornalística reitera que o conteúdo dos dados obtidos já seria suficiente para justificar a sua publicação. Do mesmo modo, a METÁFORA DO CONDUTO se coloca como enquadrando a linguagem como autossuficiente, segundo a qual o significado está contido no contêiner das palavras. Torna-se evidente, então, o pareamento não aleatório desse processo metafórico com a avaliação feita pelos jornalistas acerca dos “documentos que falam por si”, assinalando-se uma vez mais o caráter avaliativo das metáforas.

No trecho “Tendo em vista o imenso poder dos envolvidos e o grau de sigilo com que eles operam – até agora –, a transparência é crucial para que o Brasil tenha um entendimento claro do que eles realmente fizeram”, linhas 7 a 10, os domínios semânticos de “transparência” e de “claro” se opõem ao sentido de “grau de sigilo”, embora todos sejam metafóricos e avaliativos, pois endossam a tensão entre público-claro-transparente e privado-obsuro-secreto, já apresentada no texto jornalístico. Pela ordem de emergência das expressões figurativas, “grau de sigilo” aparece primeiro no trecho destacado logo acima como sendo representativa da metáfora que se postula: CONFIDENCIALIDADE É GRANDEZA ESCALAR. A princípio, o termo “sigilo”, em seu sentido literal, não seria algo que se relativize: ou é sigiloso, ou não é. No entanto, no âmbito da expressão como um todo e por força da metáfora, “sigilo” se torna algo gradativo. O domínio-fonte diz respeito à GRANDEZA ESCALAR, ou seja, por meio dele, o domínio-alvo CONFIDENCIALIDADE é interpretado como fenômeno, corpo ou substância, cujas propriedades são mensuráveis em uma escala. Dessa forma, dá-se a noção de gradação para “sigilo”, sendo possível que suas propriedades sejam expressas quantitativamente. O esquema imagético relacionado a essa metáfora pode ser entendido como sendo o de MULTIPLICIDADE (CONTÁVEL-NÃO CONTÁVEL), em que se presume uma potência cognitiva de atribuir gradação àquilo que não é quantitativo.

As metáforas avaliativas subjacentes às expressões “transparência” e “claro” podem ser compreendidas como ENTENDER É VER; IDEIAS SÃO FONTES LUZ; DISCURSO É UM MEIO DE LUZ,

relativas ao esquema imagético CONTÊINER (CONTENÇÃO, DENTRO-FORA, SUPERFÍCIE, CHEIO-VAZIO, CONTEÚDO). A implicação dessas metáforas para o contexto jornalístico tem a ver com o reconhecimento de que, “tendo em vista o imenso poder dos envolvidos”, o “grau de sigilo com que eles operam” seria proporcionalmente elevado. Nesse sentido, por meio das reportagens, ao se reduzir ao mínimo o “grau de sigilo” das conversas do juiz e dos procuradores, os jornalistas também demonstram seu poder de denúncia, autovalorizando seu trabalho ao se referir à importância da “transparência” para haver “entendimento claro” sobre os fatos.

As menções relativas a “transparência” e “claro”, linhas 8 e 9, respectivamente, condizem com o que se estabelece no período subsequente: “A liberdade de imprensa existe para jogar luz sobre aquilo que as figuras mais poderosas de nossa sociedade fazem às sombras”, nas linhas 10 a 12. Por meio do sentido das expressões destacadas “jogar luz” e “fazem às sombras”, instanciam-se as metáforas PUBLICIDADE É LUZ e PRIVACIDADE É SOMBRA, de modo respectivo. Na primeira metáfora, quanto ao domínio-alvo PUBLICIDADE, são atribuídos os sentidos de LUZ: transparente, claro, iluminado. Isso implica que tornar público um seletivo conteúdo de ordem privada é como lançar luz sobre esse conteúdo, fazendo ver o que antes não podia ser visto. Já em relação à metáfora PRIVACIDADE É SOMBRA, criam-se similaridades entre o domínio-alvo PRIVACIDADE e o domínio-fonte SOMBRA, atribuindo às atividades feitas de forma privada, com certo “grau de sigilo”, os traços semânticos de escuro e oculto. A implicação integrada por essa metáfora é de que aquilo que é feito de forma secreta despertaria desconfiança, principalmente se considerarmos que nossa sociedade tende a valorizar a transparência, associando-a com a noção de “verdade”. Para ambas as metáforas, pode-se pensar no esquema imagético CONTÊINER (SUPERFÍCIE), uma vez que essa percepção se dá por meio da superfície do objeto que reflete os raios de luz, tornando-o visível. Quando os raios de luz são interceptados, o objeto fica obscurecido pela sombra; daí pode-se admitir a penumbra, que figura entre luz e sombra, como uma espécie de gradação.

Essas metáforas defendem o trabalho de uma imprensa livre e de um jornalismo investigativo, isto é, que “joga luz”, somando-se com outros verbos e expressões que vêm sendo usados ao longo do texto. Trata-se da apresentação do jornalismo como uma atividade que “revela”, “mostra” o que é feito às escondidas, “às sombras”, ou seja, de maneira obscura. Essas expressões podem ser interpretadas como pertencentes às metáforas ENTENDER É VER; IDEIAS SÃO FONTES DE LUZ; DISCURSO É UM MEIO DE LUZ, descritas por Lakoff e Johnson (2002).

Esse último excerto, que diz respeito à porção final da primeira reportagem, agrega informações significativas que se somam à cadeia de metáforas avaliativas empregadas no texto

jornalístico. Observa-se que os domínios-fonte elencados nesta etapa analítica (PESSOA, RECIPIENTE, GRANDEZA ESCALAR, LUZ e SOMBRA), para além de marcarem uma coerência discursiva, também apontam para uma coesão textual metaforicamente marcada. Pela relação de significado que ocorre entre esses domínios-fonte no âmbito do contexto enunciativo, é possível depreender que as metáforas apresentam coerência entre si. Verifica-se, em “os documentos falam por si”, linha 4, o caso de uma justaposição de metáforas: DOCUMENTO É PESSOA e EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES DE SIGNIFICADO. Isso é possível porque ambas têm como implicação a autossuficiência figurada da linguagem, sendo que no discurso estudado isso se torna bastante visível. Simultaneamente, ambos os domínios-fonte ativados nessa expressão (PESSOA e RECIPIENTES) partilham da mesma base experiencial (CONTÊINER) e evidenciam a corporeidade na expressão em análise. Por sua vez, as metáforas específicas CONFIDENCIALIDADE É GRANDEZA ESCALAR, PUBLICIDADE É LUZ e PRIVACIDADE É SOMBRA são coerentes por meio dos domínios-fonte (GRANDEZA ESCALAR, LUZ e SOMBRA), pois partilham da base experiencial em relação à percepção da intensidade de luz pelo sentido da visão e geram implicações semelhantes em torno de se criticar a atuação sigilosa do juiz e dos procuradores e de se valorizar o trabalho elucidativo dos jornalistas ao revelarem o conteúdo das conversas privadas por meio das reportagens da série Vaza Jato. As metáforas mais específicas relacionadas a uma mesma expressão estruturam apenas parcialmente seu sentido, ou seja, não oferecem, isoladamente, o entendimento abrangente de todos os aspectos semânticos da expressão linguística instanciada, mas juntas formam uma rede de sentidos coerente. Com base na organização textual dos jornalistas, nota-se que as implicações licenciadas caracterizam a sistematicidade entre os sentidos acionados pelas metáforas, servindo aos objetivos mais amplos da reportagem, como a defesa da atividade jornalística. A obra de Lakoff e Johnson (2002) não se debruça exatamente sobre a cadeia metafórica disposta em uma sequência textual específica, porém a metodologia desta dissertação prevê esse procedimento que, por vezes, endossa o que esses autores investigam.

Os próximos seis excertos referem-se à segunda reportagem da série Vaza Jato, intitulada ““MAFIOSOS!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!””. O título apresenta a citação direta entre aspas de uma das mensagens trocadas pelos procuradores da operação Lava Jato, ou seja, é um dos dados vazados pelo *hacker* e publicados pelo jornal *The Intercept* Brasil. Dessa forma, o segundo texto da série inaugura a apresentação efetiva do conteúdo das mensagens privadas para o público em geral.

Vaza Jato Parte 2/Excerto 1: “MAFIOSOS!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019b, recurso *online*, grifos nossos)

1	Exclusivo: Procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para
2	impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que
3	ajudasse a “eleger o Haddad”
4	Em chats privados, procuradores reagiram indignados ao saber
5	que ex-presidente falaria à Folha e celebraram quando ação do
6	Partido Novo impediu a entrevista.
7	Um extenso lote de arquivos secretos revela que os procuradores
8	da Lava Jato, que passaram anos insistindo que são apolíticos,
9	tramaram para impedir que o Partido dos Trabalhadores, o PT,
10	ganhasse a eleição presidencial de 2018, bloqueando ou
11	enfraquecendo uma entrevista pré-eleitoral com Lula com o
12	objetivo explícito de afetar o resultado da eleição.

No subtítulo da matéria, “Exclusivo: Procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a ‘eleger o Haddad’”, linhas 1 a 3, a expressão “tramaram em segredo” sugere a metáfora COMUNICAÇÃO VERBAL É ATIVIDADE TÊXTIL, descrita por Ferrari e Pinheiro (2015). Essa metáfora é acionada pelo verbo “tramar” na expressão, cujo sentido literal delimita a trama de um tecido. Como já se viu na presente dissertação, a escolha do domínio-fonte guia o leitor na compreensão das implicações que são integradas pelas metáforas avaliativas acionadas no texto jornalístico; nesse caso, o domínio-fonte é ATIVIDADE TÊXTIL. Dessa forma, a ação de entrelaçar os fios também dispara o sentido de tecer, sugerindo a vinculação entre a metáfora da linguagem como corte e costura com a ideia de se articular uma estratégia (domínio-alvo COMUNICAÇÃO VERBAL). Na expressão “tramaram em segredo”, o sentido evocado por “em segredo” enfatiza a ideia de que “trama” não está sendo empregada em seu sentido literal, de tecido, mas sim denota a forma como, segundo os jornalistas, os procuradores desenvolveram uma estratégia de atuação. Tudo isso pode se alinhar ao esquema imagético EXISTÊNCIA (PROCESSO), em que o tecido passa a existir tendo em vista o processo de urdidura. Dessa forma, intensifica-se textualmente a tensão entre os domínios público e privado, proeminente desde a primeira reportagem.

Novamente, instancia-se a METÁFORA DO CONDUTO, descrita por Reddy (1979), em “Um extenso lote de arquivos secretos revela que...”, na linha 7. O verbo “revelar”, aqui, cumpre novamente a função de conferir autonomia aos dados obtidos pelo *The Intercept* Brasil. Tem-se a evocação de um domínio-fonte IMAGEM ou OBJETO que pode ser revelado. O “extenso lote de arquivos secretos” apresenta propriedade agentiva, pois é ele que mostra, revela. O verbo “revelar”,

anteriormente analisado, denota a princípio o gesto de tirar o véu ou fazer surgir uma imagem no campo da fotografia, por exemplo. Na sequência, há a repetição do verbo “tramaram”, linha 9, reiterando os sentidos já trazidos pelo subtítulo da matéria. A implicação possibilitada pela METÁFORA DO CONDUTO (IDEIAS SÃO OBJETOS, EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES, COMUNICAR É ENVIAR) é de que o leitor é levado a tomar como verídico o objeto revelado, ou seja, por meio dessa metáfora, o leitor supõe que o segredo desvelado é verdadeiro. Assim, a subjetividade dos redatores ficaria subfocalizada em função de a própria linguagem ser tomada como recipiente autossustentável de significados nessa metáfora. Portanto, retoma-se aqui o esquema imagético CONTÊINER (CONTEÚDO, SUPERFÍCIE), anteriormente analisado.

Na continuidade do mesmo trecho, tem-se “bloqueando ou enfraquecendo uma entrevista pré-eleitoral”, em que se nota a perspectiva sutilmente avaliativa dos jornalistas devido aos usos de “bloqueando” e “enfraquecendo”, os quais emblematizam a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, que torna o discurso da “entrevista pré-eleitoral com Lula” um objeto a ser “bloqueado” ou “enfraquecido”. O domínio-alvo DISCUSSÃO requisita do domínio-fonte GUERRA termos bélicos, com o apoio do esquema imagético FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, BLOQUEIO, RESTRIÇÃO, HABILIDADE), como se dá no caso em análise. O sentido literal de “bloqueando” consiste na formação de um cerco, em que as pessoas cercadas perdem toda comunicação com o exterior, sem que sejam atacadas – figurativamente, diz respeito à tentativa de impedimento da realização da entrevista; por sua vez, o de “enfraquecendo” designa, no caso, ação de reduzir a força – figurativamente, diz respeito às tentativas de se reduzirem o foco de atenção em Lula e a repercussão midiática de sua entrevista. Ao atribuir a ideia de força aplicada à entrevista, metaforicamente, o texto dos jornalistas está se referindo indiretamente aos possíveis efeitos impactantes dela na sociedade naquele momento: por pressuposição, a entrevista é avaliada como potencialmente “forte”, podendo então sofrer “enfraquecimento” ou mesmo “bloqueio”.

Nesse excerto, observa-se que a escolha dos domínios-fonte das metáforas instanciadas (ATIVIDADE TÊXTIL, CONDUTO, GUERRA) e a confrontação com seus sentidos literais realçam a crítica que o texto jornalístico faz à atuação considerada política dos operadores do Direito. Em especial, as metáforas cujos domínios-fonte são ATIVIDADE TÊXTIL e GUERRA operam textualmente em complementaridade e de modo coerente, visto que a noção de “trama” como estratégia de atuação premeditada e sigilosa se articula com o enquadramento bélico, retomando-se a ideia de conflito político-discursivo instaurado.

Vaza Jato Parte 2/Excerto 2: “MAFIOSOS!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019b, recurso *online*, grifos nossos)

1	Os arquivos, a que o Intercept teve acesso com exclusividade,
2	contêm, entre outras coisas, mensagens privadas e de grupos da
3	força-tarefa no aplicativo Telegram. Neles, os procuradores da
4	força-tarefa em Curitiba, liderados por Deltan Dallagnol,
5	discutiram formas de inviabilizar uma entrevista do ex-
6	presidente Luiz Inácio Lula da Silva à colunista da Folha de S.
7	Paulo Mônica Bergamo, autorizada pelo ministro do Supremo
8	Tribunal Federal Ricardo Lewandowski porque, em suas palavras,
9	ela “pode eleger o Haddad” ou permitir a “volta do PT” ao
10	poder.
11	Os procuradores, que por anos garantiram não ter motivações
12	políticas ou partidárias, manifestaram repetidamente nos chats
13	a preocupação de que a entrevista, a ser realizada a menos de
14	duas semanas do primeiro turno das eleições, ajudaria o
15	candidato à Presidência pelo PT, Fernando Haddad. Por isso,
16	articularam estratégias para derrubar a decisão judicial de 28
17	de setembro de 2018, que a liberou - ou, caso ela fosse
18	realizada, para garantir que fosse estruturada de forma a
19	reduzir seu impacto político e, assim, os benefícios eleitorais
	ao candidato do PT.

Imagem 2 – Tweets de Deltan Dallagnol



Fonte: *The Intercept Brasil*¹¹ (2019).

20	Essas discussões ocorreram no mesmo dia em que o STF acatou o
21	pedido de entrevista da Folha de S.Paulo . Conforme noticiado no
22	Consultor Jurídico: "Na decisão, o ministro [Ricardo
23	Lewandowski] citou que o Plenário do STF garantiu 'a 'plena'
24	liberdade de imprensa como categoria jurídica proibitiva de
25	qualquer tipo de censura prévia".

A seleção desse excerto tem a ver com a discussão que já se empreendeu acerca do uso metonímico da expressão "o Intercept", bem como os modos de apresentação de outras pessoas e

¹¹ Disponível em: https://twitter.com/deltanmd/status/1121418365296435200?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1121418365296435200%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Ftheintercept.com%2F2019%2F06%2F09%2Fprocuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula%2F. Acesso em: mai. 2022.

instituições. A princípio, no segundo excerto da Vaza Jato Parte 2, o texto dos jornalistas não enquadra tão figurativamente a noção de estratégia política por parte dos operadores da força-tarefa quando faz uso da expressão “articularam estratégias” em vez de “tramaram em segredo” (analisado no excerto anterior). No entanto, é possível notar que a metáfora subsiste ainda vinculada à DISCUSSÃO É GUERRA (esquema imagético FORÇA), observável por meio das expressões “derrubar a decisão judicial” e “reduzir seu impacto político”, no trecho compreendido entre as linhas 15 e 20 desse excerto. Ambas ganham relevo, porque o contexto enunciativo dos excertos analisados até aqui, na maioria das vezes, recorre ao vocabulário bélico para tratar de questões que envolvem o debate político. Com isso, não se pode ignorar a natureza metafórica desses usos, que é fundamentalmente dada pelo contexto discursivo em que as expressões se inserem, tendo em vista que “derrubar” e “reduzir seu impacto” não seriam, *a priori*, metafóricas.

Ainda nesse trecho, temos a reiteração da ideia de atribuição de força política à entrevista - anteriormente, foi dito no texto jornalístico que ela poderia ser “enfraquecida” pelas ações dos procuradores. No trecho atual, no entanto, esse entendimento passa a ser explicitado pela expressão menos figurativa “reduzir seu impacto político”. A implicação das metáforas anteriormente analisadas aparece de forma mais evidente quando se equipara a redução do impacto político da entrevista à redução dos benefícios eleitorais para o candidato do PT. Então, o que era metaforicamente enunciado (“bloqueando ou enfraquecendo uma entrevista”, excerto anterior) se torna um pouco mais literal (“reduzir seu impacto político”), embora “impacto” ainda possa ser tomado como domínio-fonte advindo do vocabulário bélico. Nesse sentido, a expressão “derrubar a decisão judicial” também instancia a noção metafórica de guerra envolvendo o plano jurídico.

Outro ponto de análise é a apresentação das metonímias institucionais (INSTITUIÇÃO POR PESSOA), recurso utilizado para evitar a retomada integral dos referentes, como nomes próprios completos de pessoas e instituições. A princípio, os jornalistas citam as referências nominalmente, realçando cargos e profissões, como observamos nos destaques em negrito no excerto do trecho “Neles, os procuradores da força-tarefa em Curitiba, liderados por Deltan Dallagnol, discutiram formas de inviabilizar uma entrevista do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à colunista da Folha de S. Paulo Mônica Bergamo, autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski porque, em suas palavras, ela ‘pode eleger o Haddad’ ou permitir a ‘volta do PT’ ao poder”, linhas 3 a 10. Posteriormente, a preferência se dá pela utilização metonímica fazendo as referências pelas instituições: “Essas discussões ocorreram no mesmo dia em que o STF acatou o pedido de entrevista da Folha de S. Paulo”, nas linhas 21 e 22. Nota-se, então, que se apresenta

primeiramente o representante da instituição à qual se vincula para depois se fazer a retomada de forma metonímica: o TRIBUNAL PELO MINISTRO (“STF”) e o JORNAL PELA JORNALISTA (“Folha de S. Paulo”). Em geral, esse procedimento de referência é comum no discurso jornalístico, porém em alguns momentos isso pode resultar em efeitos avaliativos circunstanciais mais expressivos, pois o representante da instituição passa a ser tomado como a própria instituição. A metonímia economiza material linguístico ao estabelecer o processo referencial, conferindo acessibilidade, celeridade e fluidez à leitura do texto. Não necessariamente nesse trecho é observada uma dimensão avaliativa significativa para esse procedimento de redação, mas pode-se salientar que, em geral, a relevância da instituição como um todo organizacional, independentemente das partes que o compõem, é mais enfatizada pelo recurso metonímico, como uma chancela de poder e respaldo.

A reportagem do *The Intercept* Brasil apresenta, em seguida, uma imagem cujo conteúdo é uma publicação de Deltan Dallagnol feita em sua conta da rede social *Twitter*, em 25 de abril de 2019. Nessa postagem, ele republica uma matéria da *Folha de São Paulo*, destacando um fragmento. O conteúdo de sua postagem é: “A Folha apresentou a seguinte opinião após o julgamento de Lula no STJ: ‘não há como sustentar a ideia de que é alvo de um processo de exceção depois que três instâncias do Judiciário analisaram seus argumentos e chegaram ao mesmo entendimento’”. A matéria repostada intitula-se “Sem perseguição”¹² e foi publicada na mesma data, 25 de abril de 2019, na coluna de opinião do referido jornal. Dallagnol reforça, na segunda postagem, que “O trabalho do MPF na Lava Jato, de novo, é técnico, imparcial e apartidário, buscando a responsabilização quem quer que tenha praticado crimes no contexto do megasquema de corrupção na Petrobras”.

Para analisar esse trecho, faz-se necessário, primordialmente, distinguir três pontos: o que pertence ao texto do jornal *Folha de São Paulo*, citado por Dallagnol, do que pertence ao texto escrito pelo próprio procurador do uso disso na reportagem do *The Intercept* Brasil que está sendo analisada. Como observa Rocha (2020), o Discurso Reportado envolve uma espécie de mescla de autorias, no sentido de que quem reporta também é autor. A ideia contida em “faço minhas as palavras de outrem” é válida para a reportagem do discurso feita por Deltan Dallagnol, que endossa e concorda com o conteúdo da matéria da *Folha*. Já a apresentação pelo *The Intercept* Brasil das postagens do procurador, que se configura como reportagem do discurso de Dallagnol, é feita de modo a contrastar as referidas postagens com o contexto da denúncia jornalística, provocando um

¹² Matéria da *Folha de São Paulo* disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/04/sem-perseguiacao.shtml>. Acesso em: mai. 2022.

efeito irônico por inferência: como alguém advoga publicamente em favor de um trabalho “técnico, imparcial e apartidário” e, ao mesmo tempo, articula politicamente nos bastidores? O *The Intercept* Brasil reproduz esses conteúdos postados por Dallagnol em contexto de denúncia jornalística, fazendo com que o leitor possa inferir a contradição do discurso do procurador, que já se sustentara na opinião da *Folha*. Portanto, a reportagem feita pelo *The Intercept* Brasil diverge do conteúdo reportado, alinhando-se com a hipótese defendida por Rocha (2020) de que o Discurso Reportado seria o anúncio de um problema, já que apresenta a confrontação da reportagem de um discurso público com os dados privados que foram vazados.

Por vezes, a forma pela qual os redatores apresentam as palavras ditas por operadores da força-tarefa é realizada por meio de imagens, seja de um *print* da conta do *Twitter* do procurador da Lava Jato ou, como se verá adiante, por meio de uma diagramação especial para a exposição das conversas do *Telegram*. Vinculada à ideia aludida pelo verbo “revelar”, no sentido de trazer à tona uma imagem, a impressão do leitor é de que há acesso direto aos dados, como se ele não fosse intermediado pelos jornalistas. Isso tem a ver, fundamentalmente, com a estratégia jornalística circunstancial de subfocalização da autoria dos redatores em relação ao próprio texto, quase uma ideia de suspensão, temporária e pontual, da responsabilidade sobre o discurso que se reporta, independentemente dos leitores e escritores. De modo inexorável, a METÁFORA DO CONDUTO, que confere autonomia de linguagem aos dados vazados, como se eles “falassem” por si, reitera a ideia de que as expressões linguísticas tenham significado em si mesmas de modo independente dos conceptualizadores ou do contexto. Nesse sentido, caberia perguntar por que o leitor, costumeiramente, não observa que o jornalista seleciona, interpreta e trata os dados? Pelo menos no que tange à modalidade escrita, a resposta certamente incluiria a METÁFORA DO CONDUTO nessa estratégia porquanto a linguagem é tomada como um contêiner autossustentável de significados.

A imagem printada apresenta duas postagens sequenciais de Dallagnol no *Twitter*. Na primeira, o procurador faz uso da metonímia JORNAL PELOS JORNALISTAS, em “Folha”, para se referir aos que escreveram o texto “Sem perseguição”. Isso é condizente com o efeito discursivo de que a relevância da opinião institucional é social e politicamente muito maior do que a relevância da opinião pessoal. Então, o que Dallagnol sustenta é um ponto de vista institucional com o qual ele concorda, alinhando-se a ele como se fosse autor. O endosso que ele promove é ressignificado pelo *The Intercept* Brasil como algo que contraria sobremaneira o teor das conversas vazadas. Postula-se que o procurador usa o recurso metonímico para enfatizar a relevância institucional da empresa jornalística, como um todo, ao emitir a referida opinião. Pela citação do texto da *Folha* selecionado

por ele, o autor do *tweet* eximir-se-ia da responsabilidade de autoria sobre o conteúdo que reproduz, porém ele seleciona o fragmento para postar, sendo responsável por isso.

Na sequência, Dallagnol reporta o seguinte texto da *Folha*: ““não há como sustentar a ideia de que é alvo de um processo de exceção depois que três instâncias do Judiciário analisaram seus argumentos e chegaram ao mesmo entendimento””. Aqui, instanciam-se as metáforas TEORIAS SÃO CONSTRUÇÕES, acionada pela expressão “sustentar a ideia”, e PROCESSO JURÍDICO É GUERRA, pela expressão “alvo de um processo de exceção”. A metáfora que descreve a teoria como sendo um objeto palpável subjaz à expressão “sustentar a ideia”, em que o domínio-alvo TEORIA, como sendo o mais abstrato, adquire os traços semânticos do domínio-fonte CONSTRUÇÃO, por sua vez mais concreto. O esquema imagético relativo a ela pode ser compreendido como sendo EXISTÊNCIA (OBJETO, PROCESSO), em que a ideia do ato de sustentar ampara um “objeto” que não é concreto. Ao cabo, isso implica que a opinião da *Folha de São Paulo*, citada por Dallagnol, é ressignificada no contexto da reportagem-denúncia da Vaza Jato, como sendo algo contraditório em relação ao conteúdo dos dados vazados, já que por meio deles seria possível “sustentar a ideia” de que o processo jurídico contra Lula tinha finalidade política.

Já a metáfora PROCESSO JURÍDICO É GUERRA (vinculada à PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM, como se verá logo a seguir), subjacente à expressão “alvo de um processo de exceção”, é uma especificação derivada da metáfora estrutural DISCUSSÃO É GUERRA. Ao mencionar a ideia de “alvo”, o texto da *Folha de São Paulo* remete ao cenário metafórico de uma guerra, embora se considere que Lula não seja um “alvo”: para a *Folha*, Lula estaria alegando ser o alvo de um processo jurídico de exceção, isto é, uma espécie de processo ilegal em que há uso dos ritos da justiça para se exercer uma “perseguição” política. O próprio título do editorial, “Sem perseguição”, também alude à prática de guerra de se perseguir um inimigo. Já o sentido literal de “alvo” designa o ponto em que se mira, o local ou a pessoa que se pretende atingir. Portanto, os jornalistas da *Folha de São Paulo* aludem, por meio dessa metáfora, à ideia de haver a possibilidade de guerra entre Lula e seus acusadores no processo jurídico. Há escolha do domínio-fonte GUERRA, que posiciona Lula como sendo alvo, mesmo que seja no escopo semântico de uma negação: “Não há como sustentar...” e “Sem perseguição”. Assim, mesmo que esteja negando que Lula seja um alvo perseguido, há cognitivamente o estabelecimento do esquema imagético FORÇA, que sustenta o domínio-fonte GUERRA.

No mesmo trecho do editorial, depreendem-se as metáforas PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM e CONCLUSÃO É CHEGADA. Retomando o conteúdo da postagem de Dallagnol, “A Folha apresentou a

seguinte opinião após o julgamento de Lula no STJ: ‘não há como sustentar a ideia de que é alvo de um processo de exceção depois que três instâncias do Judiciário analisaram seus argumentos e chegaram ao mesmo entendimento’”, a ideia evocada pelas expressões em análise equipara o processo jurídico a trajetória e chegada, sendo “entendimento” como um processo concluído. Há metaforização de movimento à semelhança de um deslocamento pelo espaço físico, uma vez que o processo jurídico acontece em diferentes etapas e instâncias. A noção de “entendimento” como sendo algo conclusivo está equiparada à ideia de chegada. Esses processos metafóricos podem ser entendidos como vinculados ao esquema imagético ESCALA (FONTE, TRAJETÓRIA, ALVO), cujas bases experienciais fundamentam a implicação de que, se há fontes distintas com diferentes trajetórias, mas com o mesmo alvo (“chegaram ao mesmo entendimento”), significa que não haveria outra conclusão possível além daquela que toma Lula como culpado.

O todo desse excerto analisado licencia o entendimento de que os modos de apresentação de pessoas e instituições recorrem também a processos de base figurativa, como a metonímia, cujo objetivo é realçar a importância das instituições para endosso daquilo que se defende como argumento. A avaliação recai ainda sobre o que se observa acerca da gradação dos níveis de metaforicidade das expressões instanciadas. Ora tais expressões são menos ou mais metafóricas, porém estão sempre ancoradas na questão avaliativa, tendo em vista o contexto enunciativo em que estão integradas. Observou-se ainda que os sucessivos discursos reportados recursivamente acoplados uns aos outros (*The Intercept* Brasil reporta Dallagnol que reporta *Folha*) intensificam a complexidade analítica acerca das metáforas avaliativas, visto que cada um traz, em certa medida, suas próprias camadas de significação; no entanto, todos eles são redimensionados ou ressignificados à luz da perspectiva de denúncia dos jornalistas que vazam os dados. Em especial, a METÁFORA DO CONDUTO cumpre uma função ordinária de subdeterminar a responsabilidade pelo “deslocamento” discursivo requerido pelas instâncias de Discurso Reportado (ROCHA, 2004). Todas as metáforas elencadas nesse excerto (DISCUSSÃO É GUERRA, METÁFORA DO CONDUTO, TEORIAS SÃO CONSTRUÇÕES, PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM e CONCLUSÃO É CHEGADA) são coerentes entre si no âmbito da construção textual do sentido, não sendo escolhas aleatórias visto que são agregadas para compor o “arsenal” linguístico-cognitivo de sustentação de suas avaliações fundamentadas nos dados vazados.

Vaza Jato Parte 2/Excerto 3: “MAFIOSOS!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019b, recurso *online*, grifos nossos)

1 **Os diálogos demonstram** que os procuradores não são atores
 2 apartidários e apolíticos, mas, sim, parecem motivados por
 3 convicções ideológicas e preocupados em evitar o retorno do PT
 4 ao poder. As conversas fazem parte de um lote de arquivos
 5 secretos enviados ao Intercept por uma **fonte anônima** há algumas
 6 semanas (bem antes da notícia da invasão do celular do ministro
 7 Moro, divulgada nesta semana, na qual o ministro afirmou que
 8 não houve “**captação de conteúdo**”). O único **papel do Intercept**
 9 foi receber o material da fonte, que nos informou que já havia
 10 obtido todas as informações e estava ansiosa para repassá-las a
 11 jornalistas. A declaração conjunta dos editores do The
 12 Intercept e do Intercept Brasil (clique para ler o texto
 13 completo) explica os critérios editoriais usados para publicar
 14 esses materiais, incluindo nosso método para trabalhar com a
 15 fonte anônima.

Imagem 3 – Nota informativa do *The Intercept* Brasil

Fonte: *The Intercept* Brasil¹³ (2019).

O terceiro excerto dessa segunda matéria da Vaza Jato inicia-se com a ocorrência de metáfora na expressão “os diálogos demonstram”, na linha 1. Semelhantemente ao que ocorre com “série de reportagens mostra” (analisado anteriormente), a expressão “os diálogos demonstram” constitui mais um exemplo de construção linguística que tem como base a METÁFORA DO CONDUTO

¹³ Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>. Acesso em: jan. 2021.

(esquema imagético de CONTÊINER), segundo a qual a linguagem porta o sentido (EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES). A implicação recai no entendimento de que não são os jornalistas, mas os próprios diálogos que demonstram, reiterando a conferência de autonomia aos dados. Dessa forma, os referidos diálogos, conteúdo vazado que o jornal publica, são tomados como independentes em relação aos jornalistas que os expõem.

Em seguida, os jornalistas enfatizam o modo como receberam o referido conteúdo, cuja forma de captação feita por um *hacker* é ilícita. Os termos “fonte anônima” (linha 5) e “fonte” (linha 9) dizem respeito ao termo formal utilizado no campo jornalístico, o qual apresenta por si só uma metáfora subjacente, que poderia ser descrita como FONTE DE INFORMAÇÕES É NASCENTE DE ÁGUA, pertencente aos esquemas imagéticos ESCALA (FONTE) e CONTÊINER (CONTEÚDO). Na concepção do termo “fonte”, é possível perceber uma construção metafórica tendo em vista que o sentido literal da palavra remete ao local de onde jorra água, constituindo o domínio-fonte. A base experiencial, ao referir-se à ação de ir até à fonte para beber água, descreve uma trajetória na qual a fonte corresponderia à origem. Conseqüentemente, torna-se possível propor, com base na primeira formulação, a metáfora INFORMAÇÃO É SUBSTÂNCIA, relativa aos mesmos esquemas imagéticos ESCALA (FONTE) e CONTÊINER (CONTEÚDO), a qual licencia expressões como “dados vazados”, “vazamento de informação” e “captação de conteúdo”. Compreende-se, com base na conceptualização metafórica, a comparação implícita segundo a qual os jornalistas buscam informação por meio de uma pessoa ou em um documento assim como alguém busca água na fonte, e diz-se da qualidade da fonte pela confiabilidade da informação obtida. Essas metáforas são frequentes em usos cotidianos da linguagem em enunciados como “deve-se beber direto da fonte”, no sentido de se ler os autores originais, ou mesmo em “citar as fontes” para mencionar as referências bibliográficas de uma pesquisa, por exemplo. Inclusive, o próprio conceito de “domínio-fonte” usado para explicar as metáforas recorre à imagem da fonte para dizer sobre a porção do conhecimento superordenada (domínio) que oferece os traços semânticos que contribuem com o aspecto mais concreto em relação a um domínio-alvo de uma metáfora: o domínio-alvo é polo mais abstrato a ser ilustrado pela cena evocada pelo domínio-fonte.

Na formalização do jornalismo investigativo, há um complexo aparato de proteção legal para que a fonte de informação de um jornalista possa permanecer anônima. Como foi dito, nesse excerto da segunda reportagem, em que a relação com a fonte das informações publicadas é explicitada para o leitor, os elementos de base figurativa atuam segundo a perspectiva de defesa da profissão dos próprios repórteres. A fonte aparece, então, “pessoalizada” no sentido de apresentar

emoções - “estava ansiosa”, linha 10 -, em contraste com a metonímia do JORNAL PELOS JORNALISTAS, que por sua vez os impessoaliza, em “As conversas fazem parte de um lote de arquivos secretos enviados ao Intercept por uma fonte anônima”, linha 5, e “O único papel do Intercept foi receber o material da fonte”, linha 9. Em outros termos, enquanto essa fonte está emocionada, “ansiosa”, os jornalistas se autorreferenciam pelo nome do jornal, reiterando seu caráter profissional por meio do recurso de impessoalização metonímica. Nos dois trechos destacados acima, a implicação é de que a equipe de reportagem evidencia, por meio dos verbos “enviados” e “receber”, sua posição de passividade em relação ao acesso a esse conteúdo. Os usos dos verbos enfatizam que foi a fonte que procurou o jornal para oferecer as informações sigilosas; essa ênfase dada pelos jornalistas é importante devido à suposta ilegalidade da captação dos dados.

Cabe ainda analisarmos uma metáfora subjacente em “O único papel do Intercept foi receber o material da fonte”, linha 9, que pode ser descrita como FUNÇÃO É PAPEL DRAMÁTICO, cujo esquema imagético pode ser postulado como o de EXISTÊNCIA (OBJETO). Essa metáfora alude a teatro, atividade artística em que há atribuição de distintas personagens para cada ator em cena. Assim, desempenhar um “papel” traz consigo a concepção de realização ativa de uma performance. Essa metáfora, por ser idiomática, quase passa despercebida, sendo subjacente ao significado de “papel”, cujo sentido figurado faz parte da linguagem cotidiana.

Apresentada na análise, a Imagem 3 é um *print* da tela de quando se acessa a reportagem do *The Intercept* Brasil. Ao passar o cursor sobre “Os diálogos”, no início do parágrafo, aparece uma janela com um pequeno texto que explicita a metodologia do *The Intercept* Brasil: “optamos por manter os textos originais das mensagens, sem qualquer tipo de correção ou alteração”. De fato, foi visto que, na segunda postagem feita por Dallagnol, mostrada pelo *The Intercept* Brasil, não há qualquer interferência feita pelos jornalistas, que não reescrevem o texto, e nem apontam o que provavelmente é um erro de digitação do autor quando falta a preposição “de” em “...buscando a responsabilização quem quer que tenha praticado crimes...”. Os jornalistas não interferem e nem mencionam essa falha, mas também não há prejuízo de compreensão da mensagem, e essa correção pode ser considerada irrelevante. Nesse sentido, a responsabilidade do *The Intercept* Brasil recai sobre o “deslocamento” discursivo, o que já é suficiente para modificar o discurso.

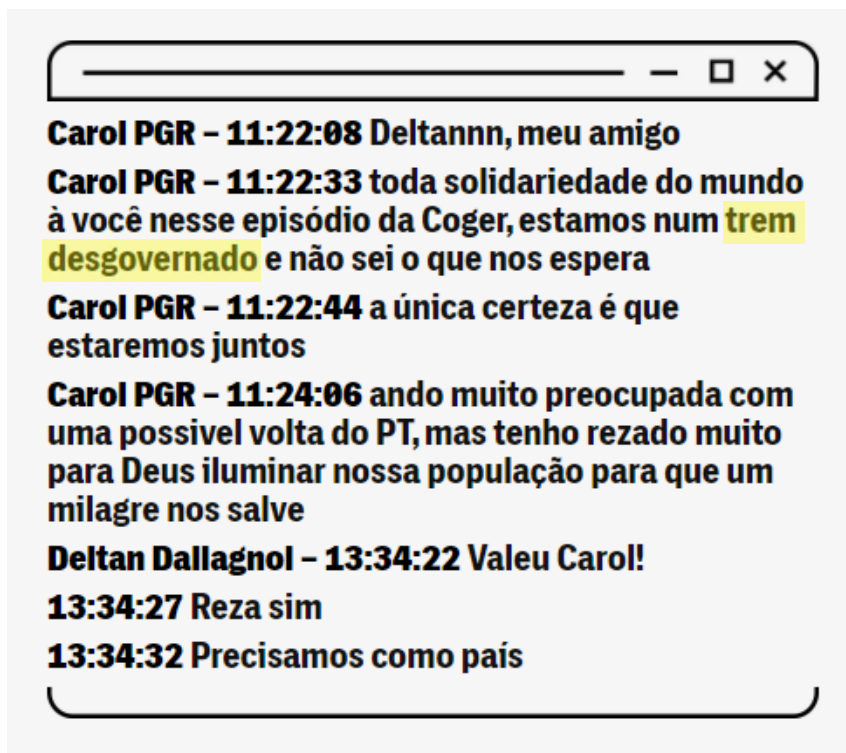
Em suma, a análise desse terceiro excerto apresenta nova instância de METÁFORA DO CONDUTO, cuja implicação acerca do objetivo dos jornalistas de conferir autonomia aos dados, já alcançada anteriormente, se repete. Observa-se, então, que diferentes expressões linguísticas acionam a mesma metáfora, reiterando suas implicações, o que colabora com a coerência entre

metáforas recorrentes, sobretudo do ponto de vista da construção textual. Na análise do excerto anterior, foi dito sobre a possibilidade de a metonímia funcionar não apenas como um recurso de economia linguística, para evitar a repetição de termos, mas poderia ocasionalmente exercer um papel avaliativo na construção do texto. Nesse terceiro excerto, a metonímia JORNAL PELOS JORNALISTAS (“o Intercept”, linha 8) cumpre importante papel de resguardo dos jornalistas em relação ao delicado tema da origem dos dados em relação à fonte. Acorrer ao recurso metonímico é uma forma de se angariar maior credibilidade perante o leitor, em um contexto especialmente difícil, tendo em vista a gravidade da denúncia e devido à fragilidade legal da forma de captação dos dados. Todo o esforço dos jornalistas nesse excerto diz respeito à importância de se separar seu trabalho da atuação do *hacker*, pois capturar dados dos celulares pessoais de juízes e procuradores poderia ser considerado uma ilegalidade; já veicular as informações obtidas obedecendo a metodologias preestabelecidas de divulgação desses dados é atividade jornalística legítima.

Vaza Jato Parte 2/Excerto 4: “MAFIOSOS!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019b, recurso *online*, grifos nossos)

1 “PODE ELEGER O HADDAD”
 2 Naquele dia, a comoção teve início às 10h da manhã, assim que
 3 o grupo soube da decisão de Lewandowski. O ministro ressaltou
 4 que os argumentos usados para impedir a entrevista de Lula na
 5 prisão eram **claramente** inválidos, uma vez que com frequência
 6 entrevistas são “concedidas por condenados por crimes de
 7 tráfico, homicídio ou criminosos internacionais, sendo este
 8 um argumento inidôneo para fundamentar o indeferimento do
 9 pedido de entrevista”. Assim, levando em conta que Lula “não
 10 [se encontra] em estabelecimento prisional, em que pode
 11 existir eventual **risco de rebelião**” e tampouco “se encontra
 12 sob o regime de incomunicabilidade”, o ministro decidiu em
 13 favor da entrevista.
 14 **Um clima de revolta e pânico se espalhou** entre os
 15 procuradores. Acreditando se tratar de uma conversa privada
 16 que jamais seria divulgada, eles deixaram explícitas suas
 17 motivações políticas.
 18 A procuradora Laura Tessler logo exclamou: “Que piada!!!
 19 Revoltante!!! Lá vai **o cara fazer palanque na cadeia. Um**
 20 **verdadeiro circo**. E depois de Mônica Bergamo, pela isonomia,
 21 devem vir tantos outros jornalistas.. e a gente aqui fica só
 22 **fazendo papel de palhaço** com um Supremo desse.. ”
 23 Uma outra procuradora, Isabel Groba, respondeu com apenas uma
 24 palavra e várias exclamações:
 25 “Mafiosos!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!”.
 26 Após uma hora, Tessler deixou explícito o que deixava os
 27 procuradores tão preocupados: “sei lá.. mas uma coletiva antes
 28 do segundo turno pode eleger o Haddad”.
 29 Enquanto essas mensagens eram trocadas no grupo dos
 30 procuradores da Lava Jato, Dallagnol estava conversando em
 31 paralelo com uma amiga e confidente identificada no seu
 32 Telegram apenas como “Carol PGR” (cuja identidade não foi
 33 confirmada pelo Intercept). Lamentando a possibilidade de
 34 Lula ser entrevistado antes das eleições, os dois estavam
 35 expressamente de acordo que o objetivo principal era impedir
 o retorno do PT à presidência e concordaram que rezariam para
 que isso não ocorresse.

Imagem 4 – Mensagens de Carol PGR e Deltan Dallagnol



Fonte: *The Intercept* Brasil¹⁴ (2019).

36	Não se trata de uma confissão isolada. Toda a discussão, que se
37	estendeu por várias horas, parece mais uma reunião entre
38	estrategistas e operadores anti-PT do que uma conversa entre
39	procuradores supostamente imparciais.
40	Descartada a possibilidade de impedir a entrevista, eles
41	passaram a debater qual formato traria menos benefícios
42	políticos para Lula: uma entrevista a sós com Mônica Bergamo,
43	ou uma coletiva de imprensa com vários jornalistas. Januário
44	Paludo, por exemplo, propôs as seguintes medidas: " Plano a:
45	tentar recurso no próprio stf, possibilidade Zero. Plano b:
46	abrir para todos fazerem a entrevista no mesmo dia. Vai ser uma
47	zona mas diminui a chance da entrevista ser direcionada.

O que se destaca nesse excerto é uma maior ocorrência de Discursos Reportados, pertinentes ou não às informações vazadas. Com isso, é possível dar início à análise que contempla a separação entre as metáforas avaliativas do texto dos próprios jornalistas e as metáforas avaliativas pertencentes ao discurso reportado, sendo que há aquelas cuja origem é pública (decisão do ministro

¹⁴ Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>. Acesso em: jan. 2021.

Lewandowski) e aquelas cuja origem diz respeito às informações vazadas. Assim, no trecho compreendido entre as linhas 2 e 13 do excerto em análise, nota-se o Discurso Reportado como uma herança metafórica da construção de movimento causado (ROCHA, 2004), uma vez que o discurso do Ministro Lewandowski é “deslocado” de um lugar para o outro, resultando na intercalação em que os trechos de citação direta estão combinados com o texto jornalístico, de próprio punho. O Discurso Reportado é fragmentado resultando em um texto que mescla o conteúdo dos jornalistas continuado pelo da citação de falas do ministro, formando uma unidade de sentido.

No discurso indireto do ministro, reportado pelos jornalistas, entre as linhas 3 e 13, o advérbio “claramente” aciona uma metáfora em que é atribuída à noção de clareza um valor positivo. Dessa forma, postulam-se as metáforas específicas EXPLICITUDE É CLARIDADE e, em contrapartida, IMPLICITUDE É ESCURIDÃO, cujo esquema imagético é CONTÊINER (SUPERFÍCIE), o mesmo utilizado pelas metáforas PUBLICIDADE É LUZ e PRIVACIDADE É SOMBRA, analisadas em ocorrências anteriores. Valorizam-se as ideias relacionadas à clareza, transparência e luz como sendo as formas de enxergar a “verdade”, cuja “superfície” seria bem visível; por outro lado, diametralmente oposto, desvalorizam-se as ideias de escuridão e obscuridade, como sendo formas de se ocultar a “verdade”, cuja “superfície” é pouco perceptível. Essa metáfora é de base experiencial na medida em que nós, seres humanos, somos animais de hábitos mais diurnos, isto é, vemos melhor durante o dia, pois necessitamos de luz para enxergar. Assim, nossa limitação de visão noturna faz com que a noite seja o período em que nos encontraríamos mais vulneráveis. O argumento mais primitivo para esse entendimento poderia ser questionado depois da invenção da luz elétrica, porém mantivemos uma organização social e uma cultura em que a noite permanece sendo momento de recolhimento e privacidade (PRIVACIDADE É SOMBRA e PUBLICIDADE É LUZ). Pela historicidade dos termos, as metáforas relacionadas a claro e escuro fazem sentido em nossos usos cotidianos da linguagem e estão subjacentes em palavras há muito dicionarizadas, cujo sentido metafórico, de tão reiterado, pode passar despercebido. Essas ocorrências se encaixam nas seguintes metáforas descritas por Lakoff e Johnson (2002): ENTENDER É VER; IDEIAS SÃO FONTES DE LUZ; DISCURSO É UM MEIO DE LUZ. A implicação dessas metáforas para o texto jornalístico como um todo tem a ver com a avaliação enfática de que os argumentos para impedir a entrevista são considerados “visivelmente” inválidos pelo ministro. Pelo fato de reportarem a decisão dele, no molde indireto, os jornalistas de alguma forma endossam as palavras de Lewandowski, podendo-se sugerir que eles próprios concordam com o ministro que decidiu em favor da entrevista de Lula.

Ainda sob o escopo da fala do referido magistrado, observa-se a expressão metafórica

avaliativa “risco de rebelião”, a qual ilustraria a metáfora subjacente PERIGO É TRAÇO OU RISCO NO PAPEL, cujos esquemas imagéticos podem ser o de CONTÊINER (CONTENÇÃO, SUPERFÍCIE) e o de ESCALA (TRAJETÓRIA). Em outros termos, o RISCO NO PAPEL como domínio-fonte é um rabisco que minimamente, ou por um triz, indicia a possibilidade de início de um processo o qual resultaria em uma situação ameaçadora mais expressiva, que representaria PERIGO (domínio-alvo). A implicação avaliativa dessa metáfora tem a ver com a despreocupação sinalizada pelo ministro acerca da possibilidade de rebelião, motivo pelo qual ele exclui um dos argumentos para indeferimento da entrevista. Novamente, os jornalistas, pela via do discurso do ministro, indiretamente sinalizam concordar com ele, já que se colocam em oposição aos juízes e procuradores denunciados.

O parágrafo seguinte inicia-se com a seguinte expressão “Um clima de revolta e pânico se espalhou entre os procuradores”, linha 14. O sentido literal de clima é associado a um conceito geográfico, relacionado com a meteorologia, para dizer sobre a condição atmosférica de uma região. Já “pânico” e “revolta” se relacionam a estados psicológicos de indivíduos em situação de perturbação e inquietude. Dessa forma, é possível sugerir a metáfora CONDIÇÃO PSICOLÓGICA É AMBIENTE ATMOSFÉRICO, com base na qual a noção de clima funcionaria como domínio-fonte, oferecendo substrato para descrever o domínio-alvo, remetendo às situações em que o pânico e a revolta tomam uma dimensão mais ampla, extrapolando os limites físicos de um indivíduo e se fazendo presente na atmosfera. Assim, essa metáfora estaria relacionada ao esquema imagético de EXISTÊNCIA (ESPAÇO DELIMITADO). O “clima” de revolta e pânico alude à metáfora que diz respeito não à situação psicológica de alguém, mas de um conjunto de pessoas que compartilha os mesmos sentimentos. Um indivíduo em qualquer ânimo, se exposto a esse “clima” de revolta e pânico, pode se contagiar por esses sentimentos e passar a manifestá-los, influenciado por essa “atmosfera”. Ao lançar mão dessa metáfora, os jornalistas direcionam a interpretação das mensagens dos procuradores, reportadas na sequência. Nelas, os juízes e procuradores, segundo os jornalistas, se mostram preocupados com os desdobramentos da entrevista, o que evidenciaria suas motivações políticas na condução do caso.

No trecho compreendido entre as linhas 17 e 35 desse excerto, tem-se a reportagem de mensagens escritas pelas procuradoras Laura Tessler e Isabel Groba e por Carol PGR¹⁵. Os verbos *dicendi* são os utilizados para introduzir uma citação direta ou indireta. Observa-se, então, que o

¹⁵ O texto do *The Intercept* Brasil não especula sobre quem seria Carol PGR, apenas informa entre parênteses que sua identidade não foi confirmada. No entanto, cabe comentar que PGR diz respeito, possivelmente, à Procuradoria-Geral da República (PGR), que é a sede administrativa do Ministério Público Federal (MPF), conforme o *site* da instituição: <http://www.mpf.mp.br/pgr/institucional>. Acesso em: mai. 2022.

primeiro verbo utilizado pelos jornalistas é “exclamou”, chamando a atenção para a dimensão emotiva alinhada com a metáfora utilizada por eles que descreve o clima como sendo de pânico e revolta: “A procuradora Laura Tessler logo exclamou”, linha 17. Há uma relação entre a metáfora e o verbo *dicendi*, em que “exclamar” acentua o sentido da metáfora e reitera a avaliação dos jornalistas acerca da preocupação manifestada pelos juízes e procuradores nas suas mensagens. Se eles estão preocupados, novamente se colocam como atores políticos e não apenas como meros operadores do Direito.

É importante, novamente, distinguir as metáforas utilizadas pelos jornalistas das que figuram nas mensagens dos juízes e procuradores. Assim, a análise seguinte diz respeito ao conteúdo da mensagem de Laura Tessler, em que diz: ““Que piada!!! Revoltante!!! Lá vai o cara fazer palanque na cadeia. Um verdadeiro circo. E depois de Mônica Bergamo, pela isonomia, devem vir tantos outros jornalistas... e a gente aqui fica só fazendo papel de palhaço com um Supremo desse...””, linhas 17 a 21. Os jornalistas já haviam dito que “Um clima de revolta e pânico se espalhou entre os procuradores”, na linha 14, e a mensagem de Laura Tessler apresenta explicitamente o conteúdo que foi adiantado metaforicamente pelos jornalistas quando ela diz: “Revoltante!!!”, na linha 18. Outros termos disparam metáforas por meio das quais a procuradora evidencia sua posição crítica em relação à decisão do ministro de permitir a entrevista de Lula. Por meio da escolha dos elementos-fonte PALANQUE e CIRCO, Laura Tessler avalia a decisão de Lewandowski como não séria. Dessa forma, ela inicia sua mensagem enquadrando a decisão do ministro como sendo uma “piada”¹⁶, linha 17, ou seja, provoca o riso, é risível. Já a expressão “palanque na cadeia”, linha 18, tem uma dimensão paradoxal na medida em que a cadeia seria, *a priori*, um lugar de reclusão e de incomunicabilidade. Aquele que está na cadeia estaria em situação oposta à de ser o centro das atenções, como aquele que está em um palanque. Dessa forma, Tessler estaria confrontando duas ideias que, em tese, seriam opostas: CADEIA *versus* PALANQUE. Sua avaliação é de que Lula, estando na cadeia, não poderia ser o centro das atenções, como se ele estivesse em um palanque. O elemento-fonte PALANQUE alude também às noções de palco e de espetáculo, as quais se somam à expressão “verdadeiro circo”, usada por ela na linha 19, em que assume a concessão da entrevista pelo ministro como sendo um espetáculo cômico. Ao final de sua mensagem, na linha 21, “papel de palhaço” reitera as ideias trazidas pelas expressões anteriores e corrobora a conceptualização do cenário metafórico de um circo. Como analisado anteriormente, desempenhar um papel traz consigo

¹⁶ Cabe mencionar que a palavra "piada", isoladamente, não dispararia a metáfora em análise. Entretanto, no contexto, trata-se de um uso figurativo do termo que, em conjunto com as demais expressões usadas por Tessler, integra o cenário metafórico de circo.

a noção de performance de personagem. Na mensagem de Tessler, todos os atores envolvidos na operação Lava Jato estão em um circo em que cada um desempenharia um papel específico.

Há, ainda, o entendimento dela de que o fazer jurídico é como um espetáculo cômico, na medida em que a decisão do ministro de permitir a entrevista é enquadrada como sendo ridícula, uma “piada”; enquanto Lula é tido como estando no “verdadeiro circo”, fazendo da cadeia um “palanque”. Da mesma forma, o trabalho frustrado dela e dos demais acusadores em tentar impedir a entrevista de Lula é concebido como sendo o exercício de um “papel de palhaço”, cuja conotação é geralmente negativa por referir-se a “papel de bobo”, lembrando o entretenimento feito pelo “bobo da corte”. De uma maneira ampla, com base na conceptualização metafórica instanciada nessas expressões da mensagem da procuradora, é possível induzir a descrição de uma metáfora genérica: PROCESSO JURÍDICO É ESPETÁCULO, pertencente ao esquema imagético de EXISTÊNCIA (PROCESSO, ESPAÇO DELIMITADO).

A mensagem seguinte, escolhida para ser o título dessa segunda reportagem, é de autoria de Isabel Groba: “Mafiosos!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!”, linha 23. A repetição exagerada de exclamações confere o tom emotivo de um conteúdo cujo aspecto avaliativo é explícito. A mensagem de Groba alinha-se ao posicionamento de Tessler e ratifica a crítica em relação à decisão do ministro Lewandowski em favor da entrevista do ex-presidente à jornalista Mônica Bergamo. Tendo em vista que máfia é uma organização criminosa, a mensagem insinua avaliativamente que haveria um propósito ilícito em torno da decisão tomada pelo ministro, ao atribuir o adjetivo “Mafiosos” às pessoas envolvidas nessa decisão. Torna-se possível a interpretação de que, no entendimento dela, a decisão do ministro estaria propositalmente favorecendo a jornalista ou o entrevistado ou ambos.

Essas construções metafóricas (“claramente”, “risco de rebelião”, discurso reportado de Lewandowski; “fazer palanque na cadeia”, “verdadeiro circo” e “fazendo papel de palhaço”, mensagens de Tessler) e aquelas que colaboram com a avaliação (“que piada”, Tessler; e “Mafiosos”, Groba) estão no texto jornalístico como parte de Discurso Reportado. Embora as expressões metafóricas não tenham sido redigidas pelos jornalistas, o conteúdo enfaticamente figurativo das mensagens das procuradoras citadas reafirma a perspectiva avaliativa do texto jornalístico, que publiciza a interação dos procuradores como sendo reveladora de suas instabilidades emocionais em um “clima de revolta e pânico”. Ou seja, os jornalistas se aproveitam das metáforas que emergem nas mensagens citadas, estabelecendo coerência e coesão metafóricas, bem como alinhamento avaliativo, pois o conteúdo reportado valida o ponto de vista deles.

Cabe ainda ressaltar a sequência dos verbos *dicendi* nesse excerto, pois são eles que

enquadram o Discurso Reportado pelos jornalistas. Como foi visto, inicia-se com o verbo “exclamou”, na linha 17, em “A procuradora Laura Tessler logo exclamou”, que pode ser qualificado como verbo *dicendi* expressivo, pois apresenta sentido avaliativo, uma vez que valoriza o estado psicológico e emocional do autor do conteúdo reportado. Em seguida, para apresentar a mensagem de Groba, nas linhas 22 e 23, os jornalistas utilizam o verbo *dicendi* “respondeu”, que por sua vez é menos avaliativo que o anterior. Por outro lado, eles descrevem detalhadamente o modo como ela respondeu: “com apenas uma palavra e várias exclamações”. Dessa forma, o verbo “respondeu” adquire contorno semântico avaliativo, quando os jornalistas chamam a atenção para a noção de quantidade na resposta: somente uma única palavra acompanhada de várias exclamações. Talvez não seja aleatória a escolha dessa mensagem para dar título à segunda matéria, pois a expressão “MAFIOSOS!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!” usada como título licencia a interpretação possível de que o *The Intercept* Brasil estaria ironicamente enquadrando a interação vazada dos juízes e procuradores como sendo típica de uma organização criminosa.

Já ao introduzir a troca de mensagens entre Dallagnol e Carol PGR, o verbo *dicendi* escolhido pelos jornalistas é “lamentando”, linha 31, cujo aspecto avaliativo é significativo e também enfatiza o caráter emotivo da interação entre os procuradores. A concordância entre eles é explicitada pelos jornalistas quando afirmam que Dallagnol e Carol PGR “estavam expressamente de acordo” e “concordaram”, linhas 32 a 34. Isso também confirma a afinidade existente entre eles, a qual, segundo os jornalistas, seria uma relação de amizade e confidencialidade (“amiga e confidente”, linha 29), ultrapassando os limites estritamente profissionais.

A mensagem apresentada na sequência faz referência a um aspecto religioso por meio das expressões usadas por Carol PGR: “tenho rezado”, “Deus iluminar”, “um milagre nos salve”. A apelação para o aspecto religioso também colabora com o enquadramento dos jornalistas acerca de haver um clima de pânico, e eles não deixam de ressaltar esse tópico antes de apresentarem a imagem com as mensagens em si, quando introduzem o Discurso Reportado dando ênfase ao ato de rezar: “concordaram que rezariam”, linha 34. As mensagens trocadas entre Dallagnol e Carol PGR são previamente enquadradas pelos jornalistas logo antes de seu conteúdo ser apresentado na imagem que imita a tela da conversa: “Deltannn, meu amigo”, “toda solidariedade do mundo à você nesse episódio da Coger, estamos num trem desgovernado e não sei o que nos espera”, “a única certeza é que estaremos juntos”, “ando muito preocupada com uma possível volta do PT, mas tenho rezado muito para Deus iluminar nossa população para que um milagre nos salve”. A essas mensagens, Dallagnol responde: “Valeu Carol!”, “Reza sim”, “Precisamos como país”.

A construção metafórica presente no Discurso Reportado endossa aquela do texto jornalístico em si, no qual há o enquadre prévio de todas as mensagens como evidências do clima de revolta e pânico. A repetição do “n” para escrever o nome “Deltannn” já no início das mensagens de Carol PGR remete à característica de oralidade que ratifica o tom de preocupação da abordagem. O conteúdo das mensagens confirma esse sentimento com o uso da expressão “trem desgovernado”, que pode ser descrita como instância da metáfora PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM, cujo esquema imagético remete a ESCALA (TRAJETÓRIA). O domínio-fonte TREM traz consigo a ideia de viagem específica cujo roteiro é sabido e pré-estabelecido: viajar de trem é diferente de viajar por outros meios de locomoção, pois o trem anda nos trilhos de modo que o trajeto e o destino são conhecidos e estão determinados antes de a viagem começar. Além disso, trens são grandes e pesados. No campo da Física, pelo conhecido Princípio da Inércia, descrito por Newton, devido à sua grande massa, depois de atingir uma determinada velocidade, é difícil parar um trem; seu processo de frenagem é lento e pode se estender por um longo espaço. Dessa forma, trata-se de uma viagem normalmente previsível. Por esse motivo, utilizamos expressões como “tudo está trilhos” para descrever situações de normalidade, em que a realidade corresponde às expectativas de condições favoráveis. Já na expressão “trem desgovernado”, o aspecto avaliativo da metáfora aproveitado por Carol PGR se dá pelo adjetivo “desgovernado”, que remete à falta de controle do trem. Retomando seu sentido literal, um “trem desgovernado” é inseguro, pois não se sabe qual trajeto ele poderia fazer: “estamos num trem desgovernado e não sei o que nos espera”, ela escreve. Assim, nos usos cotidianos da linguagem, a expressão “trem desgovernado” remete a situações desfavoráveis, de imprevisibilidade e cenário de tragédia iminente. As implicações da elaboração metafórica acionada por Carol PGR é de que o PROCESSO JURÍDICO, como domínio-alvo, seria como um trem que deveria seguir nos trilhos, isto é, deveria seguir conforme o esperado por eles, ou seja, que o processo resultasse no impedimento da entrevista de Lula. Porém, esse trem encontra-se desgovernado, ou seja, a decisão do ministro favorável à entrevista gera uma quebra da expectativa, e ela afirma explicitamente não saber o que esperar, indicando imprevisibilidade dos resultados do processo. A elaboração metafórica alude ao cenário de desastre, segundo a perspectiva deles, “uma possível volta do PT” seria trágica.

O texto jornalístico subsequente continua aproveitando as metáforas instanciadas no Discurso Reportado. Logo após a imagem da conversa, os jornalistas nomeiam a interação como sendo uma “confissão” (“Não se trata de uma confissão isolada”, linha 36), palavra que aponta principalmente para três sentidos, todos interessantes para a elaboração metafórica do texto

jornalístico: há o sentido de endosso da relação de confiança entre amigos; o religioso, que remete ao confessorário e à confissão dos pecados; e o de aspecto jurídico, em que um réu pode confessar sua culpa. Todos esses sentidos estão relacionados com a construção semântica desenvolvida ao longo do texto por meio de metáforas e qualquer domínio cognitivo superordenado acionado pela palavra “confissão” seria conveniente aos jornalistas.

Ainda nesse trecho, na linha 38, os jornalistas escrevem “estrategistas e operadores anti-PT”; essa construção linguística também alude ao domínio-fonte GUERRA por meio da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, cujo esquema imagético é FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE). A construção “anti-X”, em que “anti-” significa ser contra, também é frequentemente utilizada em nomes de operações policiais e aciona as conceptualizações de cenários metafóricos em que há uma dinâmica de lados opostos, confrontação e até mesmo a concepção maniqueísta de bem contra o mal, aludindo de forma ampla ao ideário de polícia *versus* bandido. A metáfora DISCUSSÃO É GUERRA é acionada repetidas vezes ao longo das matérias em análise. Por isso, é possível observar como ela é disparada por diferentes expressões tanto no discurso criado pelos próprios jornalistas, quanto nos fragmentos de Discurso Reportado advindos dos dados vazados.

Já no trecho “Descartada a possibilidade de impedir a entrevista, eles passaram a debater qual formato traria menos benefícios políticos para Lula...”, linhas 40 e 41, a metáfora acionada pelo texto jornalístico pode ser descrita como PROCESSO JURÍDICO É JOGO, cujo esquema imagético também é tomado como FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE, BLOQUEIO, COMPULSÃO, EQUILÍBRIO, RESTRIÇÃO), por meio da expressão “Descartada”. O sentido literal do verbo “descartar” advém da ludologia, significando retirar ou pôr de lado uma ou mais cartas de baralho em um jogo para determinado fim. Temos diversas expressões na língua portuguesa que remetem ao esquema imagético de jogo, tais como: “carta fora do baralho”, “ter uma carta na manga”, “ter uma carta branca”, “uma jogada de mestre”, entre outras. Analisando o uso dessa metáfora, entende-se que a ação de impedir a entrevista foi descartada, ou seja, não é mais cogitada. Os jornalistas apresentam por meio da elaboração metafórica sua avaliação sobre os fatos. Portanto, por meio da metáfora PROCESSO JURÍDICO É JOGO, compreende-se que os procuradores estão sendo comparados implicitamente a jogadores. Assim, impedir a entrevista seria uma jogada, mas foi “descartada”. Há uma relação superordenada entre as metáforas que acionam os cenários de jogo e de guerra, uma vez que podemos entender uma por meio da outra, e elas partilham algumas expressões. “Estratégia”, por exemplo, é uma palavra usada tanto no domínio de GUERRA quanto no

de JOGO. Isso ocorre pela semelhança das dinâmicas entre guerra e jogo, pois em ambos os cenários há as noções de adversários, vencedores, derrotados, entre outras.

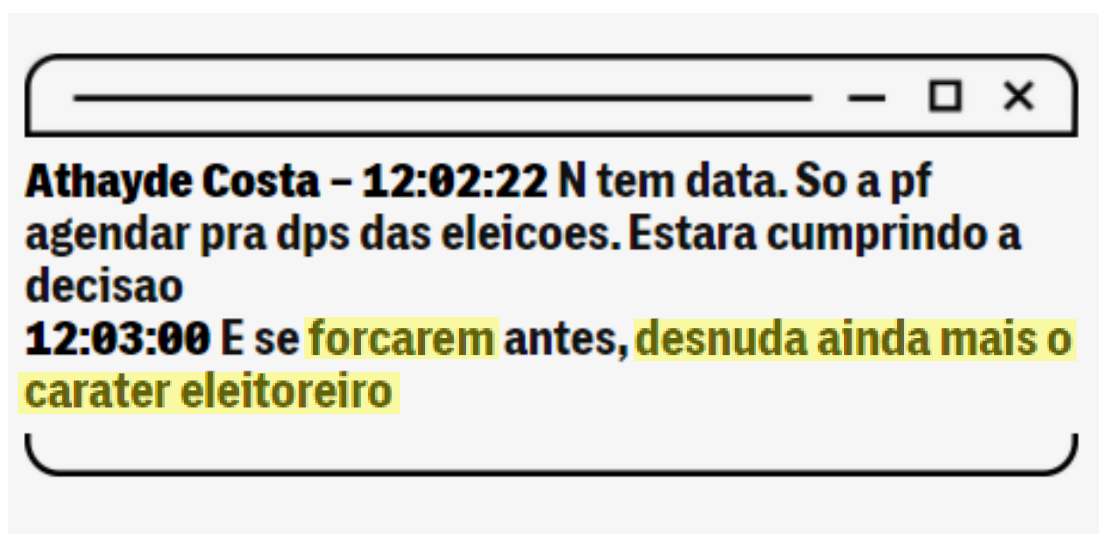
A metáfora de jogo acionada pelos jornalistas enquadra o Discurso Reportado cujo conteúdo é a mensagem de Januário Paludo. O trecho compreendido entre as linhas 43 e 47 desse excerto é: “Januário Paludo, por exemplo, propôs as seguintes medidas: ‘Plano a: tentar recurso no próprio stf, possibilidade Zero. Plano b: abrir a porta para todos fazerem a entrevista no mesmo dia. Vai ser uma zona mas diminui a chance da entrevista ser direcionada’”. Nesse caso, o verbo *dicendi* utilizado, “propôs”, também se classifica como sendo *dicendi* avaliativo: a mensagem de Januário Paludo é tomada pelos jornalistas como sendo uma proposta. O conteúdo da mensagem do próprio Januário também aciona o aspecto de desenvolvimento estratégico, quando ele apresenta a elaboração de dois planos de ação. Como já foi visto em outros momentos, a ideia de elaboração de estratégias evoca tanto a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA quanto a PROCESSO JURÍDICO É JOGO, ambas são pertinentes ao esquema imagético de FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE, BLOQUEIO, COMPULSÃO, EQUILÍBRIO, RESTRIÇÃO). Já no caso da expressão “zona”, observa-se que ela não se aplica ao uso literal, mas remete a bagunça e desorganização, o que de alguma forma alinha-se à ideia de enfraquecimento da entrevista.

É notável uma espécie de relação intrínseca entre as metáforas elaboradas pelos jornalistas e as presentes nas mensagens trocadas entre os procuradores. As elaboradas pelos jornalistas são: ESTADO PSICOLÓGICO É AMBIENTE ATMOSFÉRICO (“um clima de revolta e pânico”, linha 14), DISCUSSÃO É GUERRA (“estrategistas e operadores anti-PT”, linha 38; e em “Plano a” e “Plano b”, linhas 44 e 45) e PROCESSO JURÍDICO É JOGO (“descartada”, linha 40). Já aquelas que emergem nos discursos reportados são: EXPLICITUDE É CLARIDADE (“claramente”, linha 5), PERIGO É TRAÇO OU RISCO NO PAPEL (“risco de rebelião”, linha 11), PROCESSO JURÍDICO É ESPETÁCULO (“fazer palanque na cadeia”, linha 18; “um verdadeiro circo”, linha 19; “fazendo papel de palhaço”, linha 22), PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM (“trem desgovernado”, Imagem 4), PROCESSO JURÍDICO É JOGO (“Plano a” e “Plano b”, linhas 44 e 45). É possível perceber uma articulação textual, coerente e coesa, entre a temática de cada uma delas, no sentido de que os domínios-alvo se constituem como categorias cognitivamente consistentes entre si (ESTADO PSICOLÓGICO, DISCUSSÃO, PROCESSO, EXPLICITUDE e PERIGO), podendo ser contíguas, como o próprio texto da reportagem aplica. No que diz respeito aos domínios-fonte (AMBIENTE ATMOSFÉRICO, GUERRA, JOGO, CLARIDADE, TRAÇO OU RISCO NO PAPEL, ESPETÁCULO e VIAGEM), observa-se uma diversidade de imagens que não se alinhariam a princípio, não fosse a extensão figurativa.

Vaza Jato Parte 2/Excerto 5: ““MAFIOSOS!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019b, recurso *online*, grifos nossos)

1	Outro procurador, Athayde Ribeiro Costa, sugeriu expressamente
2	que a Polícia Federal manobrasse para que a entrevista fosse
3	feita depois das eleições, já que não havia indicação explícita
4	da data em que ela deveria ocorrer. Dessa forma, seria possível
5	evitar a entrevista sem descumprir a decisão.

Imagem 5 – Mensagens de Athayde Costa



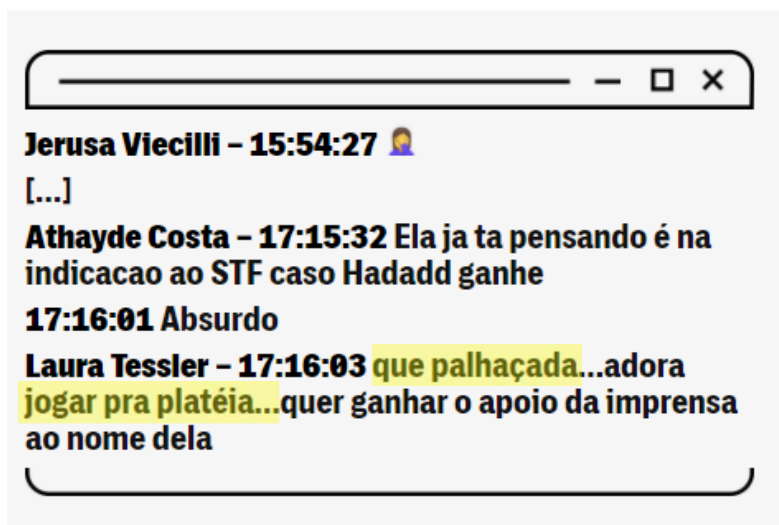
Fonte: *The Intercept Brasil*¹⁷ (2019).

6	Uma coletiva de imprensa, além de diluir o foco da entrevista ,
7	ainda traria a vantagem de possivelmente inviabilizá-la
8	operacionalmente, como pontuou o procurador Julio Noronha horas
9	depois. Ele também sugeriu abrir a entrevista a outros presos
10	para reduzir a repercussão:
11	(Quando a entrevista foi finalmente autorizada, em abril
12	passado, a Polícia Federal, agora sob o comando do ministro da
13	Justiça de Jair Bolsonaro, Sergio Moro, o ex-juiz que havia
14	condenado Lula à prisão, tentou transformá-la numa coletiva de
15	imprensa. Um pedido do El País acatado por Lewandowski
16	finalmente pôs o plano por terra.)
17	Em nenhum trecho da conversa Dallagnol, que participou de forma
18	ativa das discussões, ou qualquer outro procurador, indicou

¹⁷ Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>. Acesso em: jan. 2021.

19 desconforto com as motivações políticas explícitas das
 20 estratégias da acusação. Mais do que isso, esse grupo de
 21 Telegram, ativo por meses, sugere que esse tipo de **cálculo**
 22 **político** era rotineiro nas decisões da força-tarefa.
 23 Em um momento, um dos procuradores citou um artigo publicado no
 24 site O Antagonista informando que a Procuradora-Geral da
 25 República, Raquel Dodge, não pretendia recorrer da decisão
 26 autorizando a entrevista. Os procuradores especularam
 27 imediatamente sobre as causas da escolha de Dodge:

Imagem 6 – Mensagens de Jerusa Vicilli, Athayde Costa e Laura Tessler

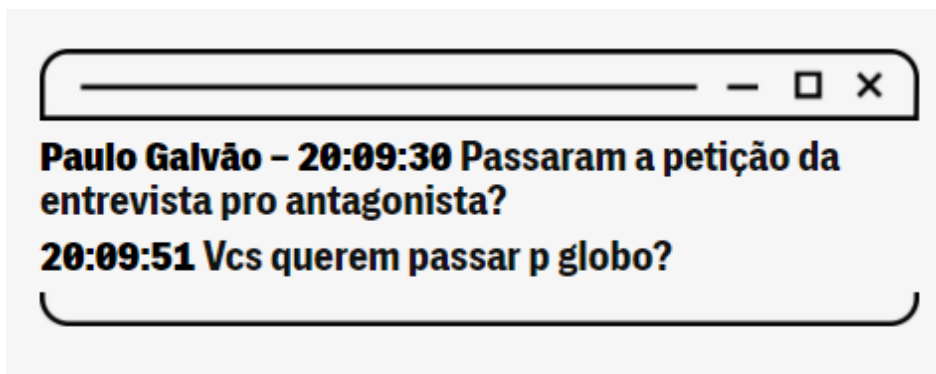


Fonte: *The Intercept* Brasil¹⁸ (2019).

28 Parte das discussões tratava também de **vazar uma eventual**
 29 **petição** para **veículos de imprensa**.

¹⁸ Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>. Acesso em: jan. 2021.

Imagem 7 – Mensagens de Paulo Galvão

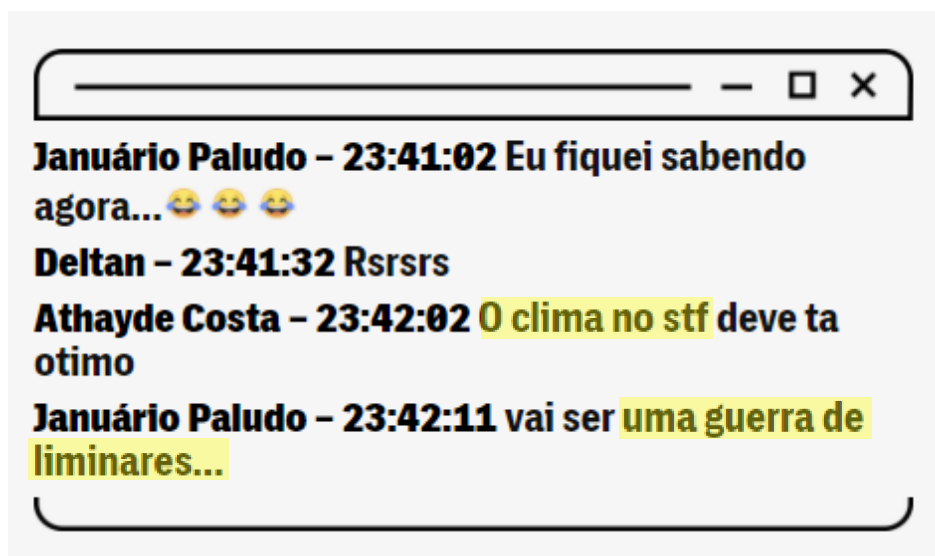


Fonte: *The Intercept Brasil*¹⁹ (2019).

30 Os procuradores da força-tarefa estavam tão alarmados com a
 31 possibilidade de uma entrevista de Lula levar o PT à vitória
 32 que compartilharam um artigo irônico do Antagonista. Publicado
 33 naquele dia, o texto sugeria que, num eventual governo Haddad,
 34 “Lula sai da cadeia e os procuradores da Lava Jato entram no
 35 lugar dele. ”
 36 Os receios dos procuradores, porém, foram logo acalmados. Às
 37 22h49 do mesmo dia, o procurador Julio Noronha compartilhou
 38 mais uma reportagem do Antagonista, dessa vez com uma boa
 39 notícia: “Partido Novo Recorre ao STF Contra Entrevista de
 40 Lula”. Uma hora depois, o **clima era de comemoração**. O ministro
 41 do STF Luiz Fux concedeu uma liminar contra a entrevista,
 42 atendendo ao pedido do Partido Novo. Na decisão, o ministro diz
 43 que “se faz necessária a relativização excepcional da liberdade
 44 de imprensa”. Januário Paludo foi taxativo: “Devemos agradecer
 45 à nossa PGR: Partido Novo!!!”.
 46 Os procuradores não demonstraram preocupação com o fato de um
 47 ministro do STF ter poder para suspender a liberdade de
 48 imprensa - ou de que um partido que se diz liberal entrou com
 49 um pedido nesse sentido. Pelo contrário, os procuradores
 50 comemoraram a proibição.

¹⁹Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>.
 Acesso em: jan. 2021.

Imagem 8 – Mensagens de Januário Paludo, Deltan Dallagnol e Athayde Costa



Fonte: *The Intercept* Brasil²⁰ (2019).

O trecho que encerra o quarto excerto (anterior a este último) da segunda reportagem da série *Vaza Jato* apresenta o uso do verbo *dicendi* “propôs” (linha 44), por meio do qual os jornalistas enquadram e avaliam como sendo uma proposta a mensagem de Januário Paludo, cujo conteúdo dizia respeito aos planos A e B. O quinto excerto, referente ao fragmento de reportagem logo acima, inicia-se com os jornalistas utilizando o *dicendi* “sugeriu”, no trecho das linhas 1 a 4. O verbo “sugeriir” é interpretado como avaliativo, pois por meio dele os jornalistas enquadram a mensagem de Athayde como sendo uma sugestão. Esses verbos em sequência, “propôs” e “sugeriir”, evidenciam a coesão da apresentação das mensagens reportadas por parte dos jornalistas: eles avaliam a atuação dos procuradores como sendo estratégicas, ponto de vista já evidenciado por meio das metáforas *DISCUSSÃO É GUERRA* e *PROCESSO JURÍDICO É JOGO*, que vêm sendo observadas em outros contextos.

A exposição de estratégias articuladas pelos procuradores também vem expressa no mesmo trecho por meio de outras metáforas avaliativas. Em “Outro procurador, Athayde Ribeiro Costa, sugeriu expressamente que a Polícia Federal manobrasse para que a entrevista fosse feita depois das eleições”, há o emprego do termo “manobrasse”, cujo significado literal remete a trabalhar com as

²⁰ Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>. Acesso em: jan. 2021.

mãos. De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2008-2021, recurso *online*²¹), o verbo origina-se do francês *manoeuvrer*, advindo do latim vulgar *manu operare*. Já segundo o Dicionário Caldas Aulete (2011, p. 889), dois dos sentidos principais de “manobrar” referem-se a “comandar os movimentos ou o funcionamento de (mecanismo, aparelho, veículo etc.), para realizar uma tarefa ou situá-los em uma posição” e a “executar movimentos; deslocar-se obedecendo a manobras ou comandos de qualquer tipo”. Essas entradas dos referidos compêndios contribuem para o entendimento dos domínios-fonte de duas metáforas que podem estar, respectivamente, subjacentes à expressão em contexto, visto que o elemento figurativo emerge, inclusive, pela integração do verbo “manobrasse” com a construção em que o sujeito é “Polícia Federal”, a saber: USAR DE ASTÚCIA É USAR AS MÃOS, cujo esquema imagético seria FORÇA (HABILIDADE); e PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM, cujo esquema imagético seria ESCALA (TRAJETÓRIA). Os domínios-alvo relativos a “manobrasse” agregam USAR DE ASTÚCIA e PROCESSO JURÍDICO, os quais, em termos projetivos, licenciam a interpretação de que usar de astúcia nas fases de um processo jurídico seria como usar as mãos na condução de uma viagem, o que requereria perícia, cuidado, atenção e prudência. Assim, a escolha dos domínios-fonte (USAR AS MÃOS e VIAGEM) implicaria a perspectiva dos jornalistas acerca da sugestão de Athayde Costa como sendo uma estratégia jurídico-política, uma vez que ele “sugeriu” que a Polícia Federal realizasse uma manobra com a principal finalidade de adiar a entrevista a ser dada por Lula para depois das eleições.

Na sequência da reportagem, é exibida uma imagem (5)²² que representa a tela do aplicativo *Telegram*, contendo as mensagens de um dos procuradores, Athayde Costa: “N tem data. So a pf agendar pra dps das eleicoes. Estara cumprindo a decisão” e “E se forcarem antes, desnuda ainda mais o carater eleitoreiro”. Nelas, o uso da expressão “se forcarem antes” conota a metáfora INSISTÊNCIA É FORÇA FÍSICA, cujo esquema imagético pode ser tomado como FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA). Há projeção do domínio-alvo INSISTÊNCIA, no plano discursivo, sobre o domínio-fonte FORÇA FÍSICA, que por sua vez alude ao atributo físico dos vencedores em lutas concretas, configurando-se como um traço que pode ser definitivo para se vencer uma disputa. Assim, essa metáfora aborda a reiteração de um argumento, isto é, a insistência como um recurso de força em

²¹ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/manobrar>. Acesso em: jan. 2022.

²² Observa-se que o jornal realmente não faz correções nas mensagens, as quais têm características próprias das conversas por meio de aplicativos de mensagens rápidas: “N” diz respeito à abreviação de “não”, “pf” à instituição “Polícia Federal” e “dps” a “depois”. A falta de pontuação das frases, de acentuação das palavras, bem como a ausência da cedilha em “forcarem” também são características dessas conversas *online*.

uma “luta verbal”, compreendendo-se que forçar equivaleria a insistir no plano discursivo. Como há referência à disputa em uma dimensão discursiva, seria adequado tomar a referida metáfora INSISTÊNCIA É FORÇA FÍSICA como vinculada à metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, devido ao contexto já analisado de toda a reportagem.

Por sua vez, na mensagem subsequente de Athayde, o uso de “desnuda” aponta para uma metáfora que pode ser descrita como EVIDENCIAR É TIRAR A ROUPA, cujo esquema imagético pertinente seria CONTÊINER (CONTEÚDO, SUPERFÍCIE). Nesse sentido, tornar evidente equivaleria a despir. Trata-se de uma metáfora muito utilizada, cuja cena é repetida em nosso imaginário em outras expressões, tais como “verdade nua e crua”. Essa construção metafórica, de base cultural, não deixa de estar relacionada com a ideia de que há uma essência mais interior ao ser, aos objetos e aos discursos, e que para alcançar essa verdade é preciso “desnudar”, deixar a verdade nua; “revelar”, que remeteria à ação de retirar o véu; “descobrir”, supondo algo que estaria encoberto. Dessa forma, na perspectiva da construção metafórica da expressão usada por Athayde, o caráter eleitoreiro da entrevista seria uma “verdade” que poderia ser desnudada pela contestação de seu adiamento, se isso ocorresse. É importante lembrar que, apesar do uso do verbo no presente, “desnuda”, o conteúdo da fala de Athayde apresenta-se sob o escopo de uma condicional hipotética (“E se forcarem antes”), porque naquele momento a entrevista não havia sido adiada de fato.

Logo após a apresentação da Imagem 5, contendo as mensagens de Athayde Costa, há o seguinte trecho do texto dos jornalistas: “Uma coletiva de imprensa, além de diluir o foco da entrevista, ainda traria a vantagem de possivelmente inviabilizá-la operacionalmente, como pontuou o procurador Julio Noronha horas depois”, linhas 6 a 8. Nele, encontra-se a expressão “diluir o foco da entrevista”, que acionaria a metáfora descrita como ATENUAR É ACRESCENTAR LÍQUIDO. Por meio dessa expressão, recorre-se ao esquema imagético UNIDADE (FUSÃO, DIVISÃO), segundo o qual se pode tomar “diluir” como sinônimo de dissolver, isto é, acrescentar líquido. A expressão “diluir o foco da entrevista”, usada pelos jornalistas, cauciona semanticamente a ideia de “enfraquecimento”, já acionada anteriormente pela expressão “bloqueando ou enfraquecendo uma entrevista pré-eleitoral”. Há um alinhamento semântico entre “enfraquecendo” e “diluir”, ambos utilizados para fazer referência à entrevista. Da mesma forma que se enfraquece o que é forte, dilui-se o que está concentrado. Assim, conclui-se que os jornalistas deixam subentendido que o ex-presidente Lula, como único entrevistado, disporia de atenção pública, o que seria representativo de sua força política, a qual os procuradores pretenderiam dirimir.

Há o seguinte comentário inserido entre parênteses no trecho, entre as linhas 11 e 16: “Quando a entrevista foi finalmente autorizada, em abril passado, a Polícia Federal, agora sob o comando do ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, Sergio Moro, o ex-juiz que havia condenado Lula à prisão, tentou transformá-la numa coletiva de imprensa. Um pedido do El País acatado por Lewandowski finalmente pôs o plano por terra”. O conteúdo vazado diz respeito a conversas ocorridas meses antes de sua publicação; assim, outros fatos políticos sucederam às conversas e, por isso, se fez necessário situar o leitor em uma ordem cronológica dos acontecimentos. Os jornalistas apresentam a situação atual conforme a data da publicação da matéria em relação ao contexto político dos fatos sobre os quais as conversas vazadas tratavam. Portanto, na ocasião da publicação da reportagem, já era conhecido o desfecho da entrevista de Lula e possível compreender que o interesse dos jornalistas consiste em apresentar para o público a interação que se dava entre os procuradores enquanto as decisões eram tomadas à época.

Cabe ressaltar ainda que o modo de apresentação de Sergio Moro no trecho “ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, Sergio Moro, o ex-juiz que havia condenado Lula à prisão”, linhas 12 a 14, visa a evidenciar a divergência entre as funções assumidas por ele. O contraste entre as funções de Moro em si realça a migração do campo da Justiça para o da Política, uma vez que a função de ministro pertence ao domínio desta e, a de juiz, ao daquela. Observa-se um alinhamento entre Política e Direito destacado pelo traçado da carreira de Moro. Juntamente com essa descrição, os jornalistas relacionam a função de Moro aos adversários políticos Bolsonaro e Lula. Embora não se trate de uma elaboração metafórica propriamente dita, por meio da tensão criada ao se contraporem as diferentes funções de Moro, os jornalistas adicionam sentido avaliativo à sua perspectiva, que é também evidenciada pelas expressões metafóricas utilizadas na reportagem como um todo. Essa construção reforça a tese dos jornalistas de que o então juiz atuou politicamente enquanto conduzia a operação Lava Jato.

Ao longo da apresentação dos dados vazados nas matérias publicadas, os jornalistas recorrem frequentemente ao domínio-fonte GUERRA, por meio de diferentes expressões, para tratar das ações dos procuradores da Lava Jato como sendo estratégias político-jurídicas. Observa-se que eles mantêm o recurso quando utilizam “pôs o plano por terra” no referido trecho. Novamente, tem-se uma expressão que dispara a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA ou, mais especificamente, PROCESSO JURÍDICO É GUERRA, ambas pertinentes ao esquema imagético de FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, BLOQUEIO, RESTRIÇÃO). Os jornalistas utilizam o termo “plano” referindo-se à estratégia como sendo uma combinação engenhosa para se atingir um fim. Dessa forma, o domínio-fonte já

explicitado pela palavra “estratégia” relaciona-se com o sentido literal de ser a ciência das operações militares.

Ao se retomar o quarto excerto da segunda matéria (na análise anterior), o qual se finaliza com a mensagem de Januário Paludo com a apresentação dos “planos” a e b (linhas 43 a 47 do Vaza Jato Parte 2/Excerto 4), nota-se que a construção do texto jornalístico se organiza de forma que as metáforas evocadas pelas mensagens reportadas são aproveitadas pelos jornalistas, os quais utilizam, inclusive, a mesma palavra: plano (“pôs o plano por terra”, linha 16 do Vaza Jato Parte 2/Excerto 5). Esse aproveitamento é interessante visto que os significantes metafóricos “vazados” são reenquadrados pelos jornalistas no sentido de se ampliarem os “ingredientes críticos” às ações da força tarefa denunciada.

Assim, “pôs o plano por terra” tem o sentido de derrubar, destruir, sendo que, no domínio semântico da “guerra”, queda significa derrota. Há outras expressões relacionadas com essa metáfora, por exemplo, quando dizemos que alguma coisa não tem sustentação e “cai por terra”. Uma diferença, entretanto, que deve ser observada entre as expressões “cair por terra” e “pôr por terra”, está na semântica dos verbos “cair” e “pôr” e sua relação com agentividade ou mesmo com a ideia de voluntariedade do sujeito: enquanto “cair” remete a algo que acontece por si só, indicando acidentalidade e acaso, “pôr” endossa a noção de intencionalidade do sujeito que realiza uma ação.

No entanto, no trecho “Um pedido do El País acatado por Lewandoski pôs o plano por terra”, o sujeito verbal é “Um pedido do El País”, de modo que os jornalistas atribuem capacidade de ação diretamente ao pedido; conseqüentemente, por meio da voz passiva, a ação do ministro Lewandoski de acatar o pedido se subfocaliza. Ao utilizar o nome do jornal, a equipe do *The Intercept* Brasil refere-se metonimicamente aos jornalistas do *El País*, conferindo a autoria do pedido ao jornal como instituição de imprensa e não se referindo nominalmente aos seus autores. Esses recursos de ênfase e subfocalização, além das elaborações metafóricas, apresentam a perspectiva avaliativa dos jornalistas do *The Intercept* Brasil, a qual valoriza a importância do trabalho jornalístico do *El País* e, por conseguinte, do seu pedido ao STF. Nesse sentido, é como se o *The Intercept* Brasil prestigiasse a petição exitosa do *El País*, tomando-o como aliado na guerra pelo direito de imprensa. Nas linhas 19 e 20, de forma mais concreta, consta a expressão própria do Direito “estratégias de acusação”, cuja interpretação traz força à mesma metáfora referente ao domínio da “guerra”. Novamente, a disposição das ocorrências evidencia uma sequência que pode ser descrita em termos de coesão e coerência metafóricas do texto.

Na sequência, a expressão “cálculo político”, nas linhas 21 e 22, ao recorrer ao domínio-fonte acerca de cálculo matemático para caracterizar uma ação política, acionaria a metáfora POLÍTICA É MATEMÁTICA, cujo esquema imagético pertinente seria MULTIPLICIDADE (CONTÁVEL). O sentido literal de cálculo evoca o conhecimento que temos sobre as ciências exatas, cujo entendimento básico permite compreendê-lo como uma operação matemática em que a interação entre os fatores gera um resultado previsto, exato, constante. É possível supor um conhecimento partilhado entre os conceptualizadores com base nas expressões cotidianas que tratam a matemática básica a partir de seu aspecto exato e definitivo, pois, frequentemente, diz-se “tão certo como dois e dois são quatro” para expressar certeza ou “a conta não fecha” para expressar dúvida. Assim, por meio dessa metáfora, compreende-se o aspecto premeditado das ações políticas, uma vez que “esse tipo de cálculo político” retoma coesivamente as “estratégias da acusação” no texto. As implicações dessa elaboração metafórica podem ser compreendidas como sendo complementares à metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, uma vez que adicionam contorno semântico de cálculo ao desenvolvimento estratégico que faz parte da disputa e dos debates políticos.

Antes de apresentar a Imagem 6, que representa a tela da conversa entre os procuradores no grupo do *Telegram*, os jornalistas utilizam o verbo “especularam” como um *dicendi* avaliativo no trecho “Os procuradores especularam imediatamente sobre as causas da escolha de Dodge”. O uso desse verbo introduz as mensagens entre os procuradores já enquadradas por seu aspecto especulativo, isto é, pela leitura dos jornalistas de que se trata da formulação de hipóteses sem fundamento. As mensagens trocadas referem-se à reação dos procuradores a um artigo publicado no site *O Antagonista*, que trazia a informação de que Dodge manteria a decisão de autorizar a entrevista de Lula. Na Imagem 6, há o conteúdo das mensagens trocadas entre Jerusa Viecilli, Athayde Costa e Laura Tessler.

Especificamente, a mensagem escrita por Tessler chama a atenção por reiterar sua leitura dos fatos com base na metáfora que ela utilizou em mensagens anteriores, PROCESSO JURÍDICO É ESPETÁCULO: “que palhaçada...adora jogar pra platéia... quer ganhar apoio da imprensa ao nome dela”. Nota-se que a mensagem de Tessler mantém a interpretação dos fatos sob o esquema imagético EXISTÊNCIA (PROCESSO, ESPAÇO DELIMITADO), uma vez que aciona a referida metáfora relativa ao espetáculo de circo, utilizando “palhaçada” a fim de criticar a decisão de Dodge. A princípio, a semântica literal de “palhaço” não traz consigo valor pejorativo, porém quando a palavra e seus correlatos são aplicados metaforicamente, esse valor passa a se operar, pois a profissão de “palhaço” é socialmente desprestigiada, apesar de sua importância cultural. Em excerto

anterior, ela utilizara “piada” para desqualificar a decisão de Lewandowski. Já a expressão “jogar pra platéia”, que recorre ao mesmo cenário figurativo de espetáculo, é utilizada para insinuar que a decisão de Dodge visaria à obtenção de apoio por parte da imprensa e do público geral.

Em seguida, na Imagem 7, os jornalistas apresentam separadamente o conteúdo das mensagens vazadas do procurador Paulo Galvão, apesar de os dados pertencerem à mesma conversa retratada na Imagem 6. Ao separar a exposição da troca de mensagens em duas imagens, os jornalistas chamam atenção para um subtópico. Ainda na esteira das reações dos procuradores à possível decisão de Dodge ser favorável à entrevista de Lula, eles destacam que “Parte das discussões tratava de vazar uma eventual petição para veículos de imprensa”, linhas 28 e 29. Nesse trecho, a expressão “vazar uma eventual petição” instancia três metáforas em justaposição e consistentes entre si, as quais compartilham o mesmo esquema imagético CONTÊINER (DENTRO-FORA, CHEIO-VAZIO, CONTENÇÃO, CONTEÚDO). A primeira delas, mais específica, seria CONTAR SEGREDO É ROMPER CONDUTO, segundo a qual o domínio-fonte ROMPER CONDUTO é base avaliativa para o domínio-alvo CONTAR SEGREDO. Sendo assim, “vazar” suscitaria um desvio de “substância”, em que o conteúdo “vazado” sairia de uma dimensão mais particular, em que a petição estaria circunscrita a um grupo específico, e tomaria um escopo mais amplo, considerando o acesso proporcionado pela divulgação por meio da imprensa. Dessa forma, o sentido de segredo remeteria ao conteúdo que está depositado e oculto na parte interna do contêiner. Outra metáfora desencadeada simultaneamente pela expressão seria INFORMAÇÃO É SUBSTÂNCIA²³, no sentido de que a INFORMAÇÃO (domínio-alvo) é como uma SUBSTÂNCIA (domínio-fonte) que estava contida no interior de um recipiente do qual pôde ser “vazada”. A base experiencial proporciona a imagem de um recipiente que retém uma substância; e se esse recipiente for aberto ou rompido, a substância nele contida é vazada (ou, por conseguinte, “vazada”). Por fim, a metáfora também evocada pela expressão seria a METÁFORA DO CONDUTO, a qual se relaciona aos domínios-fonte das duas primeiras, abrangendo-os em suas especificações: COMUNICAR É ENVIAR, que se vincula à instanciação mais específica CONTAR SEGREDO É ROMPER CONDUTO; e IDEIAS SÃO OBJETOS, que abrange a concepção de INFORMAÇÃO É SUBSTÂNCIA. Se COMUNICAR É ENVIAR, quando se conta um

²³ A referência diz respeito, especificamente, à análise feita da ocorrência metafórica acerca da expressão “fonte anônima”, localizada na Vaza Jato Parte 2/Excerto 3, linha 9, segundo a organização do banco de dados desta pesquisa. A opção pela identificação da substância como líquida se deve ao fato de que, em análise anterior, formulou-se a possível relação entre fonte de informação e nascente de água.

segredo, rompe-se o conduto primordialmente estabelecido; e como as ideias são tomadas como objetos, logo representariam informações cuja base concreta seria substância.

Da mesma forma, a expressão “veículos de imprensa”, que é própria do campo do jornalismo, também remete à METÁFORA DO CONDUTO, por meio da qual a linguagem é entendida como canal, descrita em COMUNICAR É ENVIAR e IDEIAS SÃO OBJETOS. Recorre-se à ideia de meio de transporte para enquadrar a instituição de imprensa; assim, o jornal-veículo transportaria a notícia-objeto por meio da linguagem-conduto. De forma similar, na Imagem 7, as mensagens de Paulo Galvão são “Passaram a petição da entrevista pro antagonista? ” e depois “vcs querem passar p globo?”. Nas mensagens desse procurador, os verbos “passaram” e “passar” fazem referência à movimentação da petição da entrevista como se fosse um objeto transportável. Portanto, a expressão utilizada pelos jornalistas em “veículo de imprensa” e a utilização de “passaram” e “passar” nas mensagens de Galvão participam da mesma construção metafórica, o que evidencia a relação entre as metáforas do texto jornalístico e aquelas referidas nas mensagens privadas dos procuradores. Pelo que se percebe, metáforas avaliativas como essas, ao serem relacionadas, conferem autonomia à linguagem como conduto que transporta significados, fazendo com que o leitor tome como “verdade” o que está sendo noticiado. A avaliação recai justamente sobre seus domínios-fonte, porque, tomando a linguagem como conduto, é como se o transportador (jornal-veículo) tivesse neutralidade em relação ao conteúdo transportado (notícia-objeto), subfocalizando sua responsabilidade pelas interferências inerentes ao “transporte” do discurso.

O contraste entre as expressões “tão alarmados”, linha 30, e “acalmados”, linha 36, indica mudança na descrição das emoções dos procuradores. O sentido acionado por “alarmados” está em consonância com a ideia de “clima de revolta e pânico”, instância da metáfora CONDIÇÃO PSICOLÓGICA É AMBIENTE ATMOSFÉRICO, utilizada anteriormente na Vaza Jato Parte 2/Excerto 4, linha 14. Já no trecho “os receios dos procuradores, porém, foram logo acalmados”, linha 36 do excerto acima, ocorre mudança para o sentimento oposto ao de pânico, e esse contraste é explicitado pela conjunção adversativa, “porém”. A opção pela voz passiva também corrobora a metonímia SENTIMENTO PELO SUJEITO, ao se posicionar como sujeito verbal a causa do pânico dos procuradores, “os receios”. Assim, o que é acalmado são os receios dos procuradores (SENTIMENTO) e não os procuradores por si mesmos (SUJEITO). Em outros termos, efetivamente, o texto jornalístico está expressando a ideia de que os procuradores, que até então estavam em pânico, agora estão calmos. Ao focalizarem o sentimento do sujeito em detrimento do próprio sujeito, os jornalistas lançam mão da referida metonímia para promover coesão e coerência textuais entre instâncias da

metáfora CONDIÇÃO PSICOLÓGICA É AMBIENTE ATMOSFÉRICO, pois a ocorrência anterior descreve “clima de revolta e pânico”; e a posterior, “clima de comemoração”, como se verá a seguir.

No trecho seguinte, os jornalistas apresentam o que seria a causa da calma: “Às 22h49 do mesmo dia, o procurador Julio Noronha compartilhou mais uma reportagem do Antagonista, dessa vez com uma boa notícia: ‘Partido Novo Recorre ao STF Contra Entrevista de Lula’. Uma hora depois, o clima era de comemoração”, linhas 36 a 40. É importante ressaltar que são os jornalistas do *The Intercept* Brasil que enquadram ironicamente a referida notícia como sendo “boa” pela perspectiva dos procuradores da Lava Jato, já que o *The Intercept* Brasil obviamente se posiciona a favor da liberdade de imprensa. Nesse sentido, o jornal avalia o ato do Partido Novo como sendo desfavorável, bem como a comemoração dos procuradores acerca dessa notícia. Os jornalistas do *The Intercept* Brasil deslocam seu ponto de vista para a perspectiva dos procuradores e reproduzem a manchete (“Partido Novo Recorre ao STF Contra Entrevista de Lula”), apresentando-a como sendo uma “boa notícia” - sob a ótica daqueles que foram acalmados por ela.

Em seguida, retoma-se a metáfora CONDIÇÃO PSICOLÓGICA É AMBIENTE ATMOSFÉRICO, em “o clima era de comemoração”, linha 40. O esquema imagético proposto para essa metáfora seria EXISTÊNCIA (ESPAÇO DELIMITADO), segundo o qual se apresenta, da experiência de se estar em um espaço delimitado com condições atmosféricas próprias, a compreensão de que os sujeitos estão submetidos a possíveis influências psicológicas dos grupos de que fazem parte. Em outros termos, o espaço delimitado está para o espaço ocupado por um grupo assim como o ambiente atmosférico está para a condição psicológica momentaneamente vivida por esse grupo. Há, então, o recurso à conceptualização de clima atmosférico como domínio-fonte para, dessa vez, descrever a situação em que os sentimentos de celebração se tornam contagiantes entre os indivíduos, constituindo uma atmosfera comemorativa. O texto jornalístico em torno dessa metáfora se organiza em formato recorrente: há a descrição pelos jornalistas do “clima de revolta e pânico” e do “clima de comemoração”, sendo em seguida, respectivamente, apresentadas as mensagens trocadas pelos procuradores que confirmam essa descrição.

As ocorrências dos verbos *dicendi* utilizados na sequência apresentam relação contrastiva. No trecho a seguir: “Na decisão, o ministro diz que ‘se faz necessária a relativização excepcional da liberdade de imprensa’. Januário Paludo foi taxativo: ‘Devemos agradecer à nossa PGR: Partido Novo!!!’.”, linhas 42 a 45, os jornalistas utilizam primeiro um verbo *dicendi* canônico, “diz”, menos avaliativo em relação ao conteúdo reportado e ao introdutor subsequente de discurso reportado. Já para citar a fala de Paludo, os jornalistas selecionam a expressão “foi taxativo”, que seria uma

ocorrência vicária da função *dicendi*, uma vez que faz as vezes de verbos de introdução do pensamento ou fala, tornando ainda mais expressiva a avaliação sobre o conteúdo reportado. A mudança das funções *dicendi* por meio dessas expressões destacadas, de “diz que” para “foi taxativo”, revelaria que o teor avaliativo por parte dos jornalistas recai, principalmente, sobre o conteúdo da fala de Paludo, que é um dos procuradores denunciados pela série Vaza Jato. Ao enquadrar a fala do ministro como da ordem daquilo que é simplesmente dito (embora também pudesse ser tomada como taxativa) e a de Paludo como algo categórico, os jornalistas demonstram avaliar criticamente o discurso de Paludo, deixando entrever a tendenciosa conduta política dos juízes e procuradores nos processos da operação Lava Jato.

Na sequência textual da matéria, há uma oposição não figurativa entre preocupação e comemoração por parte dos procuradores, porém alinhada às metáforas que envolvem clima de pânico *versus* clima de comemoração. No trecho compreendido entre as linhas 46 a 50, tem-se: “Os procuradores não demonstraram preocupação com o fato de um ministro do STF ter poder para suspender a liberdade de imprensa – ou de que um partido que se diz liberal entrou com um pedido nesse sentido. Pelo contrário, os procuradores comemoraram a proibição”. O sentimento de preocupação estaria alinhado ao pânico em oposição ao sentimento de calma e ao clima de comemoração. Apresentada consecutivamente ao trecho supracitado, a Imagem 8 reproduz a tela do aplicativo de mensagens contendo as reações dos procuradores à referida notícia sobre a liminar, concedida pelo ministro Fux, contra a entrevista. Entre as mensagens, destacam-se “O clima no stf deve ta ótimo”, escrita por Athayde Costa, e “vai ser uma guerra de liminares”, de Januário Paludo. Respectivamente, as metáforas acionadas no Discurso Reportado dos procuradores são CONDIÇÃO PSICOLÓGICA É AMBIENTE ATMOSFÉRICO e DISCUSSÃO É GUERRA (esquema imagético FORÇA), já analisadas anteriormente.

Não obstante, uma vez que Costa e Paludo estão no mesmo grupo e encontram-se em concordância de ideias, pode-se concluir que a mensagem de Costa apresenta teor irônico: ou o clima está ótimo ou é de guerra. Ou seja, a ironia é perceptível devido ao contraste entre as elaborações metafóricas das mensagens em contexto. *A priori*, elas acionariam ideias contrárias e excludentes, o que sinalizaria discordância; não havendo tal discordância, depreende-se o sentido irônico da primeira. Dessa forma, a mensagem de Paludo endossa o efetivo sentido da mensagem de Costa: na verdade, segundo o entendimento de ambos, o clima no STF deve ser de disputa entre os ministros, uma vez que Fux toma uma decisão contrária às de Lewandowski e de Dodge.

Como desfecho de análise desse excerto, caberia levar em consideração as metáforas avaliativas produzidas pelos jornalistas, por si mesmos, e aquelas produzidas no âmbito do Discurso Reportado. A relação entre as ocorrências elencadas, para um e para outro, aponta para a hipótese de que, recorrendo aos mesmos esquemas imagéticos, o discurso jornalístico se aproveita criticamente das metáforas que surgem nas mensagens vazadas, fazendo emergir sua perspectiva avaliativa sobre os dados publicados. Tomemos como exemplo o caso da metáfora CONDIÇÃO PSICOLÓGICA É AMBIENTE ATMOSFÉRICO, cujo esquema imagético é EXISTÊNCIA (ESPAÇO DELIMITADO), instanciada nas seguintes ocorrências, em negrito no excerto: a primeira e a segunda dizem respeito ao texto dos jornalistas, “Um clima de revolta e pânico se espalhou entre os procuradores” (Vaza Jato Parte 2/Excerto 4, linha 14) e “Uma hora depois, o clima era de comemoração” (Vaza Jato Parte 2/Excerto 5, linha 40). Já a terceira está no âmbito do Discurso Reportado dos procuradores: “Athayde Costa – O clima no stf deve ta ótimo” (Vaza Jato Parte 2/Excerto 5, Imagem 8).

Nota-se claramente que a mesma metáfora é utilizada por denunciante e denunciado. Ao utilizarem os significantes metafóricos dos discursos vazados para compor o próprio texto de denúncia, os jornalistas os redimensionam criticamente com o propósito de lançá-los contra os denunciados, incrementando seu poder de fogo argumentativo. É como se os jornalistas usassem a mesma munição dos juízes e procuradores contra os próprios juízes e procuradores. Assim, as metáforas avaliativas parecem atender concomitantemente lados opostos, que demonstram ter orientações político-ideológicas distintas. De um lado, estão os jornalistas que denunciam; de outro, os juízes e procuradores denunciados. Ocorre que, em ambas as perspectivas, as metáforas apresentam base avaliativa em função dos domínios-fonte que são utilizados. Trata-se de um recurso aprioristicamente tomado como sendo da ordem linguístico-cognitiva, afeito à cognição humana em geral. Não obstante, seu manejo discursivo se torna perspectivizado, contemplando diferentes pontos de vista em um mesmo cenário metafórico. No caso específico das reportagens, é evidente o posicionamento ideológico oposto entre: aqueles que denunciam e aqueles que são denunciados; aqueles que pregam a liberdade de imprensa e aqueles que advogam por vezes pelo contrário; aqueles que revelam os fatos e aqueles que atuam em sigilo; aqueles que assumem publicamente uma perspectiva política e aqueles que publicamente se dizem neutros. Tanto as metáforas quanto seus respectivos esquemas imagéticos fundamentam o cenário de guerra instaurado por essa polarização. A partir do momento em que sujeitos, envolvidos em seus grupos com ideologias próprias, optam por lançar mão do expressivo recurso metafórico, imediatamente

instanciam a dimensão de sua perspectiva sobre o tema em debate. A escolha do domínio-fonte, segundo Deignan (2010), é decisiva para a avaliação, porém é o ponto de vista ou a perspectiva, como categorias abrangentes no plano discursivo, que especializam a ideologia à qual metáfora avaliativa serve. Quem discursa, seja no âmbito do texto próprio ou no âmbito do reportado, ditaria a orientação ideológico-avaliativa da metáfora.

O sexto e último excerto constitui-se dos últimos parágrafos da segunda matéria publicada na série Vaza Jato. Assim, devido ao objetivo de estabelecer uma conclusão, as elaborações metafóricas desenvolvidas ao longo da matéria são endossadas, ganhando maior explicitude no texto.

Vaza Jato Parte 2/Excerto 6: “MAFIOSOS!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!” (GREENWALD; REED; DEMORI, 2019b, recurso *online*, grifos nossos)

1	POR ANOS, A LAVA JATO foi acusada de operar com motivações
2	políticas, partidárias e ideológicas, e não jurídicas. A força-
3	tarrafa vem negando isso de forma veemente. Agora que suas
4	conversas estão se tornando públicas, a população terá a
5	oportunidade de decidir por si mesma. As discussões do dia 28
6	de setembro trazem indícios significativos de que a força-
7	tarrafa não é o grupo apolítico e apartidário de luta
8	anticorrupção que os procuradores e seus aliados na mídia
9	tentam pintar.
10	Ao contrário do que tem como regra, o Intercept não solicitou
11	comentários de procuradores e outros envolvidos nas
12	reportagens, para evitar que eles atuassem para impedir sua
13	publicação e porque os documentos falam por si. Entramos em
14	contato com as partes mencionadas imediatamente após
15	publicarmos as matérias, que atualizaremos com os comentários
16	assim que forem recebidos.
17	Atualização
18	A força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal
19	emitiu três notas após a publicação da reportagem. Nelas,
20	dedicou especial atenção à “ação criminosa de um hacker que
21	praticou os mais graves ataques à atividade do Ministério
22	Público, à vida privada e à segurança de seus integrantes” e
23	disse que “entende que a prisão em regime fechado restringe a
24	liberdade de comunicação dos presos, como já manifestado em
25	autos de execução penal, o que não se trata de uma questão de
26	liberdade de imprensa”. “O entendimento vale para todos os que
27	se encontrem nessa condição, independentemente de quem sejam.”
28	Também em nota, o ministro Sergio Moro disse que “não se
29	vislumbra qualquer anormalidade ou direcionamento da atuação
30	enquanto magistrado, apesar de terem sido retiradas de contexto
31	e do sensacionalismo das matérias”. O Intercept refuta a
32	acusação de sensacionalismo e informa que trabalhou com rigor
33	para que todas as conversas fossem reproduzidas dentro do
34	contexto adequado.

Desde o início desse excerto, os jornalistas referem-se aos juízes e procuradores de forma metonímica, como se vê nos seguintes trechos: “a LAVA JATO foi acusada” (linha 1), “A força-tarefa vem negando...” (linhas 2 e 3), “A força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal emitiu três notas” (linhas 18 e 19), em que há uma referência aos magistrados pelo nome da operação em que eles trabalham. Os jornalistas também se autorreferenciam por meio da metonímia JORNAL PELOS JORNALISTAS em: “o Intercept não solicitou comentários” (linhas 10 e 11) e “O Intercept refuta a acusação de sensacionalismo e informa que trabalhou com rigor” (linhas 31 e 32).

Como foi dito anteriormente, a metonímia é um recurso linguístico-cognitivo de referenciação corriqueiro na redação jornalística, frequentemente aplicado com objetivo de evitar repetições dos nomes e de otimizar os procedimentos de leitura ao ser reduzida a extensão de expressões. No entanto, pontualmente, ela pode resultar em efeitos avaliativos circunstanciais, pois o representante da instituição passa a ser tomado como a própria instituição. Nesse trecho de finalização da matéria, é conveniente o apelo à relevância das referidas instituições (Força-tarefa da Lava Jato e *The Intercept* Brasil), cada uma como um todo organizacional, subfocalizando as partes que as compõem (juízes, procuradores e jornalistas). Dessa forma, a metonímia funciona como uma chancela de poder e autoridade nos referidos trechos, reforçando o argumento das instituições como órgãos públicos ou privados tomados em suas totalidades peculiares.

Nesse sentido, as metáforas avaliativas que integram esse excerto estão inseridas no contexto da “voz” institucional, subdeterminando as autoridades individualmente e, ao mesmo tempo, conferindo valor de autonomia às informações, o que é bem adequado ao que preconiza a METÁFORA DO CONDUTO. No trecho compreendido entre as linhas 5 e 9, “As discussões do dia 28 de setembro trazem indícios significativos de que a força-tarefa não é o grupo apolítico e apartidário de luta anticorrupção que os procuradores e seus aliados na mídia tentam pintar”, a construção “As discussões do dia 28 de setembro trazem indícios significativos” aciona a referida metáfora, cujo esquema imagético pertinente é CONTÊINER (DENTRO-FORA, CHEIO-VAZIO, CONTENÇÃO, CONTEÚDO), por meio da qual compreendemos que a linguagem, como um CONTÊINER, porta o sentido, uma vez que “as discussões” (linguagem) “trazem”, isto é, funcionam como um canal para os “indícios significativos” (significados).

Na sequência, a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA (esquema imagético FORÇA: FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE), a qual foi reiterada ao longo de todas as reportagens em diferentes construções linguísticas, é instanciada de maneira mais explícita pela expressão “luta anticorrupção”, nas linhas 6 e 7. Ela tonifica o cenário metafórico da guerra, que vem sendo evocado, bem como a denúncia de parcialidade contra aqueles que eram tidos como “heróis” no combate aos supostos crimes de lavagem de dinheiro. Nesse sentido, é clara a perspectiva avaliativa dos jornalistas, com base nos dados vazados, de que os integrantes da força-tarefa não formam um grupo apolítico e apartidário. O uso figurativo de “luta” enfatiza a força do empreendimento anticorrupção, tornando-o argumentativamente mais efetivo quando lança mão do domínio-fonte GUERRA, aquele que apresenta elementos drásticos, como agressividade, opressão, abuso e coação, os quais seriam capazes de ampliar a expressividade simbólica do domínio-alvo DISCUSSÃO.

Ainda no trecho em destaque, “As discussões do dia 28 de setembro trazem indícios significativos de que a força-tarefa não é o grupo apolítico e apartidário de luta anticorrupção que os procuradores e seus aliados na mídia tentam pintar”, a expressão “os procuradores e seus aliados na mídia tentam pintar” é representativa de uma metáfora que poderia ser descrita como REPUTAÇÃO É ARTE PLÁSTICA, cujo esquema imagético adequado seria o de EXISTÊNCIA (PROCESSO), na medida em que o ato de pintar, figurativo ou não, prevê uma sucessão de etapas até se atingir um efeito consolidado. Como fundamento da avaliação, o domínio-fonte ARTE PLÁSTICA oferece uma rede de significados para o entendimento do domínio-alvo REPUTAÇÃO. Nesse sentido, há uma avaliação crítica por parte dos jornalistas em relação às ações dos procuradores e seus aliados quanto à conduta destes dois últimos de se colocarem como apolíticos e apartidários. O domínio-fonte ARTE PLÁSTICA, mais especificamente relacionado à pintura no trecho em destaque, fornece as bases para uma interpretação pejorativa da expressão “pintar”, tendo em vista que pode remeter ao caráter mimético e simulatório de um objeto-imagem, possibilitando efeitos visuais distintos do objeto genuíno. Adicionalmente a essa noção pejorativa, o verbo “pintar” sucede o verbo “tentar”, que por sua vez funciona como uma pista linguística sugestiva de um empenho ou esforço, porém sem sucesso. O domínio-alvo REPUTAÇÃO faz uso do domínio-fonte ARTE PLÁSTICA para ilustrar o atributo pelo qual alguém ou algo é conhecido pelo público ou por uma sociedade. Assim, uma pintura de algo ou de alguém é concebida como a imagem que o público ou a sociedade tem desse algo ou desse alguém. Imagem está por reputação, que é uma opinião relativa a características notórias, atribuídas por si mesmo ou pelos outros. A imagem ou a reputação publicamente cultuada pelos próprios procuradores é de um “grupo apolítico e apartidário de luta anticorrupção”, mas os jornalistas do *The Intercept* Brasil alegam que essa imagem que eles “tentam pintar” não corresponde à realidade. Dessa forma, os profissionais do jornal expressam sua crítica acerca do grupo de procuradores como sendo, na verdade, político e partidário, quando não deveria ser, considerando a esfera jurídica.

Na continuação da reportagem, há uma repetição de um trecho do texto dos jornalistas, pela primeira vez disponível ao final da Parte 1. Trata-se de uma explicação metodológica que o jornal apresenta ao leitor: “Ao contrário do que tem como regra, o Intercept não solicitou comentários de procuradores e outros envolvidos nas reportagens, para evitar que eles atuassem para impedir sua publicação e porque os documentos falam por si. Entramos em contato com as partes mencionadas imediatamente após publicarmos as matérias, que atualizaremos com os comentários assim que forem recebidos” (Vaza Jato Parte 1/Excerto 4, linhas 1 a 6 e Vaza Jato Parte 2/Excerto 6, linhas 10

a 17). Portanto, esse trecho (“os documentos falam por si”) já foi analisado na quarta parte do primeiro excerto, conforme a sequência original de apresentação do banco de dados.

Em seguida, os jornalistas do *The Intercept* Brasil adicionam uma atualização, explicitando alguns trechos das notas emitidas pelos procuradores da Lava Jato. Em um desses fragmentos, o uso da expressão “graves ataques”, na linha 21, aciona novamente a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, sob o esquema imagético FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE, BLOQUEIO, RESTRIÇÃO). Tem-se outra evidência de que os magistrados lançam mão de metáforas que são frequentemente aproveitadas pelos jornalistas. Como os juízes e procuradores enquadram a ação do *hacker* em termos bélicos, é perceptível o aproveitamento feito na composição das próprias reportagens. Pode-se entender isso como uma influência linguístico-cognitiva oriunda do Discurso Reportado, que proporciona sérias implicações críticas manifestadas nas reportagens. Portanto, é interessante repertoriar e contrastar as metáforas avaliativas produzidas pelos próprios jornalistas em seus textos correntes e as metáforas avaliativas produzidas pelos juízes e procuradores no âmbito de seus discursos reportados. Assim, a próxima seção é dedicada a uma análise global das metáforas avaliativas instanciadas tanto pelos jornalistas quanto pelos magistrados, na tentativa de se extraírem outros elementos analíticos com base na comparação entre as ocorrências.

4.2 RECORTE ANALÍTICO: DISCUSSÃO É GUERRA

A princípio, caberia a esta seção a tentativa de separar, contrastar e analisar todas as metáforas avaliativas instanciadas nos textos de próprio punho dos jornalistas do *The Intercept* Brasil e as metáforas avaliativas instanciadas nos textos reportados dos juízes e procuradores, podendo ser oriundos dos dados vazados ou de notas públicas²⁴. A escolha por essa forma de organizar esta etapa da análise teria como propósito oportunizar achados que envolvem uma concepção mais abrangente, acerca do que foi investigado na seção anterior, que buscou rastrear, descrever e analisar as ocorrências figurativas em sequência textual. No entanto, por questões de relevância, o foco analítico recairá apenas sobre o que se depreendeu acerca da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, observada reiteradas vezes ao longo das duas reportagens.

Antes de se explicar o recorte analítico específico feito em torno da referida metáfora, cabe retomar a escolha pontual feita com o propósito de favorecer o manejo do banco de dados, a qual

²⁴ Como já se observou na seção metodológica, pode-se consultar uma tabela completa, no Apêndice, acerca de todas as metáforas avaliativas encontradas nas duas reportagens.

foi antecipadamente discutida na seção 2.9 dos pressupostos teóricos. Trata-se de uma distinção localmente postulada entre o que se chama de Discurso Portado, como derivação da expressão canônica Discurso Reportado, e este último. Entende-se, então, o Discurso Portado como aquele que é estritamente redigido pelo punho dos próprios jornalistas, ao passo que Discurso Reportado já remete tradicionalmente aos limites do discurso de outrem trazidos à baila pelas reportagens em destaque. Essa distinção evidentemente condiz com a noção figurativa expressa pela METÁFORA DO CONDUTO (REDDY, 1979), segundo a qual a linguagem porta o sentido. Desse modo, é plausível propor o par Discurso Portado e Discurso Reportado, forjado exclusivamente para propósitos argumentativos de análise (*for the sake of argument*).

É necessário ainda apresentar alguns números, os quais são relevantes para justificar a escolha de abordar exclusivamente a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA nesta seção. Na computação geral dos dados, são observadas 68 ocorrências de expressões que disparam metáforas, como *tokens* representativos delas, sendo 42 *tokens* relativos ao Discurso Reportado e 26 ao Discurso Portado. Por outro lado, são verificados 23 *types* superordenados de metáforas, sendo que algumas ocorrências abarcam mais de um. Assim, adota-se um critério distributivo²⁵ para se evitar que a mesma ocorrência seja contabilizada mais de uma vez, o que requereria maior complexidade no cálculo dos quantitativos. Segundo esse critério, cada ocorrência é contabilizada uma única vez conforme a metáfora mais abrangente. Por exemplo, se uma ocorrência está relacionada à metáfora DISCUSSÃO É GUERRA e à PROCESSO JURÍDICO É JOGO, ela é considerada no quantitativo apenas referente à primeira. A tabela abaixo é ilustrativa dos números encontrados e apresenta os valores de acordo com o critério exposto.

²⁵Como consequência desse critério de computação dos dados, a exposição de *types* na Tabela 1 não contempla totalmente a variedade de metáforas encontrada no banco de dados, tendo em vista que se considera *type* superordenado aquele que é mais abrangente em relação ao *subtype* específico. Isso se deve ao fato de que há, em alguns casos, mais de uma metáfora atribuída a uma mesma ocorrência. Para se conferirem as informações mais completas acerca das instâncias com suas respectivas metáforas, veja tabela contida no Apêndice.

Tabela 1 – Quantitativos de *types* e *tokens* das Metáforas Avaliativas

<i>Types de Metáforas</i>		<i>Tokens de Metáforas</i>		
Nº	Metáforas	Discurso Reportado	Discurso Portado	Total
1	DISCUSSÃO É GUERRA	11	7	18
2	METÁFORA DO CONDUTO	11	4	15
3	ENTENDER É VER	1	3	4
4	PROCESSO JURÍDICO É ESPETÁCULO	4	0	4
5	CONDIÇÃO PSICOLÓGICA É AMBIENTE ATMOSFÉRICO	1	2	3
6	PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM	3	1	4
7	PROCESSO JURÍDICO É JOGO	0	2	2
8	COMUNICAÇÃO VERBAL É ATIVIDADE TÊXTIL	1	1	2
9	MAIS É PRA CIMA	1	1	2
10	APROVAR É BATER PALMAS	0	1	1
11	ATENUAR É ACRESCENTAR LÍQUIDO	0	1	1
12	CONFIDENCIALIDADE É GRANDEZA ESCALAR	0	1	1
13	ELEIÇÃO É PRÁTICA ESPORTIVA	1	0	1
14	EXECUÇÃO É EXTREMIDADE	1	0	1
15	FUNÇÃO É PAPEL DRAMÁTICO	0	1	1
16	POLÍTICA É MATEMÁTICA	1	0	1
17	PROCESSO JURÍDICO É ENGRENAGEM	0	1	1
18	REGIME POLÍTICO É CORPO	1	0	1
19	REPUTAÇÃO É ARTE PLÁSTICA	1	0	1
20	EVIDENCIAR É TIRAR A ROUPA	1	0	1
21	LICITUDE É LIMPEZA; ILICITUDE É SUJEIRA	1	0	1
22	PERIGO É TRAÇO OU RISCO NO PAPEL	1	0	1
23	TEORIAS SÃO CONSTRUÇÕES	1	0	1
Total		42	26	68

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Como se viu na seção metodológica, as duas reportagens analisadas trazem um total de aproximadamente 3 mil palavras. Nesse montante, verifica-se que a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA é mais saliente em termos numéricos, sendo seguida pela METÁFORA DO CONDUTO. Embora sejam quantitativamente inexpressivas, as demais são qualitativamente interessantes do ponto de vista da análise linguístico-cognitiva, o que já foi, em certa medida, contemplado na seção anterior. Por essas razões, daqui por diante, estabelece-se um recorte analítico em torno exclusivamente da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, cuja expressividade remete não apenas à questão numérica, mas sobretudo à sua proeminência qualitativa em termos de construção textual das reportagens. A seguir, encontra-se a Tabela 2, que ilustra as ocorrências mais emblemáticas da metáfora DISCUSSÃO

É GUERRA no âmbito do Discurso Reportado, contendo as respectivas implicações gerais. Esta tabela é significativa para o contraste feito posteriormente em relação às ocorrências da referida metáfora, mas no âmbito do Discurso Portado (Tabela 3). Como se observa logo a seguir, a Tabela 2 se organiza de forma a destacar em negrito as instâncias de metáfora na coluna Ocorrência, ladeada por sua Implicação Geral.

Tabela 2 – Metáfora DISCUSSÃO É GUERRA no âmbito do Discurso Reportado

Nº	Vaza Jato	Excerto	Local	Fonte	Ocorrência	Implicação Geral da Metáfora
1	Parte 1	Excerto 2	Linhas 1 a 5	Parte do senso comum	“Moro e os procuradores da Lava Jato são figuras altamente controversas aqui e no mundo – tidos por muitos como heróis anticorrupção e acusados por tantos outros de ser ideólogos clandestinos de direita, disfarçados como homens da lei apolíticos.”	Atenuação do caráter positivo associado à imagem pública dos magistrados, cuja reputação é questionada pelas denúncias da Vaza Jato por meio do domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
2	Parte 1	Excerto 2	Linhas 5 a 7	Críticos da força-tarefa da Lava Jato	“Seus críticos têm insistido que eles exploraram e abusaram de seus poderes na justiça com o objetivo político de evitar que Lula retornasse à Presidência e destruir o PT. ”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
3	Parte 1	Excerto 2	Linhas 18 a 23	Dados vazados: conversas dos procuradores	“As reportagens de hoje mostram, entre outros elementos, que os procuradores da Lava Jato falavam abertamente sobre seu desejo de impedir a vitória eleitoral do PT e tomaram atitudes para atingir esse objetivo; e que o juiz Sergio Moro colaborou de forma secreta e antiética com os procuradores da operação para ajudar a montar a acusação contra Lula.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

4	Parte 1	Excerto 2	Linhas 27 a 33	Notícia citada pelo <i>The Intercept</i> Brasil	“O único papel do The Intercept Brasil na obtenção desse material foi seu recebimento por meio de nossa fonte, que nos contatou há diversas semanas (bem antes da notícia da invasão do celular do ministro Moro, divulgada nesta semana, na qual o ministro afirmou que não houve “captação de conteúdo”) e nos informou de que já havia obtido todas as informações e estava ansiosa para repassá-las a jornalistas.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
5	Parte 2	Excerto 1	Linhas 7 a 12	Dados vazados	“Um extenso lote de arquivos secretos revela que os procuradores da Lava Jato, que passaram anos insistindo que são apolíticos, tramaram para impedir que o Partido dos Trabalhadores, o PT, ganhasse a eleição presidencial de 2018, bloqueando ou enfraquecendo uma entrevista pré-eleitoral com Lula com o objetivo explícito de afetar o resultado da eleição.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
6	Parte 2	Excerto 2	Imagem 2	Manchete da <i>Folha</i> citada em <i>tweet</i> de Dallagnol	“A @folha apresentou a seguinte opinião após o julgamento de Lula no STJ: ‘não há como sustentar a ideia de que é alvo de um processo de exceção depois que três instâncias do Judiciário analisaram seus argumentos e chegaram ao mesmo entendimento’.”	Atenuação, por força da negativa, do caráter drástico do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
7	Parte 2	Excerto 4	Linhas 43 a 47	Dados vazados: mensagens de Paludo	“Januário Paludo, por exemplo, propôs as seguintes medidas: ‘Plano a: tentar recurso no próprio stf, possibilidade Zero. Plano b: abrir para todos fazerem a entrevista no mesmo dia. Vai ser uma zona mas diminui a chance da entrevista ser direcionada’. ”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

8	Parte 2	Excerto 5	Imagem 5	Dados vazados: mensagens de Costa	“e se forcarem antes, desnuda ainda mais o caráter eleitoreiro”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
9	Parte 2	Excerto 5	Imagem 8	Dados vazados: mensagens de Paludo	“Januário Paludo – vai ser uma guerra de liminares... ”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
10	Parte 2	Excerto 6	Linhas 5 a 9	Dados vazados	“As discussões do dia 28 de setembro trazem indícios significativos de que a força-tarefa não é o grupo apolítico e apartidário de luta anticorrupção que os procuradores e seus aliados na mídia tentam pintar.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
11	Parte 2	Excerto 6	Linhas 19 a 26	Texto da nota da força-tarefa da Lava Jato	“Nelas, dedicou especial atenção à ‘ação criminosa de um hacker que praticou os mais graves ataques à atividade do Ministério Público, à vida privada e à segurança de seus integrantes ’ e disse que “entende que a prisão em regime fechado restringe a liberdade de comunicação dos presos, como já manifestado em autos de execução penal, o que não se trata de uma questão de liberdade de imprensa”.	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Estabelecida a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA para se ilustrar analiticamente esta seção de caráter mais específico, observa-se, por meio da tabela acima, que as instâncias da referida metáfora, no âmbito do Discurso Reportado, apresentam-se em onze ocorrências diferentes (é importante se destacar textualmente a fonte das ocorrências devido ao procedimento analítico adotado que separa Discurso Reportado de Portado): a primeira refere-se a uma fala que parte de um senso comum; a segunda, de críticos da força-tarefa da Lava Jato; a terceira é oriunda dos dados vazados dos procuradores; a quarta pertence a uma notícia citada pelo *The Intercept* Brasil; a quinta,

aos dados vazados; a sexta advém da manchete da *Folha de São Paulo*; a sétima, a oitava, a nona e a décima se originam dos dados vazados; e a décima primeira vem de uma das notas emitidas pela força-tarefa da operação Lava Jato. Nenhuma delas foi estrita e exclusivamente escrita ou dita pelos jornalistas do *The Intercept* Brasil, embora eles as tenham reportado. Nesse sentido, a atribuição de responsabilidade sobre o que é dito ou é escrito recai, mesmo que parcialmente, sobre os sujeitos reportados, que são: senso comum; críticos; autores da notícia citada; *Folha de São Paulo*, citada por Dallagnol; Paludo; juízes e procuradores da operação Lava Jato. É possível notar que as metáforas avaliativas elencadas na tabela acima têm origens bem definidas, as quais recorrem ao domínio-fonte GUERRA, instaurando uma avaliação que envolve o aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico. Embora se possa presumir que as oito primeiras ocorrências são oriundas de material que antecede a publicação das reportagens pelo *The Intercept* Brasil e a última a sucede, é importante ressaltar que tanto o domínio do texto reportado quanto o do portado lançam mão do mesmo processo figurativo, em que DISCUSSÃO é alvo da fonte GUERRA.

As implicações decorrentes tanto de um quanto de outro apresentam contornos distintos, dado o propósito comunicativo de cada um dos contextos de enunciação. Dessa forma, a tabela acima apresenta uma implicação geral para cada ocorrência – porém, é pertinente que sejam desdobradas suas especificidades logo a seguir. No que tange a ocorrência de número 1, o termo “heróis anticorrupção” sustenta metaforicamente a ideia de que o domínio-fonte GUERRA é aplicado, pelo senso comum, às ações da Operação Lava Jato. Esse termo tem o propósito de marcar o embate entre denunciados e denunciantes em polos absolutamente opostos. Dessa forma, a escolha lexical “heróis” fortalece o contraste entre as dimensões pública e privada por descrever um papel público, que seria o de “heróis anticorrupção”, em oposição à suspeita de um papel privado, correspondente a “ideólogos clandestinos de direita disfarçados de homens da lei”. Ao reportar o que “muitos” dizem a respeito dos denunciados, os jornalistas recorrem ao enquadre bélico posto por esses “muitos” para contrastar com a postura tendenciosa desses juízes e procuradores. Assim, há a atenuação do caráter positivo associado à imagem pública dos referidos magistrados, cuja reputação é questionada pelas denúncias da Vaza Jato por meio do domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Em relação à ocorrência de número 2, a expressão “destruir o PT” também sustenta metaforicamente a ideia de que o domínio-fonte GUERRA é aplicado, pelos críticos, às ações da Operação Lava Jato, porque ilustra muito mais prototipicamente a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA

do que as noções de clandestinidade e de disfarce, as quais são mais periféricas em relação ao domínio da guerra, como se vê no trecho da ocorrência de número 1. Assim, “destruir o PT” marca novamente o embate entre denunciados e denunciantes em polos contrários. Ao retomarem a crítica feita aos juízes e procuradores, os jornalistas colocam em proeminência a referida metáfora, que avalia o conflito em termos bélicos, dando ênfase ao aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

No que diz respeito à de número 3, no contexto em que é empregada, a expressão “vitória eleitoral”, de modo semelhante, contribui metaforicamente com a ideia de que o domínio-fonte GUERRA se aplica às eleições, segundo os procuradores reportados, em suas conversas vazadas. Vitórias e derrotas fazem parte do domínio bélico, assim como do domínio JOGO, os quais se diferenciam pelo grau de violência e se aproximam por envolver disputa, adversário, vitória, derrota, treinamento, equipamento, hierarquia, estratégia e técnica. Por meio da referência à guerra, os procuradores reportados dão mostras de sua parcialidade e, de modo complementar, acionam a noção de estratégia que o jogo também evoca, o que possibilita a expressão enfática da crítica feita pelos jornalistas. Considera-se que essa metáfora se encontra no âmbito do Discurso Reportado, tendo em vista que os jornalistas aludem aos dados vazados publicados nas próprias reportagens. Dentre o que elas mostram, está a expressão do desejo de impedimento da vitória eleitoral do PT. O entendimento de que se trata de algo reportado se dá, sobretudo, no trecho “os procuradores da Lava Jato falavam abertamente sobre...”, em molde indireto. Com isso, é correto afirmar que a expressão “vitória eleitoral” origina-se, pelo menos parcialmente, do conteúdo e da forma dos dados vazados, embora esteja no texto dos jornalistas do *The Intercept* Brasil. Segundo Sanders e Redeker (1996), no discurso indireto, tanto falante reportado quanto narrador têm responsabilidade pelo enunciado, e o falante reportado tem responsabilidade pelo conteúdo. Portanto, pode-se considerar que há ênfase, por parte dos procuradores, do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Quanto à ocorrência de número 4, a expressão “invasão do celular” também colabora metaforicamente com a ideia de que o domínio-fonte GUERRA é aplicado, segundo a notícia citada pelo *The Intercept* Brasil, a ações de espionagem. Essa noção instancia o caráter bélico enquadrado pelo Discurso Reportado, que diz respeito ao conteúdo e à forma de outra notícia envolvendo o que se toma como sendo “invasão do celular do ministro Moro”. Então, é explícita a avaliação por meio da metáfora em um discurso que não é necessariamente de autoria dos jornalistas do *The Intercept*

Brasil. Tal avaliação, feita pelos autores da referida notícia reportada, pontualmente, coloca Moro como vítima em um cenário de guerra, tendo seu espaço virtual invadido por um *hacker*. Assim, marca-se a distinção entre a notícia da invasão do celular do ministro, que havia sido divulgada e segundo a qual ele afirma que não houve captação de conteúdo, e o fato de que os próprios jornalistas do *The Intercept* Brasil tiveram acesso ao referido conteúdo, vazado por um *hacker*. Essa divergência entre as notícias é outro fator que auxilia na compreensão da “captação de conteúdo” como verídica no caso das reportagens da Vaza Jato, diferentemente do que foi dito pela outra notícia. Dessa forma, verifica-se ainda a ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Sobre a ocorrência de número 5, há o entendimento de que se trata de um Discurso Reportado advindo da expressão *dicendi* indireta “um extenso lote de arquivos secretos revela que”, a qual abre espaço para as expressões metafóricas destacadas “bloqueando ou enfraquecendo uma entrevista”. Como já foi afirmado, ao atribuir a ideia de força à entrevista, metaforicamente, o texto dos jornalistas está se referindo, de modo indireto, aos possíveis efeitos impactantes dela na sociedade naquela circunstância. Dessa forma, avalia-se a entrevista como sendo potencialmente “forte”, já que é passível de “enfraquecimento” ou mesmo “bloqueio”. Nota-se, portanto, que há também ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Acerca da ocorrência de número 6, ao reportar a *Folha de São Paulo* em sua postagem no *Twitter*, Dallagnol endossa a opinião do referido jornal. Portanto, a implicação subsequente do texto vale tanto para um quanto para outro: embora considerem que Lula não seria “alvo de um processo de exceção”, a metáfora avaliativa está posta, evocando a ideia de haver uma guerra entre Lula e seus acusadores no processo jurídico. Essa evocação condiz com o modo expressivo pelo qual se opta por descrever o cenário político-jurídico de forma a explicitar seu contexto drástico. Como já se observou, a *Folha de São Paulo* e Dallagnol não licenciariam a prerrogativa de que Lula é alvo. Então, é como se supusessem que o próprio Lula se considerasse “alvo”. Dessa maneira, eles usam a metáfora para negar seu sentido. Assim, nota-se um efeito de atenuação, por força da negativa, do caráter drástico do contexto político-jurídico, fornecido pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

No que diz respeito à ocorrência de número 7, uma vez que se pode entender associativamente as metáforas avaliativas DISCUSSÃO É GUERRA e PROCESSO JURÍDICO É JOGO, sendo

uma tomada pela outra, há a inferência de que as ações dos adversários, tanto em uma guerra quanto em um jogo, visam à vitória e podem ser compreendidas como estratégicas. Essas duas metáforas associadas também intensificam a implicação acerca da ênfase do aspecto drástico das ações estratégicas no contexto político-jurídico.

Quanto à ocorrência de número 8, o uso da expressão “se forcarem antes” conota de maneira mais específica o *subtype* de metáfora INSISTÊNCIA É FORÇA FÍSICA. Entretanto, tendo em vista que essa metáfora aborda a reiteração de um argumento, isto é, a insistência como um recurso de força em uma “luta verbal”, pode-se vincular INSISTÊNCIA É FORÇA FÍSICA ao *type* superordenado da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. Dessa forma, a implicação genérica depreendida dessa instância também diz respeito à ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir. Por sua vez, a ocorrência de número 9 evoca exclusivamente o domínio-fonte GUERRA, por meio da expressão “guerra de liminares”, reforçando a referida implicação.

A ocorrência de número 10 contempla a expressão “luta anticorrupção” e instancia outra vez a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. Tal expressão ratifica o cenário metafórico da guerra, que já vem sendo evocado, bem como a denúncia de parcialidade contra aqueles que eram tidos como “heróis” no combate aos supostos crimes de corrupção. Como já se viu, é nítida a perspectiva avaliativa dos jornalistas, com base nos dados vazados, de que os integrantes da força-tarefa, na verdade, não formam um grupo apolítico e apartidário. O uso conotativo de “luta” intensifica a força do empreendimento anticorrupção, tornando o enunciado argumentativamente mais efetivo ao lançar mão do domínio-fonte GUERRA, aquele que apresenta elementos drásticos, como agressividade, opressão, abuso e coação, os quais ampliam a expressividade simbólica do domínio-alvo DISCUSSÃO. Assim, essa ocorrência é um exemplo em que também há ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Já por meio da ocorrência de número 11, a qual figura em nota emitida posteriormente ao anúncio da publicação dos dados vazados, a força-tarefa da Lava Jato enquadra o *hacker* como um adversário de guerra, do qual seus integrantes se consideram vítimas. Desse modo, a implicação novamente remete à ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Com esses elementos significativos, pode-se perceber que os próprios textos reportados já trazem a dimensão bélica para o contexto das reportagens investigativas. Talvez um dos achados

mais relevantes desta dissertação seja o aproveitamento dessa dimensão avaliativa prévia para a posterior produção do texto elaborado pelo punho dos próprios jornalistas. Pode-se afirmar que o “filtro” linguístico-cognitivo desses profissionais de imprensa selecionou, por razões diversas de impacto noticioso, os textos reportados que culminaram em um material que coloca em proeminência DISCUSSÃO É GUERRA. O julgamento, por parte do *The Intercept* Brasil, daquilo que fora relevante para a publicação contribuiu decisivamente para a emergência da referida metáfora avaliativa nas reportagens. Como já se afirmou, entende-se que, sendo os jornalistas determinantes na escolha do material a ser divulgado, o texto portado explora amplamente os contornos drásticos desse recurso figurativo na composição textual das reportagens, que denunciam as conversas vazadas dos juízes e procuradores.

Dessa maneira, para que se estabeleça um contraste entre implicações advindas de origens discursivas distintas, opta-se, em seguida, pela apresentação de outra tabela, na qual estão arrematadas as ocorrências mais emblemáticas da metáfora avaliativa DISCUSSÃO É GUERRA, oriundas do Discurso Portado, aquele que se considera ser diretamente redigido pelos jornalistas. Com essa terceira tabela, pode-se vislumbrar como o aproveitamento mencionado acima se dá textualmente. Um aspecto relevante tem a ver com as Implicações Gerais da referida metáfora portada pelos próprios jornalistas, ladeadas pelas Ocorrências, a saber:

Tabela 3 – Metáfora DISCUSSÃO É GUERRA no âmbito do Discurso Portado

Nº	Vaza Jato	Excerto	Localização	Fonte	Ocorrência	Implicação Geral da Metáfora
1	Parte 1	Excerto 1	Linhas 3 a 8	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	“Intercept Brasil publicou hoje três reportagens explosivas mostrando discussões internas e atitudes altamente controversas, politizadas e legalmente duvidosas da força-tarefa da Lava Jato, coordenada pelo procurador renomado Deltan Dallagnol, em colaboração com o atual ministro da Justiça, Sergio Moro, celebrado a nível mundial.”	Ênfase do caráter surpreendente, inédito e grave das denúncias de parcialidade dos juízes e procuradores na condução das investigações da operação Lava Jato por meio do domínio-fonte GUERRA.

2	Parte 1	Excerto 3	Linhas 9 a 12	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	“A divulgação dessas ligações privadas foi crucial para virar a opinião do público contra o PT, ajudando a preparar o terreno para o impeachment de Dilma em 2016 e a prisão de Lula em 2018. ”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
3	Parte 2	Excerto 2	Linhas 14 a 19	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	“Por isso, articularam estratégias para derrubar a decisão judicial de 28 de setembro de 2018, que a liberou – ou, caso ela fosse realizada, para garantir que fosse estruturada de forma a reduzir seu impacto político e, assim, os benefícios eleitorais ao candidato do PT.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
4	Parte 2	Excerto 2	Linhas 14 a 19	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	“Por isso, articularam estratégias para derrubar a decisão judicial de 28 de setembro de 2018, que a liberou – ou, caso ela fosse realizada, para garantir que fosse estruturada de forma a reduzir seu impacto político e, assim, os benefícios eleitorais ao candidato do PT.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
5	Parte 2	Excerto 2	Linhas 14 a 19	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	“Por isso, articularam estratégias para derrubar a decisão judicial de 28 de setembro de 2018, que a liberou – ou, caso ela fosse realizada, para garantir que fosse estruturada de forma a reduzir seu impacto político e, assim, os benefícios eleitorais ao candidato do PT.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
6	Parte 2	Excerto 4	Linhas 36 a 39	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	“Toda a discussão, que se estendeu por várias horas, parece mais uma reunião entre estrategistas e operadores anti-PT do que uma conversa entre procuradores supostamente imparciais.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

7	Parte 2	Excerto 5	Linhas 15 e 16	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	“Um pedido do El País acatado por Lewandowski finalmente pôs o plano por terra ”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
---	---------	-----------	----------------	--------------------------------------	---	--

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Observa-se que a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, no âmbito do que nesta dissertação está se nomeando como Discurso Portado, apresenta-se em sete ocorrências distintas, mas todas se encontram no texto de próprio punho dos jornalistas do *The Intercept* Brasil. Em relação à ocorrência de número 1, a expressão “reportagens explosivas” mostra que a escolha do domínio-fonte aciona o cenário metafórico de guerra para tratar do aspecto ameaçador das próprias reportagens e de seu potencial “destrutivo”, considerando as graves denúncias mencionadas nessa primeira matéria. Como foi observado, destaca-se a maneira pela qual a opinião pode ser metaforicamente veiculada no texto jornalístico. Há implicação de que os jornalistas do *The Intercept* Brasil se colocam em “guerra”, como soldados que portam “munição” discursiva. É como se a reportagem fosse enquadrada como “bomba”, artefato bélico típico capaz de mudar drasticamente o decorrer de uma situação determinada. Naquele momento, a força-tarefa da Lava Jato gozava de certo prestígio e reconhecimento por parte da opinião pública, tanto é que o jornal enquadra os principais operadores da força-tarefa, Dallagnol e Moro, como “renomado” e “celebrado”, respectivamente, mesmo que esses adjetivos possam ser tomados de modo irônico quando reportados pelo *The Intercept* Brasil. Além disso, o anúncio das “reportagens explosivas” do jornal dá início ao processo de desconstrução da boa reputação de ambos e dos demais integrantes da referida operação. Percebe-se que há ênfase do caráter surpreendente, inédito e grave das denúncias de parcialidade dos juízes e procuradores na condução das investigações da operação Lava Jato por meio do domínio-fonte GUERRA.

A ocorrência de número 2 traz a expressão metafórica “preparar o terreno”, que também alude à metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, tendo em vista que o terreno a ser preparado corresponde ao cenário de articulações políticas que antecedeu o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a prisão de Lula em 2018. Pode-se, então, desdobrar a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA em POLÍTICA É GUERRA ou PROCESSO JURÍDICO É GUERRA. Esse trecho emblemática, também, o quanto a

política é um domínio fértil de estratégias, de bastidor ou não, para ações efetivas posteriores. Isso se configura como uma preparação, dizendo respeito ao aspecto premeditado das decisões em um “terreno” de combate. Desse modo, observa-se a ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Já na ocorrência de número 3, a expressão “articularam estratégias” não constitui um exemplo muito prototípico de uso figurativo para exprimir a tese jornalística acerca do desenvolvimento de estratégias políticas por parte dos magistrados da força-tarefa da Lava Jato. Apesar disso, é possível observar que a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA subsiste e é observável em outras expressões da situação comunicativa circunvizinha: “derrubar a decisão judicial” e “reduzir seu impacto político”. Tais expressões são relacionadas à elaboração metafórica devido ao contexto enunciativo, que recorre ao vocabulário bélico para abordar o debate/embate político. Dessa forma, a natureza metafórica desses usos pouco prototípicos é fundamentalmente dada pelo contexto discursivo em que as expressões se inserem. Não obstante, para além da informação contextual propícia ao figurativo, o verbo “articular”, em sua primeira entrada no verbete do Dicionário Caldas Aulete (2011, p.155), é definido como: “*Unir (-se) por pontos de junção, de articulação, de modo que cada parte possa mover-se independentemente*”. Assim, sugere-se que haja uma base cognitiva de caráter mais concreto, a qual é significativa para a elaboração metafórica, havendo, então, ênfase no aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

A respeito da ocorrência de número 4, a expressão “derrubar a decisão judicial” instancia metaforicamente o domínio da guerra envolvendo o plano jurídico. A implicação, no caso, recai sobre a tentativa, por parte da força-tarefa da Lava Jato, de impedimento ou de redução do impacto político da entrevista de Lula, que supostamente traria benefícios eleitorais para o candidato à presidência pelo PT, Fernando Haddad, nas eleições de 2018. Por meio da expressão metafórica, os jornalistas avaliam os magistrados como parciais em suas ações. Nesse sentido, a expressão “derrubar a decisão judicial” também endossa o aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico.

A ocorrência de número 5 se encontra no mesmo contexto enunciativo das ocorrências de números 2 e 3, em que é possível observar a atribuição, metaforicamente reiterada, de força política à entrevista. Como vimos, o texto jornalístico afirma que ela poderia ser “enfraquecida” pelas ações dos procuradores. Então, o que antes era metaforicamente enunciado (“bloqueando ou

enfraquecendo uma entrevista”, ocorrência 5 da Tabela 2) se torna mais expressivo em “reduzir seu impacto político”, sendo que “impacto” evoca, também, o domínio-fonte bélico. Apesar de haver uma gradação entre expressões menos ou mais metafóricas, as ocorrências de números 2, 3 e 4 compartilham o mesmo contexto enunciativo e, juntas, reiteram a metáfora que enfatiza o aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico.

A ocorrência de número 6 apresenta a expressão “estrategistas e operadores anti-PT” e também alude ao domínio-fonte GUERRA por meio da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. Como analisado, a fórmula “anti-X” é comumente utilizada em nomes de operações táticas policiais e aciona cenários metafóricos em que há uma dinâmica de lados opostos, envolvendo confrontação, podendo, inclusive, aludir à concepção maniqueísta do bem contra o mal, endossando o ideário de polícia *versus* bandido. Por isso, também, nota-se nessa ocorrência a ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Na ocorrência de número 7, por fim, a expressão “pôs o plano por terra” dispara a referida metáfora por meio do domínio semântico da “guerra”, no qual queda significa derrota. Além da expressão em destaque, a voz passiva subfocaliza a ação do ministro, salientando “Um pedido do El País” como sujeito verbal. Como já se destacou anteriormente, tais recursos apresentam a perspectiva avaliativa do *The Intercept* Brasil de valorização do trabalho jornalístico do *El País* e, por conseguinte, do seu pedido ao STF. Pode-se considerar que é como se o *The Intercept* Brasil prestigiasse a petição bem-sucedida do *El País*, tomando-o como um aliado na guerra pelo direito de imprensa. Assim, há novamente ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, ênfase a qual é fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

A metáfora DISCUSSÃO É GUERRA é acionada repetidas vezes ao longo das matérias em análise. Por isso, é possível observar como ela é disparada por diferentes expressões tanto no discurso criado pelos próprios jornalistas quanto nos fragmentos de Discurso Reportado advindos dos dados vazados e de outros. Tomando as informações expostas na Tabela 2 em contraponto com a Tabela 3, pode-se depreender o quanto elas estão bem articuladas na composição textual das reportagens. Isso tem a ver diretamente com o que se vem defendendo em termos de aproveitamento, por parte dos jornalistas, das metáforas avaliativas, advindas de textos orais ou escritos, de outrem. Tendo em vista uma expressiva relação de antecedência entre o material vazado ou oriundo de notas e outras reportagens, pode-se postular uma interferência ou influência desses

dados na estilística das partes que contemplam o texto jornalístico em si, tanto em termos de forma quanto de conteúdo. Por conta disso, há o entendimento de que os jornalistas do *The Intercept* Brasil lançam mão da mesma metáfora avaliativa utilizada pelo discurso de outrem para compor a própria textualidade, a qual se denomina de Discurso Portado. O enquadre metafórico subjacente à metáfora DISCUSSÃO É GUERRA é adotado para servir de “munição” contra aqueles que o acionaram antes da redação das matérias. Trata-se de um recurso linguístico e argumentativo poderoso muito próximo ao que popularmente se conhece por meio dos ditos “o feitiço virou contra o feiticeiro” e “provar do próprio veneno”.

Sabe-se que, por acionar domínios de experiência mais concretos, cognitivamente concebidos, as metáforas favorecem uma compreensão eficaz do que se tenta expressar abstratamente, tanto é que se torna complexa a explicação não metafórica da questão que envolve o aproveitamento do qual se está tratando. No entanto, é possível assinalar que as estratégias discursivas usadas por determinado grupo podem ser utilizadas para servir de contra-argumento a esse mesmo grupo. A forma do “ataque” pode ser a mesma do “contra-ataque”, podendo este até reverter os resultados daquele. Com isso, as implicações gerais podem sofrer alterações em função da perspectiva de quem se utiliza da metáfora avaliativa. Ou seja, o mesmo recurso figurativo pode estar a serviço de lados opostos em um debate, porém o que destoaria é a orientação institucional, política e ideológica de quem produz a metáfora avaliativa.

Quando se comparam as implicações gerais concernentes a cada tabela, pode-se verificar nitidamente que há pouca diferença, levando-se em conta a relação entre atenuação e ênfase, esta se sobrepondo numericamente à anterior. O que realmente as distinguiria tem a ver com a perspectiva de quem enuncia a metáfora avaliativa e, por consequência, sugere as implicações específicas. Nas tabelas anteriores, observam-se, como já foi dito, as implicações gerais da referida metáfora. No entanto, no corpo do texto subsequente a cada tabela, encontram-se as implicações mais específicas, que revelam as diferenças de cada uma das tabelas. Nesse sentido, é patente a distinção das inferências disparadas por Discurso Portado e Discurso Reportado, a qual revela a oposição entre denunciados e denunciantes. Essa diferenciação revela, inclusive, um profundo tratamento irônico dado pelo texto jornalístico de próprio punho ao conteúdo e à forma do discurso de outrem, também por meio da metáfora avaliativa DISCUSSÃO É GUERRA.

Cabe ressaltar que essa ironia tem como pano de fundo a incompatibilidade entre o discurso público dos magistrados denunciados e seu discurso privado, exposta pelos jornalistas com base na factualidade dos dados vazados. Então, ao usarem a mesma “munição” metafórica, proveniente de

prova documental, esses profissionais da comunicação fazem com que sua denúncia ganhe força argumentativa ainda mais expressiva, conseqüentemente tornando ainda mais clara a inexistência da imparcialidade muitas vezes atribuída à força-tarefa. No âmbito dessa polarização discursiva, o signo metafórico dado pelo argumento do outro pode ser aproveitado justamente para desconstruir, atacar e desqualificar esse mesmo argumento do outro. Para além da relevância jornalística relativa à materialidade dos dados vazados, em conformidade com a máxima “contra fatos não há argumentos”, ambas as reportagens se valem também da “palavra” do outro contra ele mesmo, o que incrementa o embate político-ideológico e corrobora a tese de parcialidade dos magistrados denunciados por meio da exposição das evidências documentais.

Ao cabo, mantém-se a pergunta: por que apropriar-se da “palavra” do outro para usá-la contra ele mesmo reforça argumentativamente o discurso de quem lança mão dessa “palavra”? No âmbito desta dissertação, “palavra” entre aspas remete às metáforas avaliativas estudadas. Com base nas duas reportagens analisadas, pode-se inferir, pelo menos incipientemente, que a utilização desse recurso é muito significativa e talvez possa ser explicada em termos de domínio-fonte GUERRA e domínio-alvo DISCUSSÃO.

Considerando-se o domínio-fonte GUERRA, pode-se imaginar, como exercício exploratório, uma cena em que um soldado toma a arma do seu oponente e aponta-a contra esse adversário agora desarmado. Nesse caso, o artefato bélico é transferido das mãos de um para as do outro, que poderá utilizá-lo. Então, o poder de fogo que um tinha o outro passa a ter em dobro, visto que já contava com sua própria arma. Assim, a mesma arma, estando em mãos de soldados distintos, passa a ter a direção, o sentido e o alvo contrários aos da cena inicial, devido à posição física de cada soldado no campo de batalha.

Já em relação ao domínio-alvo DISCUSSÃO, em que se tenta responder, sob a ótica linguístico-cognitiva, à pergunta acerca da apropriação da “palavra” do outro, pode-se propor a seguinte análise: um grupo de jornalistas faz uso do artifício figurativo produzido pelo discurso de quem é objeto de denúncia para construir textualmente a própria denúncia, sem que os denunciados saibam. Nesse sentido, a metáfora conceptual avaliativa DISCUSSÃO É GUERRA, instanciada recorrentemente nos dados vazados, passa a figurar no texto das reportagens, sendo que os jornalistas, além dela, lançam mão também de outras metáforas. Certamente, os jornalistas já são dotados da capacidade de produzir metáforas e de reconhecê-las no discurso do outro. Desse modo, o mesmo recurso linguístico-cognitivo, usado por sujeitos cognitivos distintos, é flexibilizado de acordo com a perspectiva ou o ponto de vista de quem o utiliza.

Para além do contraste entre as Tabelas 2 e 3, no contexto geral das reportagens da Vaza Jato, a perspectiva ou o ponto de vista é predominantemente a dos denunciantes, autores das reportagens, sendo o contraponto os denunciados. Nesse caso, o Discurso Reportado funciona como “arma” argumentativa e diz respeito à ação linguístico-cognitiva de se apossar do discurso de outrem para desqualificá-lo. Portanto, os denunciantes “tomam posse” das metáforas avaliativas evocadas pelos denunciados, utilizando-as a favor da tese de parcialidade dos referidos juízes e procuradores. Acrescenta-se ainda que denunciantes e denunciados estão em polos opostos, dada a natureza de evasão não autorizada de informações publicadas bem como a orientação política divergente entre eles.

Por fim, estabelecendo-se uma associação, licenciada pelo arcabouço teórico da Linguística Cognitiva, entre o que concerne ao domínio-fonte GUERRA e ao domínio-alvo DISCUSSÃO, pode-se afirmar que: como os jornalistas do *The Intercept* Brasil (exército A) instanciam a referida metáfora avaliativa (arma), disparada pelos magistrados denunciados (exército B), demonstram reconhecer o valor e a potência da metáfora avaliativa (arma). Sendo essa metáfora avaliativa (arma) tomada, o que há de eficiente nela (potencial destrutivo) é transferido para quem a tomou. De algum modo, os magistrados denunciados (exército B) perdem o valor e a potência de sua metáfora avaliativa (arma) quando ela lhe é tomada, servindo esta posteriormente de argumento (artefato bélico) para os jornalistas (exército A). Então, os jornalistas (exército A) fazem uso da referida metáfora (arma), da qual os magistrados denunciados (exército B) se valiam ao interagirem secretamente (protegendo-se e atacando) no domínio privado das conversas no *Telegram* (búnquer do exército B). Nesse sentido, aquele que usa a mesma metáfora avaliativa (arma) do outro o enfraquece argumentativamente (belicamente), visto que a metáfora avaliativa (arma) que sustentava seus argumentos (ataque) não está mais sob seu controle.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo rastrear, descrever e analisar as ocorrências de expressões metafóricas ao longo dos dois textos jornalísticos iniciais do *The Intercept* Brasil sobre a Operação Lava Jato. Além dos trabalhos fundamentais de Talmy (2019) acerca da fictividade e de Lakoff e Johnson (2002) sobre a Teoria da Metáfora Conceptual, nesta dissertação tomou-se como base, adicionalmente, o trabalho de Deignan (2010) acerca das propriedades da metáfora e dos mecanismos pelos quais ela avalia. Assim, buscou-se depreender as implicações integradas pelas metáforas que emergem no banco de dados, identificar o cenário metafórico formado pelos esquemas imagéticos acionados, identificar os domínios-fonte escolhidos e realçar o contraste em relação ao significado literal das palavras. Tendo em vista a observação de Ferrari (2019) acerca do aspecto coesivo das metáforas em textos jornalísticos, buscou-se identificar ainda os arranjos coesivos das metáforas no referido banco de dados. Considerando Rocha (2021), foram utilizadas ainda as categorias de Discurso Reportado e, para fins de análise específica deste banco de dados, forjou-se a noção de Discurso Portado (*for the sake of argument*) com o objetivo de distinguir as ocorrências de metáfora segundo suas origens discursivas.

Deignan (2010) sugere que as ocorrências de expressões metafóricas episódicas podem ser potencialmente mais significativas do que aquelas fórmulas metafóricas emblemáticas que são mais frequentes, tendo em vista que, somadas, essas episódicas alcançariam valor expressivo. Isso é consistente com as observações feitas na análise quantitativa do banco de dados, pois, do total de 68 ocorrências, 18 foram contabilizadas na metáfora mais abrangente DISCUSSÃO É GUERRA, ainda que concomitantemente evocassem outras metáforas mais específicas; 15 acionavam a METÁFORA DO CONDUTO; enquanto as ocorrências episódicas, que não foram abarcadas pelos referidos *types* superordenados, totalizam 35.

Entretanto, nesta dissertação, analisou-se mais detidamente a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, tendo em vista que o domínio-fonte GUERRA fora acionado reiteradas vezes ao longo das reportagens tanto pelos jornalistas (Discurso Portado), quanto pelas fontes (Discurso Reportado). A disposição das instâncias de DISCUSSÃO É GUERRA se mostrou concernente à noção de cadeias metafóricas de Ferrari (2019) e evidenciou as diferentes perspectivas, dos jornalistas e dos magistrados, tendo como base um mesmo cenário metafórico, conforme Deignan e Musolff já haviam constatado em seus respectivos estudos (MUSOLFF, 2004 *apud* DEIGNAN, 2010). Dessa forma, esta dissertação é condizente com os achados de Ferrari (2019), pois as instâncias de

metáforas analisadas no banco de dados do *The Intercept* Brasil viabilizam uma forma de coesão textual. Tal arranjo coesivo das metáforas identificado por Ferrari (2019) como “cadeias metafóricas” se comprovou mesmo em uma expressiva extensão textual, tendo em vista que nesta dissertação foram analisadas duas reportagens que apresentam continuidade e progressão temáticas.

Nota-se um nível de complexidade analítica já que é possível perceber, simultaneamente no discurso, o que Ferrari (2019) trata em termos de coesão metafórica e o que Deignan (2010) aciona em relação aos cenários descritos por Musolff (2004). Percebe-se que a mudança de perspectiva por diferentes conceptualizadores (jornalistas *versus* magistrados) é veiculada por meio de metáforas que são coerentes entre si, isto é, que partilham do mesmo domínio-fonte, acionando o mesmo cenário. Portanto, expressam-se posicionamentos divergentes, mantendo a coerência e coesão metafóricas.

Dessa forma, foi verificado que o discurso jornalístico se apropria criticamente das metáforas avaliativas, com seus esquemas imagéticos e suas implicações, valendo-se inclusive dos mesmos recursos figurativos evocados nos dados vazados e em outras fontes de informação, como publicações em redes sociais, notícias e notas oficiais. Essa apropriação sugere a perspectiva avaliativa dos jornalistas sobre os dados na narração dos fatos, que se dá de maneira crítica. Outro achado interessante diz respeito à observação do arranjo coesivo das metáforas e a elucidação do aproveitamento, feito pelos jornalistas na redação das reportagens, das metáforas avaliativas evocadas pelas fontes de informação, para usá-las argumentativamente contra essas próprias fontes. Os jornalistas obtêm o efeito de crítica contra os denunciados por meio das metáforas que foram evocadas primeiro pelos próprios magistrados.

Diante do que foi exposto, formula-se a seguinte pergunta: afinal, todas as metáforas são avaliativas? A essa questão seria pertinente responder que sim, tendo em vista que a escolha do domínio-fonte, relevante elemento avaliativo, é inerente ao processamento metafórico. Entretanto, como foi visto ao longo das análises, é pertinente a percepção acerca de uma gradação entre algumas expressões que são mais e outras menos avaliativas. Para além disso, observa-se, no exame das duas reportagens, haver uma relação textual de coesão e coerência entre as metáforas, sendo respectivamente entendidas como recursos de retomadas e acréscimos em termos de pistas linguísticas e como congruência nocional na composição da escrita. Sem esses elementos, não se poderia perceber o consistente fluxo discursivo apresentado pelas reportagens na exposição dos fatos.

É possível vislumbrar como este trabalho pode se encaixar em um arcabouço maior de pesquisa em que poderão ser descritos os diferentes arranjos metafóricos de tipos textuais distintos, por exemplo, textos científicos. Uma segunda possibilidade diz respeito à exploração quantitativa do fenômeno no sentido de endossar os arranjos metafóricos por meio de sua repetição ou variação em diferentes gêneros e tipos textuais. Outro desdobramento diz respeito à possibilidade de se utilizar a metodologia desta pesquisa aplicada ao ensino em termos de letramento crítico, no sentido de se desenvolver a habilidade de leitura dos alunos diante dos textos que circulam na sociedade, identificando as metáforas subjacentes, seus domínios-fonte e implicações pertinentes, além de sua sistematicidade coesiva.

REFERÊNCIAS

- AULETE, C. **Novíssimo Aulete Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2011.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, Ed. 12, 2006.
- BERBER-SARDINHA, A. Corpora eletrônicos na pesquisa em tradução. *In: Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 1, n. 9, 2002.
- BERBER-SARDINHA, A. **Linguística de Corpus**. Barueri, SP: Manole, 2004.
- BRYMAN, A. **Quantity and Quality in Social Research**. London: Routledge, 1996.
- CLAUSNER, T.; CROFT, W. Domains and Image Schemas. *In: Cognitive Linguistics*, vol. 10, n 1, p. 1-31, Berlin: De Gruyter, 1999.
- COSTA, S. R. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- CROFT, W.; CRUSE, A. **Cognitive Linguistics**. New York: Cambridge University Press, 2004.
- CUNHA, C; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DEIGNAN, A.; LOW, G.; TODD, Z.; CAMERON, L. **Researching and Applying Metaphor in the Real World**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2010.
- DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2021 (recurso online)**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em: jan. 2022.
- DORNELAS, A. B. **Interação Fictiva como estratégia comunicativa de crianças ecológicas com transtorno do espectro autista**. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.
- FAUCONNIER, G. **Mental spaces**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- FERRARI, G. Metaphorical Chains and reference usage in newspapers: a mechanism for textual cohesion. *In: The Journal of Linguistic and Intercultural Education*, Alba Iulia, Vol. 12, Ed. 3, 2019.
- FERRARI, L. **Introdução à linguística cognitiva**. 1ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

FERRARI, L; PINHEIRO, D. Tricotar, alfinetar, rasgar o verbo; a comunicação verbal para além da metáfora do conduto. *In: Revista Investigações*, v. 28, n. 2, UFPE, p. 1-25, 2015.

GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. Introducing Cognitive Linguistics. *In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (eds.). The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford University Press: New York, p. 3-21, 2007.

GOOSSENS, L. Metaphonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. *In: DIRVEN, R.; PÖRINGS, R. (eds.). Metaphor and metonymy in comparison and contrast*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, p. 349-377, 2003.

GREENWALD, G.; REED, B.; DEMORI, L. Vaza Jato Parte 1 - As mensagens secretas da Lava Jato - Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro. *The Intercept Brasil*, 2019a. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>. Acesso em: jan. 2021.

GREENWALD, G.; REED, B.; DEMORI, L. Vaza Jato Parte 2 - “Mafiosos!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!” - Procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a ‘eleger o Haddad’. *The Intercept Brasil*, 2019b. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>. Acesso em: jan. 2021.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. London: Hodder Arnold, 2004.

JOHNSON, M. *The Body in the Mind: The Bodily Basis of Meaning, Imagination and Reason*. Chicago: Chicago University Press, 1987.

KLEIN, N. *A doutrina do choque: A ascensão do capitalismo de desastre*. Trad: Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LAKOFF, G. *Metaphor and war, again* (recurso *online*). Berkeley: UC Berkeley, 2003. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/32b962zb>. Acesso em: mai. 2021.

LAKOFF, G. *Moral politics: What conservatives know that liberals don't*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. 2. ed. Chicago-London: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Coordenação de tradução: Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flash: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.

LAKOFF, G; TURNER, M. *More than cool reason: afield guide to poetic metaphor*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

LANGACKER, R. **Cognitive Grammar**. New York: Oxford University Press, 2008.

LANGACKER, R. **Foundations of Cognitive Grammar Vol. 1: Theoretical prerequisites**. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, R. Virtual Reality. *In: Studies in the Linguistic Sciences*, v.29, n.2, p. 77-103, 1999.

LIMA, R. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 50ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

MAGALHÃES, L. C. **A Interação Fictiva e a dêixis: a emergência da fictividade em sala de aula**. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

MUSOLFF, A. **Metaphor scenarios in public discourse**. *In: Metaphor and Symbol*, vol. 21, p. 23-38, New York: Taylor & Francis Ltd., 2006. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1207/s15327868ms2101_2. Acesso em: dez. 2021.

PASCUAL, E. Fictive interaction within the sentence: a communicative type of fictivity in grammar. *In: Cognitive Linguistics*, vol. 11 (1), p. 169-172, Berlim: De Gruyter, 2006. Disponível em: <https://journal.equinoxpub.com/IJSLL/article/view/9964>. Acesso em: dez. 2021.

PASCUAL, E. **Fictive interaction: The conversation frame in thought, language, and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 2014.

PASCUAL, E. **Imaginary dialogues: conceptual Blending and Fictive Interaction in Criminal Courts**. Utrecht: LOT, 2002.

REDDY, M. The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. *In: Ortony, A. (ed.). Metaphor and thought*, 2. Ed. Cambridge: Cambridge University Press, p. 164-201, [1979] 1993.

ROCHA, L. F. M. **Cá, com os meus botões: conversar comigo mesmo por que, para que e para quem**. 2021. Tese (Promoção a Professor Titular) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

ROCHA, L. F. M. **Processos cognitivos de mesclagem no Discurso Reportado: o caso do discurso direto em textos jornalísticos escritos**. 2000. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2000.

ROCHA, L. F. M.; BARBOSA, G. R. P. ; SOUZA, E. D. ; SOUZA, E. H. V. O uso de entidades fictivas em *corpus* de fala do PB: evidências empíricas para a Linguística Cognitiva. *In: Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 17, p. 61-80, 2014.

ROCHA, L. F. M.; PAULA, L. A.; ANDRADE, M. P. Mudança fictiva em *corpus* de fala espontânea do PB. *In: Gragoatá (UFF)*, v. 21, p. 224-249, 2016.

SANDERS, J.; REDEKER, G. Perspective and the representation of speech and thought in narrative discourse. *In*: FAUCONNIER, G.; SWEETSER, E. (eds.). **Spaces, worlds and grammar**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 10, p. 290-317, 1996.

SANTOS, D. B. M. F. **A emergência de casos de Interação Fictiva como estratégia comunicativa na publicidade**. Tese em andamento (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

SCHÖN, D. Generative metaphor: a perspective on problem setting in social policy. *In*: ORTONY, A. (ed.), **Metaphor and thought**, 2. Ed. Cambridge: Cambridge University Press, p. 137-162, 1993.

SILVA, J. C. **Interação Fictiva no ensino/aprendizagem de Português como Língua Estrangeira**. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

SILVA, J. U. **Interação Fictiva no discurso de líderes religiosos: uma abordagem sociocognitiva**. Tese em andamento (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

SILVA, N. R. **Os Phrasal Verbs sob uma perspectiva cognitivista: composicionalidade e metaforicidade**. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

SZYMBORSKA, W. **Poemas**. Seleção, tradução e prefácio de Regina Prybycien. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TALMY, L. Movimento fictivo na linguagem e “Cepção”. *In*: VEREDAS – Revista de Estudos Linguísticos. ISSN: 1982-2243, n 23, v. 2, 2019.

TANNEN, D. **Talking voices**. Nova York: Cambridge University Press, 1989.

TAVARES, L. G. O. **Interação Fictiva como estratégia de estruturação discursiva em audiências de Instrução e Julgamento na Justiça Federal**. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

APÊNDICE – TABELA DAS INSTÂNCIAS DE METÁFORAS ORDENADAS PELA SEQUÊNCIA TEXTUAL

Nº	Vaza Jato	Excerto	Localização	Fonte	Discurso	Metáfora Abrangente	Metáfora Específica	Esquema Imagético	Ocorrência
1	Não se aplica	Não se aplica	Início da análise	Polícia Federal do Brasil	Discurso Reportado		LICITUDE É LIMPEZA ILICITUDE É SUJEIRA	CONTÊINER (CONTEÚDO, SUPERFÍCIE)	“Operação Lava Jato”
2	Não se aplica	Não se aplica	Início da análise	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	METÁFORA DO CONDUTO	METÁFORA DO CONDUTO; CONTAR SEGREDO É ROMPER CONDUTO	CONTÊINER (DENTRO- FORA, CHEIO-VAZIO, CONTENÇÃO, CONTEÚDO)	“Série Vaza Jato”

3	Parte 1	Excerto 1	Linhas 01 e 02	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Dados vazados	Discurso Reportado	METÁFORA DO CONDUTO	METÁFORA DO CONDUTO; IDEIAS OU SIGNIFICADOS SÃO OBJETOS; EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES; COMUNICAR É ENVIAR	CONTÊINER (CONTEÚDO)	“ Série de reportagens mostra comportamentos antiéticos e transgressões que o Brasil e o mundo têm o direito de conhecer.”
4	Parte 1	Excerto 1	Linhas 03 a 08	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, BLOQUEIO, RESTRIÇÃO, HABILIDADE)	“Intercept Brasil publicou hoje três reportagens explosivas mostrando discussões internas e atitudes altamente controversas, politizadas e legalmente duvidosas da força-tarefa da Lava Jato, coordenada pelo procurador renomado Deltan Dallagnol, em colaboração com o atual ministro da Justiça, Sergio Moro, celebrado a nível mundial.”
5	Parte 1	Excerto 1	Linhas 03 a 08	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Dados vazados	Discurso Reportado	MAIS É PRA CIMA	MAIS É PRA CIMA	ESPAÇO (CIMA-BAIXO) E ESCALA (TRAJETÓRIA)	“Intercept Brasil publicou hoje três <u>reportagens explosivas</u> mostrando discussões internas e atitudes altamente controversas, politizadas e legalmente duvidosas da força-tarefa da Lava Jato, coordenada pelo procurador renomado Deltan Dallagnol, em colaboração com o atual ministro da Justiça, Sergio Moro, celebrado a nível mundial.”

6	Parte 1	Excerto 1	Linhas 29 a 34	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Pesquisas	Discurso Reportado	METÁFORA DO CONDUTO	METÁFORA DO CONDUTO	CONTÊINER (CONTEÚDO)	“Uma vez sentenciado por Sergio Moro, sua condenação foi rapidamente confirmada em segunda instância, o tornando inelegível no momento em que todas as pesquisas mostravam que Lula – que terminou o segundo mandato, em 2010, com 87% de aprovação – liderava a corrida eleitoral de 2018.”
7	Parte 1	Excerto 1	Linhas 29 a 34	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Pesquisas	Discurso Reportado		ELEIÇÃO É PRÁTICA ESPORTIVA	ESCALA (TRAJETÓRIA) E FORÇA (HABILIDADE)	“Uma vez sentenciado por Sergio Moro, sua condenação foi rapidamente confirmada em segunda instância, o tornando inelegível no momento em que todas as <u>pesquisas mostravam</u> que Lula – que terminou o segundo mandato, em 2010, com 87% de aprovação – liderava a corrida eleitoral de 2018.”
8	Parte 1	Excerto 1	Linhas 34 a 36	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM	PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM	ESCALA (TRAJETÓRIA)	“Sua exclusão da eleição, baseada na decisão de Moro, foi uma peça-chave para abrir um caminho para a vitória de Bolsonaro.”

9	Parte 1	Excerto 1	Linhas 34 a 36	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	PROCESSO JURÍDICO É ENGRENAGEM	EXISTÊNCIA (OBJETO, PROCESSO)	“Sua exclusão da eleição, baseada na decisão de Moro, foi uma peça-chave para abrir um caminho para a vitória de Bolsonaro.”	
10	Parte 1	Excerto 1	Linhas 9 a 14	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Dados vazados	Discurso Reportado	METÁFORA DO CONDUTO	METÁFORA DO CONDUTO	CONTÊNER	“Produzidas a partir de arquivos enormes e inéditos – incluindo mensagens privadas, gravações em áudio, vídeos, fotos, documentos judiciais e outros itens – enviados por uma fonte anônima, as três reportagens revelam comportamentos antiéticos e transgressões que o Brasil e o mundo têm o direito de conhecer.”
11	Parte 1	Excerto 2	Linhas 01 a 05	Parte do senso comum	Discurso Reportado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE, BLOQUEIO, COMPULSÃO, EQUILÍBRIO, RESTRIÇÃO)	“Moro e os procuradores da Lava Jato são figuras altamente controversas aqui e no mundo – <u>tidos por muitos como heróis anticorrupção</u> e <u>acusados por tantos outros de ser ideólogos clandestinos de direita, disfarçados como homens da lei apolíticos.</u> ”
12	Parte 1	Excerto 2	Linhas 01 a 05	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	MAIS É PRA CIMA	MAIS É PRA CIMA	ESPAÇO (CIMA-BAIXO) E ESCALA (TRAJETÓRIA)	“Moro e os procuradores da Lava Jato são figuras altamente controversas aqui e no mundo – tidos por muitos como heróis anticorrupção e acusados por tantos outros de ser ideólogos clandestinos de direita, disfarçados como homens da lei apolíticos.”

13	Parte 1 Excerto 2 Linhas 05 a 07	Críticos da força-tarefa da Lava Jato	Discurso Reportado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE, BLOQUEIO, COMPULSÃO, EQUILÍBRIO, RESTRIÇÃO)	“Seus críticos têm insistido que eles exploraram e abusaram de seus poderes na justiça com o objetivo político de evitar que Lula retornasse à Presidência e destruir o PT. ”
14	Parte 1 Excerto 2 Linhas 18 a 23	Dados vazados: conversas dos procuradores	Discurso Reportado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE, BLOQUEIO, COMPULSÃO, EQUILÍBRIO, RESTRIÇÃO)	“As reportagens de hoje mostram, entre outros elementos, que <u>os procuradores da Lava Jato</u> falavam abertamente sobre seu desejo de impedir a vitória eleitoral do PT e tomaram atitudes para atingir esse objetivo; e que o juiz Sergio Moro colaborou de forma secreta e antiética com os procuradores da operação para ajudar a montar a acusação contra Lula.”
15	Parte 1 Excerto 2 Linhas 18 a 23	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Dados vazados	Discurso Reportado	METÁFORA DO CONDUTO	METÁFORA DO CONDUTO	CONTÊINER (CONTEÚDO)	“ As reportagens de hoje mostram , entre outros elementos, que os procuradores da Lava Jato falavam abertamente sobre seu desejo de impedir a vitória eleitoral do PT e tomaram atitudes para atingir esse objetivo; e que o juiz Sergio Moro colaborou de forma secreta e antiética com os procuradores da operação para ajudar a montar a acusação contra Lula.”

16	Parte 1 Excerto 2 Linhas 23 a 26	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil Discurso Portado	PROCESSO JURÍDICO É JOGO	PROCESSO JURÍDICO É JOGO	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE, BLOQUEIO, COMPULSÃO, EQUILÍBRIO, RESTRIÇÃO)	“Tudo isso apesar das sérias dúvidas internas sobre as provas que fundamentaram essas acusações e enquanto o juiz continuava a fingir ser o árbitro neutro neste jogo. ”
17	Parte 1 Excerto 2 Linhas 27 a 33	Notícia citada pelo <i>The Intercept</i> Brasil Discurso Reportado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE, BLOQUEIO, COMPULSÃO, EQUILÍBRIO, RESTRIÇÃO)	“O único papel do The Intercept Brasil na obtenção desse material foi seu recebimento por meio de nossa fonte, que nos contatou há diversas semanas (bem antes da notícia da invasão do celular do ministro Moro, divulgada nesta semana, na qual o ministro afirmou que não houve “captação de conteúdo”) e nos informou de que já havia obtido todas as informações e estava ansiosa para repassá-las a jornalistas.”

18	Parte 1 Excerto 3 Linhas 01 a 09	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil Discurso Portado	APROVAR É BATER PALMAS	FORÇA (HABILIDADE) E UNIDADE (ITERAÇÃO)	“A bem da verdade, ao produzir reportagens a partir desses arquivos, somos guiados pela mesma argumentação que levou boa parte da sociedade brasileira – aí incluídos alguns jornalistas, comentaristas políticos e ativistas – a aplaudir a publicidade determinada pelo então juiz Moro das conversas telefônicas privadas entre a presidente Dilma Rousseff e seu antecessor Luiz Inácio Lula da Silva (em que discutiam a possibilidade do ex-presidente se tornar ministro da Casa Civil), logo reproduzidas por inúmeros veículos de mídia.”	
19	Parte 1 Excerto 3 Linhas 09 a 12	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil Discurso Portado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA; POLÍTICA É GUERRA; PROCESSO JURÍDICO É GUERRA	FORÇA (HABILIDADE)	“A divulgação dessas ligações privadas foi crucial para virar a opinião do público contra o PT, ajudando a preparar o terreno para o impeachment de Dilma em 2016 e a prisão de Lula em 2018. ”
20	Parte 1 Excerto 3 Linhas 09 a 12	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil Discurso Portado	METÁFORA DO CONDUTO	METÁFORA DO CONDUTO; IDEIAS OU SIGNIFICADOS SÃO OBJETOS	ESPAÇO (FRENTE-TRÁS) E FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA)	“A divulgação dessas ligações privadas foi crucial para virar a opinião do público contra o PT , ajudando a preparar o terreno para o impeachment de Dilma em 2016 e a prisão de Lula em 2018.”

21	Parte 1 Excerto 3 Linhas 13 a 17	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Princípio democrático Discurso Reportado	EXECUÇÃO É EXTREMIDADE	ESPAÇO (CONTATO), MULTIPLICIDADE (LIGAÇÃO) E ESCALA (TRAJETÓRIA)	“O princípio invocado para justificar essa divulgação <u>foi o mesmo a que estamos aderindo</u> em nossas reportagens sobre esse acervo: o de que uma democracia é mais saudável quando ações de relevância levadas a cabo em segredo por figuras políticas poderosas são reveladas ao público.”
22	Parte 1 Excerto 3 Linhas 13 a 17	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Princípio democrático Discurso Reportado	REGIME POLÍTICO É CORPO	CONTÊNER (CONTENÇÃO, DENTRO-FORA, SUPERFÍCIE, CHEIO-VAZIO, CONTEÚDO)	“O princípio invocado para justificar essa divulgação <u>foi o mesmo a que estamos aderindo</u> em nossas reportagens sobre esse acervo: o de que uma democracia é mais saudável quando ações de relevância levadas a cabo em segredo por figuras políticas poderosas são reveladas ao público.”
23	Parte 1 Excerto 4 Linhas 01 a 04	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil Discurso Portado	METÁFORA DO CONDUTO	DOCUMENTO É PESSOA; METÁFORA DO CONDUTO; EXPRESSÕES LINGÜÍSTICAS SÃO RECIPIENTES DE SIGNIFICADO	“Ao contrário do que tem como regra, o Intercept não solicitou comentários de procuradores e outros envolvidos nas reportagens para evitar que eles atuassem para impedir sua publicação e porque os documentos falam por si. ”

24	Parte 1 Excerto 4 Linhas 07 a 10	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	ENTENDER É VER	ENTENDER É VER; IDEIAS SÃO FONTE LUZ; DISCURSO É UM MEIO DE LUZ	CONTÊINER (CONTENÇÃO, DENTRO- FORA, SUPERFÍCIE, CHEIO-VAZIO, CONTEÚDO)	“Tendo em vista o imenso poder dos envolvidos e o grau de sigilo com que eles operam – até agora –, a transparência é crucial para que o Brasil tenha um entendimento claro do que eles realmente fizeram.”
25	Parte 1 Excerto 4 Linhas 07 a 10	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado		CONFIDENCIALIDADE É GRANDEZA ESCALAR	MULTIPLICIDADE (CONTÁVEL-NÃO CONTÁVEL)	“Tendo em vista o imenso poder dos envolvidos e o grau de sigilo com que eles operam – até agora –, a transparência é crucial para que o Brasil tenha um entendimento claro do que eles realmente fizeram.”
26	Parte 1 Excerto 4 Linhas 10 a 12	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	ENTENDER É VER	ENTENDER É VER; IDEIAS SÃO FONTE DE LUZ; DISCURSO É UM MEIO DE LUZ; PUBLICIDADE É LUZ; PRIVACIDADE É SOMBRA	CONTÊINER (SUPERFÍCIE)	“A liberdade de imprensa existe para jogar luz sobre aquilo que as figuras mais poderosas de nossa sociedade fazem às sombras.”
27	Parte 1 Excerto 4 Linhas 10 a 12	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	ENTENDER É VER	ENTENDER É VER; PUBLICIDADE É LUZ; PRIVACIDADE É SOMBRA	CONTÊINER (SUPERFÍCIE)	“A liberdade de imprensa existe para jogar luz sobre aquilo que as figuras mais poderosas de nossa sociedade fazem às sombras. ”

28	Parte 2	Excerto 1	Linhas 01 a 03	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	COMUNICAÇÃO VERBAL É ATIVIDADE TÊXTIL	COMUNICAÇÃO VERBAL É ATIVIDADE TÊXTIL	EXISTÊNCIA (PROCESSO)	“Exclusivo: Procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a ‘eleger o Haddad’”
29	Parte 2	Excerto 1	Linhas 07 a 12	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Dados vazados	Discurso Reportado	METÁFORA DO CONDUTO	METÁFORA DO CONDUTO; IDEIAS SÃO OBJETOS; EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES, COMUNICAR É ENVIAR	CONTÊINER (CONTEÚDO, SUPERFÍCIE)	“ Um extenso lote de arquivos secretos revela que os procuradores da Lava Jato, que passaram anos insistindo que são apolíticos, tramaram para impedir que o Partido dos Trabalhadores, o PT, ganhasse a eleição presidencial de 2018, bloqueando ou enfraquecendo uma entrevista pré-eleitoral com Lula com o objetivo explícito de afetar o resultado da eleição.”
30	Parte 2	Excerto 1	Linhas 07 a 12	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Dados vazados	Discurso Reportado	COMUNICAÇÃO VERBAL É ATIVIDADE TÊXTIL	COMUNICAÇÃO VERBAL É ATIVIDADE TÊXTIL	EXISTÊNCIA (PROCESSO)	“ Um extenso lote de arquivos secretos revela que os procuradores da Lava Jato, que passaram anos insistindo que são apolíticos, tramaram para impedir que o Partido dos Trabalhadores, o PT, ganhasse a eleição presidencial de 2018, bloqueando ou enfraquecendo uma entrevista pré-eleitoral com Lula com o objetivo explícito de afetar o resultado da eleição.”

31	Parte 2	Excerto 1	Linhas 07 a 12	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Dados vazados	Discurso Reportado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, BLOQUEIO, RESTRIÇÃO, HABILIDADE)	“ <u>Um extenso lote de arquivos secretos revela que</u> os procuradores da Lava Jato, que passaram anos insistindo que são apolíticos, tramaram para impedir que o Partido dos Trabalhadores, o PT, ganhasse a eleição presidencial de 2018, bloqueando ou enfraquecendo uma entrevista pré-eleitoral com Lula com o objetivo explícito de afetar o resultado da eleição.”
32	Parte 2	Excerto 2	Imagem 2	Manchete da Folha citada em <i>tweet</i> de Dallagnol	Discurso Reportado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA; PROCESSO JURÍDICO É GUERRA; PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM	FORÇA (HABILIDADE)	“A @folha apresentou a seguinte opinião após o julgamento de Lula no STJ: ‘não há como sustentar a ideia de que é alvo de um processo de exceção depois que três instâncias do Judiciário analisaram seus argumentos e chegaram ao mesmo entendimento’.”
33	Parte 2	Excerto 2	Imagem 2	Manchete da Folha citada em <i>tweet</i> de Dallagnol	Discurso Reportado	PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM	PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM; CONCLUSÃO É CHEGADA	ESCALA (FONTE, TRAJETÓRIA, ALVO)	“A @folha apresentou a seguinte opinião após o julgamento de Lula no STJ: ‘não há como sustentar a ideia de que é alvo de um processo de exceção depois que três instâncias do Judiciário analisaram seus argumentos e chegaram ao mesmo entendimento ’.”

34	Parte 2	Excerto 2	Imagem 2	Manchete da Folha citada em <i>tweet</i> de Dallagnol	Discurso Reportado		TEORIAS SÃO CONSTRUÇÕES	EXISTÊNCIA (OBJETO, PROCESSO)	“A @folha apresentou a seguinte opinião após o julgamento de Lula no STJ: 'não há como sustentar a ideia de que é alvo de um processo de exceção depois que três instâncias do Judiciário analisaram seus argumentos e chegaram ao mesmo entendimento’.”
35	Parte 2	Excerto 2	Linhas 14 a 19	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA	FORÇA (HABILIDADE)	“Por isso, articularam estratégias para derrubar a decisão judicial de 28 de setembro de 2018, que a liberou – ou, caso ela fosse realizada, para garantir que fosse estruturada de forma a reduzir seu impacto político e, assim, os benefícios eleitorais ao candidato do PT.”
36	Parte 2	Excerto 2	Linhas 14 a 19	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, BLOQUEIO, RESTRIÇÃO, HABILIDADE)	“Por isso, articularam estratégias para derrubar a decisão judicial de 28 de setembro de 2018, que a liberou – ou, caso ela fosse realizada, para garantir que fosse estruturada de forma a reduzir seu impacto político e, assim, os benefícios eleitorais ao candidato do PT.”
37	Parte 2	Excerto 2	Linhas 14 a 19	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, BLOQUEIO, RESTRIÇÃO, HABILIDADE)	“Por isso, articularam estratégias para derrubar a decisão judicial de 28 de setembro de 2018, que a liberou – ou, caso ela fosse realizada, para garantir que fosse estruturada de forma a reduzir seu impacto político e, assim, os benefícios eleitorais ao candidato do PT.”

38	Parte 2	Excerto 3	Linhas 01 a 04	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Dados vazados	Discurso Reportado	METÁFORA DO CONDUTO	METÁFORA DO CONDUTO; EXPRESSÕES LINGÜÍSTICAS SÃO RECIPIENTES	CONTÊINER (CONTEÚDO)	“ Os diálogos demonstram que os procuradores não são atores apartidários e apolíticos, mas, sim, parecem motivados por convicções ideológicas e preocupados em evitar o retorno do PT ao poder.”
39	Parte 2	Excerto 3	Linhas 04 a 08	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	METÁFORA DO CONDUTO	FONTE DE INFORMAÇÕES É NASCENTE DE ÁGUA; INFORMAÇÃO É SUBSTÂNCIA	ESCALA (FONTE) E CONTÊINER (CONTEÚDO)	“As conversas fazem parte de um lote de arquivos secretos enviados ao Intercept por uma fonte anônima há algumas semanas (bem antes da notícia da invasão do celular do ministro Moro, divulgada nesta semana, na qual o ministro afirmou que não houve ‘captação de conteúdo’).”
40	Parte 2	Excerto 3	Linhas 04 a 08	Citação da afirmação de Moro	Discurso Reportado	METÁFORA DO CONDUTO	METÁFORA DO CONDUTO; INFORMAÇÃO É SUBSTÂNCIA	ESCALA (FONTE) E CONTÊINER (CONTEÚDO)	“As conversas fazem parte de um lote de arquivos secretos enviados ao Intercept por uma fonte anônima há algumas semanas (bem antes da notícia da invasão do celular do ministro Moro, divulgada nesta semana, na qual <u>o ministro afirmou</u> que não houve ‘ captação de conteúdo ’).”
41	Parte 2	Excerto 3	Linhas 08 a 11	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado		FUNÇÃO É PAPEL DRAMÁTICO	EXISTÊNCIA (OBJETO)	“ O único papel do Intercept foi receber o material da fonte, que nos informou que já havia obtido todas as informações e estava ansiosa para repassá-las a jornalistas.”

42	Parte 2	Excerto 4	Imagem 4	Dados vazados: mensagens de Carol PGR	Discurso Reportado	PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM	PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM	ESCALA (TRAJETÓRIA)	“toda solidariedade do mundo à você nesse episódio da Coger, estamos num trem desgovernado e não sei o que nos espera”
43	Parte 2	Excerto 4	Linhas 03 a 13	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Ministro	Discurso Reportado	ENTENDER É VER	ENTENDER É VER; PUBLICIDADE É LUZ; PRIVACIDADE É SOMBRA; EXPLICITUDE É CLARIDADE; IMPLICITUDE É ESCURIDÃO	CONTÊINER (SUPERFÍCIE)	“O ministro ressaltou que os argumentos usados para impedir a entrevista de Lula na prisão eram claramente inválidos, uma vez que com frequência entrevistas são ‘concedidas por condenados por crimes de tráfico, homicídio ou criminosos internacionais, sendo este um argumento inidôneo para fundamentar o indeferimento do pedido de entrevista’.”
44	Parte 2	Excerto 4	Linhas 09 a 13	Citação da decisão de Lewandowski	Discurso Reportado		PERIGO É TRAÇO OU RISCO NO PAPEL	CONTÊINER (CONTENÇÃO, SUPERFÍCIE); ESCALA (TRAJETÓRIA)	“Assim, levando em conta que Lula ‘não [se encontra] em estabelecimento prisional, em que pode existir eventual risco de rebelião ’ e tampouco ‘se encontra sob o regime de incomunicabilidade’, o ministro decidiu em favor da entrevista.”

45	Parte 2	Excerto 4	Linhas 14 a 16	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	CONDIÇÃO PSICOLÓGICA É AMBIENTE ATMOSFÉRICO	CONDIÇÃO PSICOLÓGICA É AMBIENTE ATMOSFÉRICO	EXISTÊNCIA (ESPAÇO DELIMITADO).	“ Um clima de revolta e pânico se espalhou entre os procuradores. Acreditando se tratar de uma conversa privada que jamais seria divulgada, eles deixaram explícitas suas motivações políticas.”
46	Parte 2	Excerto 4	Linhas 17 a 21	Dados vazados: mensagens de Tessler	Discurso Reportado	PROCESSO JURÍDICO É ESPETÁCULO	PROCESSO JURÍDICO É ESPETÁCULO	EXISTÊNCIA (PROCESSO, ESPAÇO DELIMITADO)	“A procuradora Laura Tessler logo exclamou: ‘Que piada!!! Revoltante!!! Lá vai o cara fazer palanque na cadeia . Um verdadeiro circo. E depois de Mônica Bergamo, pela isonomia, devem vir tantos outros jornalistas... e a gente aqui fica só fazendo papel de palhaço com um Supremo desse...”
47	Parte 2	Excerto 4	Linhas 17 a 21	Dados vazados: mensagens de Tessler	Discurso Reportado	PROCESSO JURÍDICO É ESPETÁCULO	PROCESSO JURÍDICO É ESPETÁCULO	EXISTÊNCIA (PROCESSO, ESPAÇO DELIMITADO)	“A procuradora Laura Tessler logo exclamou: ‘Que piada!!! Revoltante!!! Lá vai o cara fazer palanque na cadeia. Um verdadeiro circo . E depois de Mônica Bergamo, pela isonomia, devem vir tantos outros jornalistas... e a gente aqui fica só fazendo papel de palhaço com um Supremo desse...”

48	Parte 2	Excerto 4	Linhas 17 a 21	Dados vazados: mensagens de Tessler	Discurso Reportado	PROCESSO JURÍDICO É ESPETÁCULO	PROCESSO JURÍDICO É ESPETÁCULO	EXISTÊNCIA (PROCESSO, ESPAÇO DELIMITADO)	“A procuradora Laura Tessler logo exclamou: ‘Que piada!!! Revoltante!!! Lá vai o cara fazer palanque na cadeia. Um verdadeiro circo. E depois de Mônica Bergamo, pela isonomia, devem vir tantos outros jornalistas... e a gente aqui fica só fazendo papel de palhaço com um Supremo desse...”
49	Parte 2	Excerto 4	Linhas 36 a 39	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE)	“Toda a discussão, que se estendeu por várias horas, parece mais uma reunião entre estrategistas e operadores anti-PT do que uma conversa entre procuradores supostamente imparciais.”
50	Parte 2	Excerto 4	Linhas 40 a 43	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	PROCESSO JURÍDICO É JOGO	PROCESSO JURÍDICO É JOGO	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE, BLOQUEIO, COMPULSÃO, EQUILÍBRIO, RESTRIÇÃO)	“ Descartada a possibilidade de impedir a entrevista, eles passaram a debater qual formato traria menos benefícios políticos para Lula: uma entrevista a sós com Mônica Bergamo, ou uma coletiva de imprensa com vários jornalistas.”
51	Parte 2	Excerto 4	Linhas 43 a 47	Dados vazados: mensagens de Paludo	Discurso Reportado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA; PROCESSO JURÍDICO É JOGO	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE, BLOQUEIO, COMPULSÃO, EQUILÍBRIO, RESTRIÇÃO)	“Januário Paludo, por exemplo, propôs as seguintes medidas: ‘ Plano a: tentar recurso no próprio stf, possibilidade Zero. Plano b: abrir para todos fazerem a entrevista no mesmo dia. Vai ser uma zona mas diminui a chance da entrevista ser direcionada ’.”

52	Parte 2	Excerto 5	Imagem 5	Dados vazados: mensagens de Costa	Discurso Reportado	EVIDENCIAR É TIRAR A ROUPA	CONTÊINER (CONTEÚDO, SUPERFÍCIE)	“e se forcarem antes, desnuda ainda mais o carater eleitoreiro”	
53	Parte 2	Excerto 5	Imagem 5	Dados vazados: mensagens de Costa	Discurso Reportado	DISCUSSÃO É GUERRA	INSISTÊNCIA É FORÇA FÍSICA; DISCUSSÃO É GUERRA	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA)	“e se forcarem antes, desnuda ainda mais o carater eleitoreiro”
54	Parte 2	Excerto 5	Imagem 6	Dados vazados: mensagens de Tessler	Discurso Reportado	PROCESSO JURÍDICO É ESPETÁCULO	PROCESSO JURÍDICO É ESPETÁCULO	EXISTÊNCIA (PROCESSO, ESPAÇO DELIMITADO)	“que palhaçada ... adora jogar pra platéia ... quer ganhar o apoio da imprensa ao nome dela”

55	Parte 2	Excerto 5	Imagem 8	Dados vazados: mensagens de Costa	Discurso Reportado	CONDIÇÃO PSICOLÓGICA É AMBIENTE ATMOSFÉRICO	CONDIÇÃO PSICOLÓGICA É AMBIENTE ATMOSFÉRICO	EXISTÊNCIA (ESPAÇO DELIMITADO).	“O clima no stf deve ta ótimo”
56	Parte 2	Excerto 5	Imagem 8	Dados vazados: mensagens de Paludo	Discurso Reportado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE, BLOQUEIO, RESTRIÇÃO)	“vai ser uma guerra de liminares... ”
57	Parte 2	Excerto 5	Linha 40	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	CONDIÇÃO PSICOLÓGICA É AMBIENTE ATMOSFÉRICO	CONDIÇÃO PSICOLÓGICA É AMBIENTE ATMOSFÉRICO	EXISTÊNCIA (ESPAÇO DELIMITADO)	“Uma hora depois, o clima era de comemoração. ”
58	Parte 2	Excerto 5	Linhas 01 a 04	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Procurador	Discurso Reportado	PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM	USAR DE ASTÚCIA É USAR AS MÃOS; PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM	FORÇA (HABILIDADE); ESCALA (TRAJETÓRIA)	“ <u>Outro procurador, Athayde Ribeiro Costa, sugeriu</u> expressamente que a Polícia Federal manobrasse para que a entrevista fosse feita depois das eleições, já que não havia indicação explícita da data em que ela deveria ocorrer.”

59	Parte 2	Excerto 5	Linhas 15 e 16	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA; PROCESSO JURÍDICO É GUERRA	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, BLOQUEIO, RESTRIÇÃO)	“Um pedido do El País acatado por Lewandowski finalmente pôs o plano por terra ”
60	Parte 2	Excerto 5	Linhas 20 a 22	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Grupo do <i>Telegram</i>	Discurso Reportado		POLÍTICA É MATEMÁTICA	MULTIPLICIDADE (CONTÁVEL)	“Mais do que isso, <u>esse grupo de Telegram</u> , ativo por meses, <u>sugere</u> que esse tipo de cálculo político era rotineiro nas decisões da força-tarefa”
61	Parte 2	Excerto 5	Linhas 28 e 29	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Reportado	METÁFORA DO CONDUTO	CONTAR SEGREDO É ROMPER CONDUTO; METÁFORA DO CONDUTO; COMUNICAR É ENVIAR; INFORMAÇÃO É SUBSTÂNCIA	CONTÊINER (DENTRO-FORA, CHEIO-VAZIO, CONTENÇÃO, CONTEÚDO)	“ <u>Parte das discussões tratava também de vazar uma eventual petição</u> para veículos de imprensa.”

62	Parte 2 Excerto 5 Linhas 28 e 29	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Dados vazados	Discurso Reportado	METÁFORA DO CONDUTO	METÁFORA DO CONDUTO; COMUNICAR É ENVIAR; IDEIAS SÃO OBJETOS	CONTÊINER (DENTRO- FORA, CHEIO-VAZIO, CONTENÇÃO, CONTEÚDO)	“ <u>Parte das discussões tratava</u> também de vazar uma eventual petição para veículos de imprensa. ”
63	Parte 2 Excerto 5 Linhas 6 a 8	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado		ATENUAR É ACRESCENTAR LÍQUIDO	UNIDADE (FUSÃO, DIVISÃO)	“Uma coletiva de imprensa, além de diluir o foco da entrevista , ainda traria a vantagem de possivelmente inviabilizá-la operacionalmente, como pontuou o procurador Julio Noronha horas depois”
64	Parte 2 Excerto 6 Linhas 05 a 09	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Dados vazados	Discurso Reportado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE)	“ <u>As discussões do dia 28 de setembro</u> <u>trazem indícios</u> significativos de que a força-tarefa não é o grupo apolítico e apartidário de luta anticorrupção que os procuradores e seus aliados na mídia tentam pintar.”
65	Parte 2 Excerto 6 Linhas 05 a 09	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Dados vazados	Discurso Reportado	METÁFORA DO CONDUTO	METÁFORA DO CONDUTO	CONTÊINER (DENTRO- FORA, CHEIO-VAZIO, CONTENÇÃO, CONTEÚDO)	“ As discussões do dia 28 de setembro trazem indícios significativos de que a força-tarefa não é o grupo apolítico e apartidário de luta anticorrupção que os procuradores e seus aliados na mídia tentam pintar.”

66	Parte 2	Excerto 6	Linhas 05 a 09	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil/Dados vazados	Discurso Reportado	REPUTAÇÃO É ARTE PLÁSTICA	EXISTÊNCIA (PROCESSO)	“ <u>As discussões do dia 28 de setembro trazem indícios</u> significativos de que a força-tarefa não é o grupo apolítico e apartidário de luta anticorrupção que os procuradores e seus aliados na mídia tentam pintar. ”	
67	Parte 2	Excerto 6	Linhas 10 a 13	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	Discurso Portado	METÁFORA DO CONDUTO	DOCUMENTO É PESSOA; METÁFORA DO CONDUTO; EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES DE SIGNIFICADO	CONTÊNER (CONTENÇÃO, CONTEÚDO)	“Ao contrário do que tem como regra, o Intercept não solicitou comentários de procuradores e outros envolvidos nas reportagens, para evitar que eles atuassem para impedir sua publicação e porque os documentos falam por si. ”
68	Parte 2	Excerto 6	Linhas 19 a 26	Texto da nota da força-tarefa da Lava Jato	Discurso Reportado	DISCUSSÃO É GUERRA	DISCUSSÃO É GUERRA	FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, HABILIDADE, BLOQUEIO, RESTRIÇÃO)	“Nelas, dedicou especial atenção à ‘ação criminosa de um hacker que praticou os mais graves ataques à atividade do Ministério Público, à vida privada e à segurança de seus integrantes ’ e disse que ‘entende que a prisão em regime fechado restringe a liberdade de comunicação dos presos, como já manifestado em autos de execução penal, o que não se trata de uma questão de liberdade de imprensa’.”

ANEXO 1 – REPORTAGEM 1 – *THE INTERCEPT* BRASIL

AS MENSAGENS SECRETAS DA LAVA JATO

COMO E POR QUE O INTERCEPT ESTÁ PUBLICANDO CHATS PRIVADOS SOBRE A LAVA JATO E SERGIO MORO

Série de reportagens mostra comportamentos antiéticos e transgressões que o Brasil e o mundo têm o direito de conhecer.

Glenn Greenwald, Betsy Reed, Leandro Demori.

9 de Junho de 2019, 17h57

Parte 1

Uma enorme coleção de materiais nunca revelados fornece um olhar sem precedentes sobre as operações da força-tarefa anticorrupção que transformou a política brasileira e conquistou a atenção do mundo.

O Intercept Brasil publicou hoje três reportagens explosivas mostrando discussões internas e atitudes altamente controversas, politizadas e legalmente duvidosas da força-tarefa da Lava Jato, coordenada pelo procurador renomado Deltan Dallagnol, em colaboração com o atual ministro da Justiça, Sergio Moro, celebrado a nível mundial.

Produzidas a partir de arquivos enormes e inéditos – incluindo mensagens privadas, gravações em áudio, vídeos, fotos, documentos judiciais e outros itens – enviados por uma fonte anônima, as três reportagens revelam comportamentos antiéticos e transgressões que o Brasil e o mundo têm o direito de conhecer.

O material publicado hoje no Brasil também foi resumido em duas reportagens em inglês publicadas no Intercept, bem como essa nota dos editores do *The Intercept* Brasil e do *The Intercept* Brasil.

Esse é apenas o começo do que pretendemos tornar uma investigação jornalística contínua das ações de Moro, do procurador Deltan Dallagnol e da força-tarefa da Lava Jato – além da conduta de

inúmeros indivíduos que ainda detêm um enorme poder político e econômico dentro e fora do Brasil.

A importância dessas revelações se explica pelas consequências incomparáveis das ações da Lava Jato em todos esses anos de investigação. Esse escândalo generalizado envolve diversos oligarcas, lideranças políticas, os últimos presidentes e até mesmo líderes internacionais acusados de corrupção.

O mais relevante: a Lava Jato foi a saga investigativa que levou à prisão o ex-presidente Lula no último ano. Uma vez sentenciado por Sergio Moro, sua condenação foi rapidamente confirmada em segunda instância, o tornando inelegível no momento em que todas as pesquisas mostravam que Lula – que terminou o segundo mandato, em 2010, com 87% de aprovação – liderava a corrida eleitoral de 2018. Sua exclusão da eleição, baseada na decisão de Moro, foi uma peça-chave para abrir um caminho para a vitória de Bolsonaro. A importância dessa reportagem aumentou ainda mais depois da nomeação de Moro ao Ministério da Justiça.

Moro e os procuradores da Lava Jato são figuras altamente controversas aqui e no mundo – tidos por muitos como heróis anticorrupção e acusados por tantos outros de ser ideólogos clandestinos de direita, disfarçados como homens da lei apolíticos. Seus críticos têm insistido que eles exploraram e abusaram de seus poderes na justiça com o objetivo político de evitar que Lula retornasse à Presidência e destruir o PT. Moro e os procuradores têm negado, com a mesma veemência, qualquer aliança ou propósito político, dizendo que estão apenas tentando livrar o Brasil da corrupção.

Mas, até agora, os procuradores da Lava Jato e Moro têm realizado parte de seu trabalho em segredo, impedindo o público de avaliar a validade das acusações contra eles. É isso que torna este acervo tão valioso do ponto de vista jornalístico: pela primeira vez, o público vai tomar conhecimento do que esses juízes e procuradores estavam dizendo e fazendo enquanto pensavam que ninguém estava ouvindo.

As reportagens de hoje mostram, entre outros elementos, que os procuradores da Lava Jato falavam abertamente sobre seu desejo de impedir a vitória eleitoral do PT e tomaram atitudes para atingir

esse objetivo; e que o juiz Sergio Moro colaborou de forma secreta e antiética com os procuradores da operação para ajudar a montar a acusação contra Lula. Tudo isso apesar das sérias dúvidas internas sobre as provas que fundamentaram essas acusações e enquanto o juiz continuava a fingir ser o árbitro neutro neste jogo.

O único papel do *The Intercept* Brasil na obtenção desse material foi seu recebimento por meio de nossa fonte, que nos contatou há diversas semanas (bem antes da notícia da invasão do celular do ministro Moro, divulgada nesta semana, na qual o ministro afirmou que não houve “captação de conteúdo”) e nos informou de que já havia obtido todas as informações e estava ansiosa para repassá-las a jornalistas.

Informar à sociedade questões de interesse público e expor transgressões foram os princípios que nos guiaram durante essa investigação, e continuarão sendo conforme continuarmos a noticiar a enorme quantidade de dados a que tivemos acesso.

O enorme volume do acervo, assim como o fato de que vários documentos incluem conversas privadas entre agentes públicos, nos obriga a tomar decisões jornalísticas sobre que informações deveriam ser noticiadas e publicadas e quais deveriam permanecer em sigilo.

Ao fazer esses julgamentos, empregamos o padrão usado por jornalistas em democracias ao redor do mundo: as informações que revelam transgressões ou engodos por parte dos poderosos devem ser noticiadas, mas as que são puramente privadas e infringiriam o direito legítimo à privacidade ou outros valores sociais devem ser preservadas.

A bem da verdade, ao produzir reportagens a partir desses arquivos, somos guiados pela mesma argumentação que levou boa parte da sociedade brasileira – aí incluídos alguns jornalistas, comentaristas políticos e ativistas – a aplaudir a publicidade determinada pelo então juiz Moro das conversas telefônicas privadas entre a presidente Dilma Rousseff e seu antecessor Luiz Inácio Lula da Silva (em que discutiam a possibilidade do ex-presidente se tornar ministro da Casa Civil), logo reproduzidas por inúmeros veículos de mídia. A divulgação dessas ligações privadas foi crucial para virar a opinião do público contra o PT, ajudando a preparar o terreno para o impeachment de Dilma em 2016 e a prisão de Lula em 2018. O princípio invocado para justificar essa divulgação foi o mesmo a que estamos aderindo em nossas reportagens sobre esse acervo: o de que uma democracia

é mais saudável quando ações de relevância levadas a cabo em segredo por figuras políticas poderosas são reveladas ao público.

Mas a divulgação feita por Moro e diversos veículos da imprensa dos diálogos privados entre Lula e Dilma incluíam não apenas revelações de interesse público, mas também comunicações privadas de Lula sem qualquer relevância para a sociedade – o que levou muitas pessoas a argumentarem que a divulgação tinha o propósito de constranger pessoalmente o ex-presidente. Ao contrário deles, o Intercept decidiu manter reservada qualquer comunicação ou informação relacionada a Moro, Dallagnol e outros indivíduos que seja de natureza puramente privada e, portanto, desprovida de real interesse público.

Nós tomamos medidas para garantir a segurança deste acervo fora do Brasil para que vários jornalistas possam acessá-lo, assegurando que nenhuma autoridade de qualquer país tenha a capacidade de impedir a publicação dessas informações.

Ao contrário do que tem como regra, o Intercept não solicitou comentários de procuradores e outros envolvidos nas reportagens para evitar que eles atuassem para impedir sua publicação e porque os documentos falam por si. Entramos em contato com as partes mencionadas imediatamente após publicarmos as matérias, que atualizaremos com os comentários assim que forem recebidos.

Tendo em vista o imenso poder dos envolvidos e o grau de sigilo com que eles operam – até agora –, a transparência é crucial para que o Brasil tenha um entendimento claro do que eles realmente fizeram. A liberdade de imprensa existe para jogar luz sobre aquilo que as figuras mais poderosas de nossa sociedade fazem às sombras.

ANEXO 2 – REPORTAGEM 2 – THE INTERCEPT BRASIL

‘MAFIOSOS!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!’

EXCLUSIVO: PROCURADORES DA LAVA JATO TRAMARAM EM SEGREDO PARA IMPEDIR ENTREVISTA DE LULA ANTES DAS ELEIÇÕES POR MEDO DE QUE AJUDASSE A ‘ELEGER O HADDAD’

Glenn Greenwald, Victor Pougy

9 de Junho de 2019, 17h57

Um extenso lote de arquivos secretos revela que os procuradores da Lava Jato, que passaram anos insistindo que são apolíticos, tramaram para impedir que o Partido dos Trabalhadores, o PT, ganhasse a eleição presidencial de 2018, bloqueando ou enfraquecendo uma entrevista pré-eleitoral com Lula com o objetivo explícito de afetar o resultado da eleição.

Os arquivos, a que o Intercept teve acesso com exclusividade, contêm, entre outras coisas, mensagens privadas e de grupos da força-tarefa no aplicativo Telegram. Neles, os procuradores da força-tarefa em Curitiba, liderados por Deltan Dallagnol, discutiram formas de inviabilizar uma entrevista do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à colunista da Folha de S.Paulo Mônica Bergamo, autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski porque, em suas palavras, ela “pode eleger o Haddad” ou permitir a “volta do PT” ao poder.

Os procuradores, que por anos garantiram não ter motivações políticas ou partidárias, manifestaram repetidamente nos chats a preocupação de que a entrevista, a ser realizada a menos de duas semanas do primeiro turno das eleições, ajudaria o candidato à Presidência pelo PT, Fernando Haddad. Por isso, articularam estratégias para derrubar a decisão judicial de 28 de setembro de 2018, que a liberou – ou, caso ela fosse realizada, para garantir que fosse estruturada de forma a reduzir seu impacto político e, assim, os benefícios eleitorais ao candidato do PT.

Deltan Dallagnol @deltanmd · 25 de abr de 2019

A @folha apresentou a seguinte opinião após o julgamento de Lula no STJ: "não há como sustentar a ideia de que é alvo de um processo de exceção depois que três instâncias do Judiciário analisaram seus argumentos e chegaram ao mesmo entendimento".



folha.uol.com.br
Sem perseguição - 25/04/2019 - Opinião - Folha
Não há como sustentar a ideia de que Lula é alvo de um...

Deltan Dallagnol @deltanmd

O trabalho do MPF na Lava Jato, de novo, é técnico, imparcial e apartidário, buscando a responsabilização quem quer que tenha praticado crimes no contexto do megasquema de corrupção na Petrobras.

11:19 AM · 25 de abr de 2019

10,4 mil Responder Compartilhar este Tweet

[Ler 2,2 mil respostas](#)

Essas discussões ocorreram no mesmo dia em que o STF acatou o pedido de entrevista da Folha de S.Paulo. Conforme noticiado no Consultor Jurídico: “Na decisão, o ministro [Ricardo Lewandowski] citou que o Plenário do STF garantiu ‘a ‘plena’ liberdade de imprensa como categoria jurídica proibitiva de qualquer tipo de censura prévia”.

Os diálogos demonstram que os procuradores não são atores apartidários e apolíticos, mas, sim, parecem motivados por convicções ideológicas e preocupados em evitar o retorno do PT ao poder. As conversas fazem parte de um lote de arquivos secretos enviados ao Intercept por uma fonte anônima há algumas semanas (bem antes da notícia da invasão do celular do ministro Moro, divulgada nesta semana, na qual o ministro afirmou que não houve “captação de conteúdo”). O

único papel do Intercept foi receber o material da fonte, que nos informou que já havia obtido todas as informações e estava ansiosa para repassá-las a jornalistas. A declaração conjunta dos editores do *The Intercept* Brasil e do Intercept Brasil (clique para ler o texto completo) explica os critérios editoriais usados para publicar esses materiais, incluindo nosso método para trabalhar com a fonte anônima.

‘PODE ELEGER O HADDAD’

Naquele dia, a comoção teve início às 10h da manhã, assim que o grupo soube da decisão de Lewandowski. O ministro ressaltou que os argumentos usados para impedir a entrevista de Lula na prisão eram claramente inválidos, uma vez que com frequência entrevistas são “concedidas por condenados por crimes de tráfico, homicídio ou criminosos internacionais, sendo este um argumento inidôneo para fundamentar o indeferimento do pedido de entrevista”. Assim, levando em conta que Lula “não [se encontra] em estabelecimento prisional, em que pode existir eventual risco de rebelião” e tampouco “se encontra sob o regime de incomunicabilidade”, o ministro decidiu em favor da entrevista.

Um clima de revolta e pânico se espalhou entre os procuradores. Acreditando se tratar de uma conversa privada que jamais seria divulgada, eles deixaram explícitas suas motivações políticas.

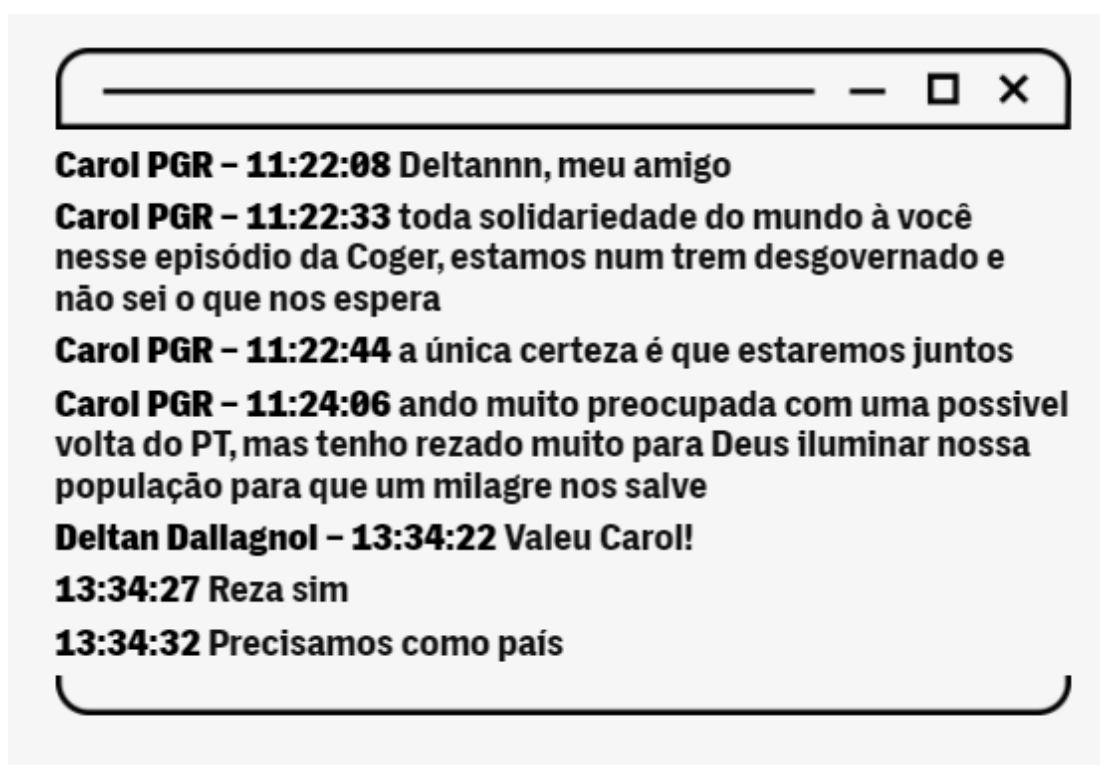
A procuradora Laura Tessler logo exclamou: “Que piada!!! Revoltante!!! Lá vai o cara fazer palanque na cadeia. Um verdadeiro circo. E depois de Mônica Bergamo, pela isonomia, devem vir tantos outros jornalistas... e a gente aqui fica só fazendo papel de palhaço com um Supremo desse...”.

‘ando muito preocupada com uma possível volta do PT, mas tenho rezado muito para Deus iluminar nossa população para que um milagre nos salve’.

Uma outra procuradora, Isabel Groba, respondeu com apenas uma palavra e várias exclamações: “Mafiosos!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!”.

Após uma hora, Tessler deixou explícito o que deixava os procuradores tão preocupados: “sei lá...mas uma coletiva antes do segundo turno pode eleger o Haddad”.

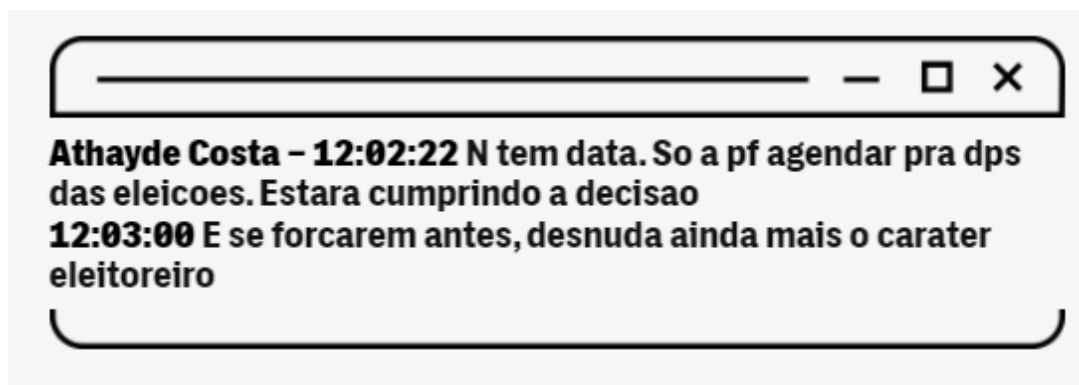
Enquanto essas mensagens eram trocadas no grupo dos procuradores da Lava Jato, Dallagnol estava conversando em paralelo com uma amiga e confidente identificada no seu Telegram apenas como ‘Carol PGR’ (cujas identidade não foi confirmada pelo Intercept). Lamentando a possibilidade de Lula ser entrevistado antes das eleições, os dois estavam expressamente de acordo que o objetivo principal era impedir o retorno do PT à presidência e concordaram que rezariam para que isso não ocorresse.



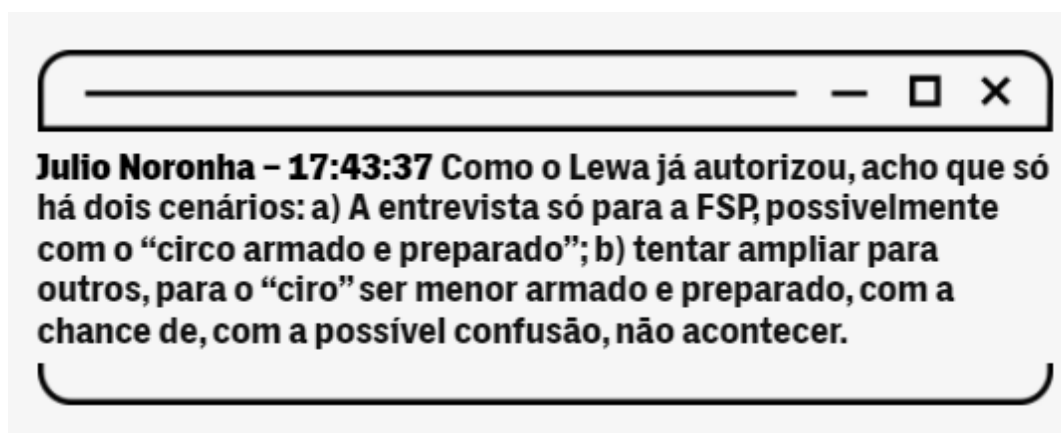
Não se trata de uma confissão isolada. Toda a discussão, que se estendeu por várias horas, parece mais uma reunião entre estrategistas e operadores anti-PT do que uma conversa entre procuradores supostamente imparciais.

Descartada a possibilidade de impedir a entrevista, eles passaram a debater qual formato traria menos benefícios políticos para Lula: uma entrevista a sós com Mônica Bergamo, ou uma coletiva de imprensa com vários jornalistas. Januário Paludo, por exemplo, propôs as seguintes medidas: “Plano a: tentar recurso no próprio stf, possibilidade Zero. Plano b: abrir para todos fazerem a entrevista no mesmo dia. Vai ser uma zona mas diminui a chance da entrevista ser direcionada.”

Outro procurador, Athayde Ribeiro Costa, sugeriu expressamente que a Polícia Federal manobrasse para que a entrevista fosse feita depois das eleições, já que não havia indicação explícita da data em que ela deveria ocorrer. Dessa forma, seria possível evitar a entrevista sem descumprir a decisão.



Uma coletiva de imprensa, além de diluir o foco da entrevista, ainda traria a vantagem de possivelmente inviabilizá-la operacionalmente, como pontuou o procurador Julio Noronha horas depois. Ele também sugeriu abrir a entrevista a outros presos para reduzir a repercussão:

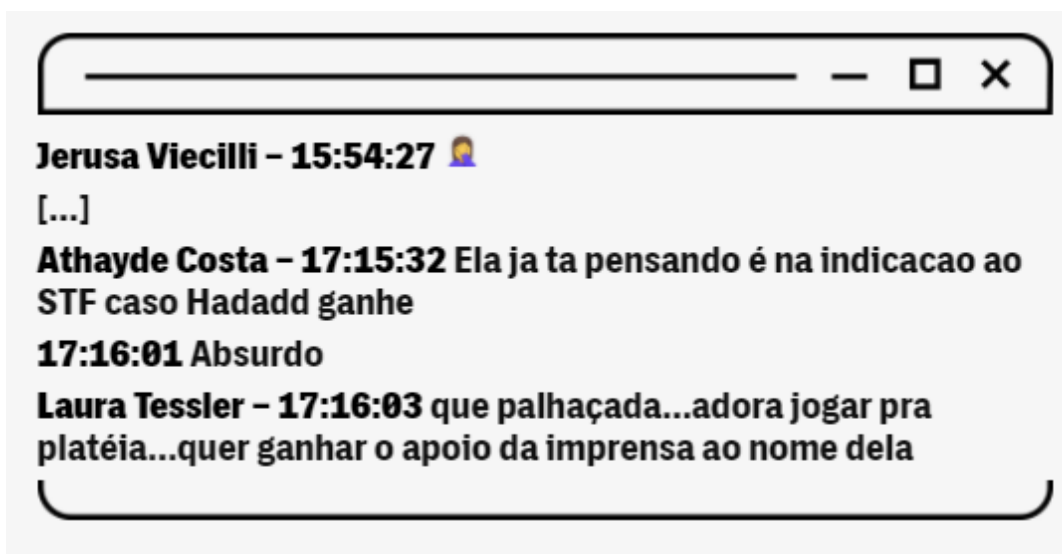


(Quando a entrevista foi finalmente autorizada, em abril passado, a Polícia Federal, agora sob o comando do ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, Sergio Moro, o ex-juiz que havia condenado Lula à prisão, tentou transformá-la numa coletiva de imprensa. Um pedido do *El País* acatado por Lewandowski finalmente pôs o plano por terra.)

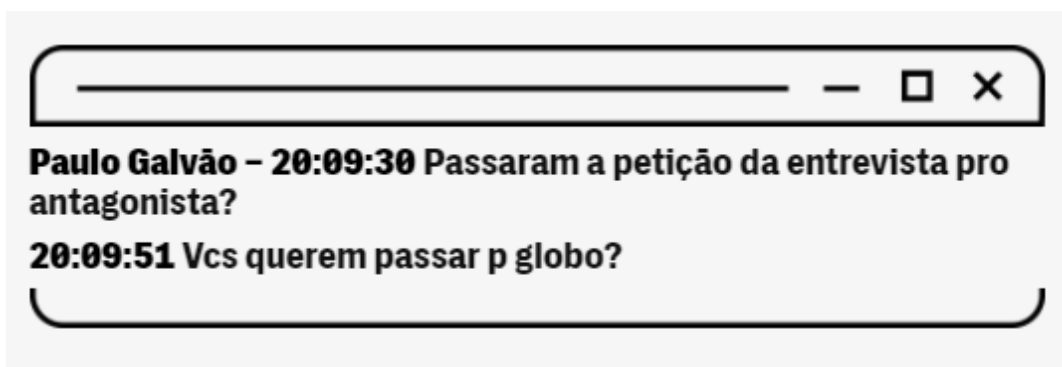
Em nenhum trecho da conversa Dallagnol, que participou de forma ativa das discussões, ou qualquer outro procurador, indicou desconforto com as motivações políticas explícitas das

estratégias da acusação. Mais do que isso, esse grupo de Telegram, ativo por meses, sugere que esse tipo de cálculo político era rotineiro nas decisões da força-tarefa.

Em um momento, um dos procuradores citou um artigo publicado no site O Antagonista informando que a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, não pretendia recorrer da decisão autorizando a entrevista. Os procuradores especularam imediatamente sobre as causas da escolha de Dodge:



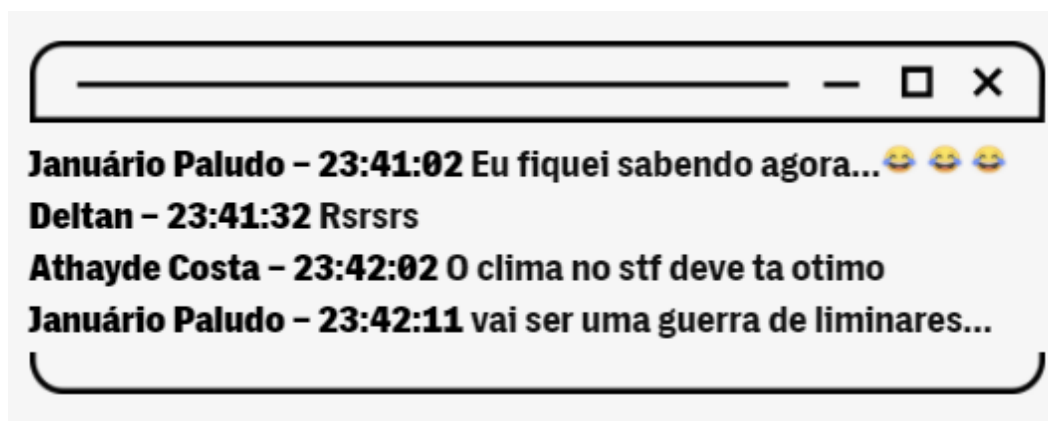
Parte das discussões tratava também de vazar uma eventual petição para veículos de imprensa.



Os procuradores da força-tarefa estavam tão alarmados com a possibilidade de uma entrevista de Lula levar o PT à vitória que compartilharam um artigo irônico do Antagonista. Publicado naquele dia, o texto sugeria que, num eventual governo Haddad, “Lula sai da cadeia e os procuradores da Lava Jato entram no lugar dele”.

Os receios dos procuradores, porém, foram logo acalmados. Às 22h49 do mesmo dia, o procurador Julio Noronha compartilhou mais uma reportagem do Antagonista, dessa vez com uma boa notícia: “Partido Novo Recorre ao STF Contra Entrevista de Lula”. Uma hora depois, o clima era de comemoração. O ministro do STF Luiz Fux concedeu uma liminar contra a entrevista, atendendo ao pedido do Partido Novo. Na decisão, o ministro diz que “se faz necessária a relativização excepcional da liberdade de imprensa”. Januário Paludo foi taxativo: “Devemos agradecer à nossa PGR: Partido Novo!!!”.

Os procuradores não demonstraram preocupação com o fato de um ministro do STF ter poder para suspender a liberdade de imprensa – ou de que um partido que se diz liberal entrou com um pedido nesse sentido. Pelo contrário, os procuradores comemoraram a proibição.



POR ANOS, A LAVA JATO foi acusada de operar com motivações políticas, partidárias e ideológicas, e não jurídicas. A força-tarefa vem negando isso de forma veemente. Agora que suas conversas estão se tornando públicas, a população terá a oportunidade de decidir por si mesma. As discussões do dia 28 de setembro trazem indícios significativos de que a força-tarefa não é o grupo apolítico e apartidário de luta anticorrupção que os procuradores e seus aliados na mídia tentam pintar.

Ao contrário do que tem como regra, o Intercept não solicitou comentários de procuradores e outros envolvidos nas reportagens, para evitar que eles atuassem para impedir sua publicação e porque os documentos falam por si. Entramos em contato com as partes mencionadas imediatamente após publicarmos as matérias, que atualizaremos com os comentários assim que forem recebidos.

Atualização

A força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal emitiu três notas após a publicação da reportagem. Nelas, dedicou especial atenção à “ação criminosa de um hacker que praticou os mais graves ataques à atividade do Ministério Público, à vida privada e à segurança de seus integrantes” e disse que “entende que a prisão em regime fechado restringe a liberdade de comunicação dos presos, como já manifestado em autos de execução penal, o que não se trata de uma questão de liberdade de imprensa”. “O entendimento vale para todos os que se encontrem nessa condição, independentemente de quem sejam.”

Também em nota, o ministro Sergio Moro disse que “não se vislumbra qualquer anormalidade ou direcionamento da atuação enquanto magistrado, apesar de terem sido retiradas de contexto e do sensacionalismo das matérias”. O Intercept refuta a acusação de sensacionalismo e informa que trabalhou com rigor para que todas as conversas fossem reproduzidas dentro do contexto adequado.